



INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA NO SÉCULO XXI

José Roberto Paludo

Doutor e Mestre em Sociologia Política (UFSC), Master em Políticas Públicas Aplicadas (FIIAPP – Madrid/ES) e Graduado em História (Unijuí)

Marcio L. V. Cruz

Bacharel em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (2006); Mestre em Ciência Sociais com Ênfase em Ciências Políticas pela PUC de São Paulo (2009)

Autores

José Roberto Paludo

Marcio Lair Vieira Cruz

Capa e Diagramação

Carol Scavuzzo

Título: INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DE SANTA CATARINA NO SÉCULO XXI

Formato: Livro Digital

Veiculação: Digital

ISBN: 978-65-00-12099-8



2020

Todos os direitos reservados pela **Editora Usideias**

R. Maurílio Ferreira, 334 • CEP 91787-140

Aberta dos Morros • Porto Alegre • RS

Tel.: (51) 3414-6500

Site: <http://www.usideias.com.br/>

e-mail: marciocruz@usideias.com.br

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA NO SÉCULO XXI

José Roberto Paludo

Doutor e Mestre em Sociologia Política (UFSC), Master em Políticas Públicas Aplicadas (FIIAPP – Madrid/ES) e Graduado em História (Unijuí)

Marcio L. V. Cruz

Bacharel em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (2006); Mestre em Ciência Sociais com Ênfase em Ciências Políticas pela PUC de São Paulo (2009)

SUMÁRIO

Apresentação	5
Parte 1 - Dados gerais do Estado de Santa Catarina	9
História e formação socioterritorial.....	10
Características demográficas de Santa Catarina.....	13
Características geográficas e ambientais de Santa Catarina	16
Referências	21
Parte 2 - Desenvolvimento do estado de Santa Catarina.....	22
Dados gerais da economia.....	23
Estilo de desenvolvimento catarinense	26
Infraestrutura e logística catarinense	32
Conflitos socioambientais em Santa Catarina: um reflexo da acumulação via espoliação	40
Mudanças recentes e desafios	48
Referências	53
Parte 3 - Política Catarinense	55
História política catarinense e o contexto atual	56
Intervenção do Estado na economia em favor dos mais ricos.....	57
Os partidos se revezam, mas o poder continua nas mesmas mãos	59
Referências	78
Parte 4 - Políticas Públicas em Santa Catarina.....	79
A educação em Santa Catarina	80
A situação da saúde em Santa Catarina.....	85
Segurança pública em Santa Catarina	92
Assistência Social em Santa Catarina.....	94
Políticas de Direitos Humanos em Santa Catarina	100
Políticas públicas de cidadania.....	104
Referências	110
Parte 5 - Gestão Pública.....	112
As Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) em Santa Catarina ...	113
As contas do Estado.....	121
Referências	132
Parte 6 - Obras Estruturantes em Santa Catarina	133
Programa de Aceleração do Crescimento em Santa Catarina	134
Referências	142
Considerações	143

APRESENTAÇÃO

Ao propor uma análise dos principais indicadores de desenvolvimento, nestas quase duas primeiras décadas do século XXI, referentes ao território delimitado do estado de Santa Catarina, se tem como pano de fundo o conceito de desenvolvimento territorial sustentável como referência para pensar o futuro.

Na primeira metade do século passado os conceitos de Crescimento e Desenvolvimento eram idênticos e ambos baseados na ideia de progresso, porém, preocupados com as consequências desse modelo de crescimento, em 1968, foi criado o chamado “Clube de Roma”, composto por cientistas, industriais e políticos com o objetivo de analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos naturais que resultou no Relatório Meadows (1970) sobre os limites do crescimento, base da Conferência de Estocolmo (1972), posteriormente o Relatório Brundtland (1984), que propõe o desenvolvimento durável, e, mais recente um relatório organizado por Ignacy Sachs (2007), a pedido da UNESCO, que faz um balanço das ações desde 1970 e propõe como alternativa o rumo para a ecosocioeconomia (SACHS, 2007; VIEIRA et al, 2005).

Disso surgiram diversos fóruns de discussão do tema e a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu no Rio de Janeiro (RJ) em 1992, conhecida como Rio 92 ou ECO 92. A última dessas conferências, até o momento, se encerrou em novembro de 2015 em Paris aprovando o documento chamado Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ou Agenda 2030.

Portanto, a ideia básica de Desenvolvimento é superar o economicismo e levar em conta uma lógica pluridimensional: econômica, social, política, ambiental e cultural, a partir de uma visão integral, holística e sistêmico, onde um aspecto não ocorre em detrimento do outro, ao contrário, estão articulados e complementam-se, da mesma forma que o conceitos sobre estilos de desenvolvimento alternativos: desenvolvimento durável ou sustentável (WEBER, 2000); desenvolvimento endógeno (WEBER, 2000; VIEIRA et al, 2005); desenvolvimento viável (VIEIRA et al, 2005); ecodesenvolvimento ou ecosocioeconomia (SACHS, 2007).

No Brasil, há um debate sempre em aberto nas ciências econômicas e sociais sobre os conceitos de “crescimento econômico”, “desenvolvimento econômico” e “desenvolvimento”. O professor Luiz Carlos Bresser-Pereira explica as principais diferenças, de maneira sintética e didática num pequeno texto que vale a pena reproduzir:

Crescimento e Desenvolvimento

O crescimento de um país ou território se mede pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB), que representa a soma dos bens e serviços produzidos num determinado período, comparados com o período anterior.

Já o desenvolvimento econômico é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população. A medida mais geral de desenvolvimento econômico é a do aumento da renda por habitante porque esta mede aproximadamente o aumento geral da produtividade.

Existe uma longa tradição que rejeita a identificação de desenvolvimento econômico com crescimento da renda per capita ou simplesmente crescimento econômico.

Amartya Sen (1989 [1993], 1999), cujo nome está ligado à formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é talvez o mais radical nessa matéria: para ele desenvolvimento econômico implica expansão das capacidades humanas ou aumento da liberdade.

Celso Furtado (2004: 484), por sua vez, afirma que o “crescimento econômico, tal como o conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social subjacente”.

Nesse caso, desenvolvimento econômico implicaria distribuição e pressupõem que o aumento dos padrões médios de vida, que sempre ocorre com o aumento da produtividade ou o ‘desenvolvimento econômico’, deva ser acompanhado pela consecução de outros objetivos políticos: pelo ‘desenvolvimento social’ ou por uma distribuição de renda menos desigual e, portanto, mais justa do produto social; pelo ‘desenvolvimento político’ ou por mais liberdade política, por mais democracia; e pelo ‘desenvolvimento sustentável ou proteção mais efetiva do ambiente natural’.

Fonte: BRESSER-PEREIRA, L. C. *Crescimento e desenvolvimento econômico*. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. RJ: junho de 2008.

Enquanto o conceito de desenvolvimento inicia por um debate oriundo da economia, o conceito de território tem origem na antropologia e na geografia.

Na visão antropológica os territórios são delimitados com base na linguagem comum e no compartilhamento de significados, o que torna possível a convivência em comunidade, que dá origem ao conceito teoricamente conhecido como “comunidades imaginadas”, que têm um caráter diferente das nações modernas (ANDERSON, 2008).

A geografia busca a origem da definição de território no latim *territorium*, relacionado com terra e nos tratados de agrimensura que significa “pedaço de terra apropriada”. Haesbaert (2004) faz uma síntese dos diferentes conceitos sobre o

território: 1) jurídico-político – definido por delimitações e controle de poder de caráter estatal; 2) cultural – visto como produto do imaginário ou da identidade social sobre o espaço; 3) econômico – produto do confronto entre classes sociais e da relação capital-trabalho.

Milton Santos (2006) apresenta as múltiplas dimensões dos conceitos de espaço e de território nos diferentes contextos até a fase atual da globalização, em que é central a ideia de “rede”, ligada tanto à infraestrutura material de transportes, energias e informações, quanto às redes sociopolíticas de pessoas, mensagens e valores que superam as divisões físicas e se constituem como espaços de conectividade, transmissores do processo de globalização.

Essa ideia de território global que abrange a sociedade inteira está atrelado ao conceito de tempo, que se torna cada vez mais rápido, porém não é homogêneo, ou seja, não tem a mesma velocidade e intensidade em todos os lugares; portanto, não se pode tratar de um território global, pois o tempo e o espaço são diferentes para cada local. Enfim, isso significa que o conceito de território somente se realiza no espaço local, em conexão com o global.

Esta publicação está dividida em seis partes: dados gerais do Estado de Santa Catarina; desenvolvimento do Estado de Santa Catarina; a política catarinense; políticas públicas em Santa Catarina; gestão pública; e obras estruturantes em Santa Catarina. Cada capítulo busca trazer as informações de forma contextualizada e fundamentadas em referências que permitam o diálogo e aprofundamento com outros autores.

Este trabalho pretende contribuir no sentido de conhecer a realidade atual do Estado de Santa Catarina, não de maneira linear, tampouco se limitar a compilar indicadores, mas fazer os dados dialogar com a realidade e propor uma análise de um conjunto de informações que permita o entendimento e a compreensão numa perspectiva futura.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Crescimento e desenvolvimento econômico*. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: junho de 2008.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi- territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANTOS, Milton (2006). **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora Edusp, 2006.
- VIEIRA, P.F.; BERKES, F. & SEIXAS, C.S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais. Conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: APED e Secco, 2005.
- WEBER, J. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (Orgs.) **Gestão de recursos naturais e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 2000, pp. 115-46.

PARTE 1

DADOS GERAIS
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA

O Estado de Santa Catarina é um dos menores do Brasil, porém, apresenta bons indicadores de desenvolvimento. Ocupa uma área de 95.736,165 km² (1,12% do território brasileiro), vigésimo em extensão territorial, 11^º em população, estimada em 7.001.161 habitantes (IBGE, 2017). De acordo com essa estimativa, a densidade demográfica que era 65,27 hab/km² em 2010 e passou para 73,13 hab/km² em 2017, subindo de nono para oitavo lugar no ranking nacional:

Quadro comparativo da densidade demográfica com base na estimativa 2017

Estado	Densidade demográfica (hab/km ²)
Distrito Federal	525,86
Rio de Janeiro	381,87
São Paulo	181,67
Alagoas	121,22
Sergipe	104,39
Pernambuco	96,59
Espirito Santo	87,15
Santa Catarina	73,13

Fonte: IBGE Cidades, 2015

De acordo com os dados do IBGE Cidades (2015), Santa Catarina também ocupa o sexto lugar no ranking do PIB brasileiro (atrás de SP, RJ, MG, RS e PR) e o quarto lugar em PIB per capita (atrás de DF, SP e RJ). Já em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ocupava o terceiro lugar (atrás apenas do DF e SP) (PNUD, 2010).

Santa Catarina tem 295 municípios, a capital do Estado é Florianópolis, a maior cidade é Joinville e o gentílico de Santa Catarina é barriga-verde.

Um dos desafios deste diagnóstico é compreender essa realidade, aprofundar a reflexão sobre as contradições subjacentes, bem como apontar possibilidades de avançar o desenvolvimento catarinense na perspectiva da inclusão produtiva, social e do desenvolvimento sustentável.

História e formação socioterritorial

Um breve resgate histórico da formação socioterritorial catarinense permite compreender algumas características específicas que explicam a infraestrutura do estilo de desenvolvimento atual.

As pesquisas antropológicas indicam que as primeiras ocupações humanas no território que atualmente compreende o Estado de Santa Catarina ocorreram através do Rio Uruguai, onde foram encontrados vestígios com aproximadamente 8.000 anos e com 6.000 anos os primeiros habitantes da ilha de Santa Catarina, nomeados de sambaquis (do guarani *tambá* = concha e *qui* = monte (RAMON, 2013). As terras catarinenses foram habitadas pelos tupis-guaranis (no litoral os Carijós; nos vales litorâneos e no planalto os grupos Xókleng e Kaingang).

O processo de colonização europeia no Sul do Brasil pode ser considerado tardio, menos ligado ao sistema agroexportador e mais preocupado com a disputa de fronteiras entre Portugal e Espanha, fundando núcleos de povoamento açorianos ao longo da costa (São Francisco do Sul – 1658; Desterro – 1673; Laguna – 1676), este último situado no marco Extremo Sul do Tratado de Tordesilhas¹.

O relevo e a rede hidrográfica dificultaram o acesso ao interior do território, diferentemente de outras regiões, portanto, o segundo movimento colonizador ocorreu praticamente um século depois, através da instalação de núcleos de repovoamento na região planalto (fundação de Lages, 1776), baseados no modelo jesuítico de estâncias (substituindo o ciclo de caça aos índios pela caça ao gado), configurando o chamado caminho das tropas, que fazem a ligação entre Piratininga (SP), Curitiba (PR), Lages (SC) e Viamão (RS).

No mesmo período ocorreu a criação da Capitania de Santa Catarina (1738), fortificando a ilha de Santa Catarina para a disputa com os espanhóis e instalando armações para a extração de óleo de baleia, com base em mão de obra escrava, para abastecimento do mercado português.

Ao longo do século XIX, já na fase de independência do Brasil, a região Sul recebe um fluxo migratório europeu das regiões mais empobrecidas baseadas nos modelos pré-capitalistas. Com isso, depois da primeira colônia alemã no Rio Grande do Sul (São Leopoldo, no vale do Rio dos Sinos, em 1824) e no Paraná (colônia de Rio Negro em 1829), Santa Catarina também recebe a primeira colônia alemã (São Pedro de Alcântara em 1829) no caminho entre Desterro e Lages. Depois se juntaram novas levas de imigrantes no vale do Itajaí (Blumenau em 1850) e região nordeste (Joinville em 1851). Os primeiros imigrantes italianos aparecem no final do século XIX, na borda da ocupação alemã no vale do Itajaí e na região Sul do Estado.

Diferentemente da experiência da pequena produção mercantil paulista, que se instala no interior da estrutura latifundiária cafeicultora, esses imigrantes sulinos,

¹ Em Laguna também foi instalada a sede da República Juliana, considerada um braço da Revolução Farroupilha. A República Juliana foi liderada por Davi Canabarro, por terra, e Giuseppe Garibaldi – líder revolucionário naturalizado italiano –, por mar, e funcionou entre 24 de julho de 1839 até 15 de novembro do mesmo ano.

expulsos de seus países pelo recrudescimento das relações capitalistas, instalam-se em pequenas propriedades rurais e urbanas, constroem uma estrutura paralela ao latifúndio e logo superam a fase meramente agrícola chegando à industrialização.

Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, Desterro passou a ser chamada de Florianópolis (1894), perdeu a importância comercial e passou ao papel de capital meramente administrativa. Com a Revolução de 1930, ocorre uma nova fase de estímulo à industrialização, através do desenvolvimento da infraestrutura de transporte e comunicações e a ocupação da região Oeste do Estado, depois da Guerra do Contestado (1912/16)², já numa segunda fase da imigração europeia vinda do Rio Grande do Sul.

Nesse mesmo período ocorre uma atração pela ocupação da orla marítima, através da construção de residências secundárias para famílias que residiam nas áreas coloniais localizadas próximas à faixa litorânea, desenvolvendo o turismo como novo polo dinâmico da economia da formação socioterritorial catarinense:

Associada às feições geomorfológicas do extenso litoral de Santa Catarina, encontra-se uma grande diversidade de praias arenosas, baías e enseadas, lagunas costeiras de diferentes formas e tamanhos, estreitamente vinculadas às atividades socioeconômicas das comunidades tradicionais (PERREIRA, 2003, p. 111).

As diferentes fases e contextos da imigração e colonização catarinense explicam, em grande medida, as características estruturais do desenvolvimento atual marcado por diferenças regionais.

Finalmente, o tema da identidade catarinense tem tido distintas tentativas de construir símbolos que unifiquem e diferenciem traços típicos da cultura de Santa Catarina, a exemplo da “ideologia” do gauchismo, paulista, baiano e outros.

A primeira tentativa se deu ainda no século XIX, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, num contexto marcado pela Revolução Federalista de 1893, baseado na visão iluminista e na construção dos “heróis fundantes”, ou mitos de origem que justificassem a existência de uma identidade catarinense. Nesse momento surgiram símbolos ligados aos luso-brasileiros ilustres e estabelecidos no litoral.

No segundo momento, no período getulista, ocorre a ascensão de representantes da família Ramos ao poder ligado a uma política nacionalista e as etnias, como alemães e italianos, sofreram um violento processo de incorporação à chamada cultura brasileira.

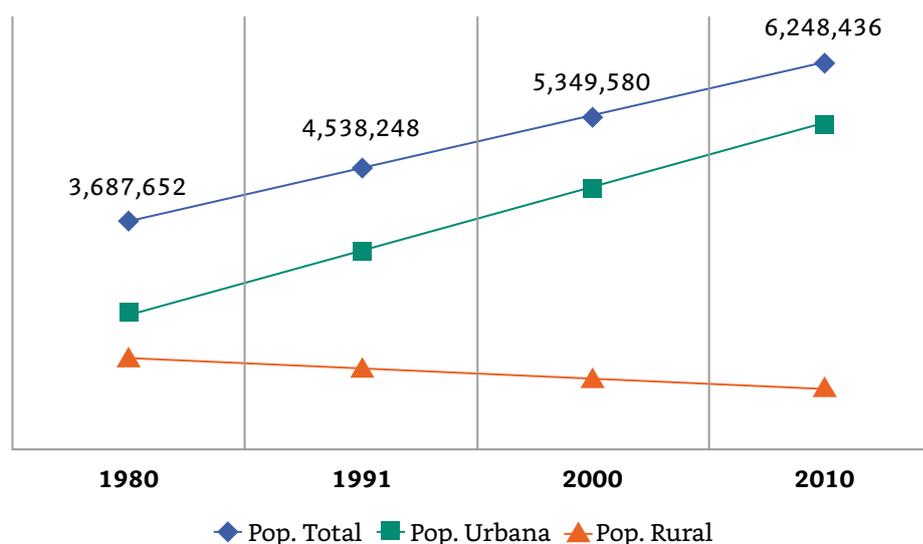
² A Guerra do Contestado foi o mais longo conflito armado da história de Santa Catarina, num confronto entre os caboclos contra o governo estadual e federal, no período entre outubro de 1912 e agosto de 1916. Além de a região ser disputada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina, recebeu este nome de Contestado porque os agricultores se opuseram a doação de terras do governo brasileiro aos madeireiros e à Southern Brazil Lumber & Colonization Company, construtora de uma ferrovia. Os caboclos, revoltados, travaram uma guerra santa, liderados pelos monges João Maria e José Maria.

Já a terceira fase ocorre nos anos 1980 em diante, buscando traços culturais próprios que diferenciam Santa Catarina dos demais Estados da Federação. Dentre os autores o mais proeminente foi Peluso Júnior, que cria o conceito de Catarinensismo e a estratégia de Catarinização, buscando forjar uma identidade catarinense, num contexto marcado pela heterogeneidade étnica e cultural, resgatando o Contestado e outros fatos historicamente renegados na “história oficial”, porém, a única visão que identifica e dá unidade aos catarinenses é a existência de um mosaico constituído por enfoques culturais, étnico, geopolítico e econômicos diferenciados (SERPA, 1996).

Características demográficas de Santa Catarina

Mesmo sendo o vigésimo Estado brasileiro em extensão, Santa Catarina está em décimo primeiro em população, em função de um crescimento demográfico e da urbanização, que a partir dos anos 1990 manteve-se acima da média nacional.

Evolução demográfica de Santa Catarina

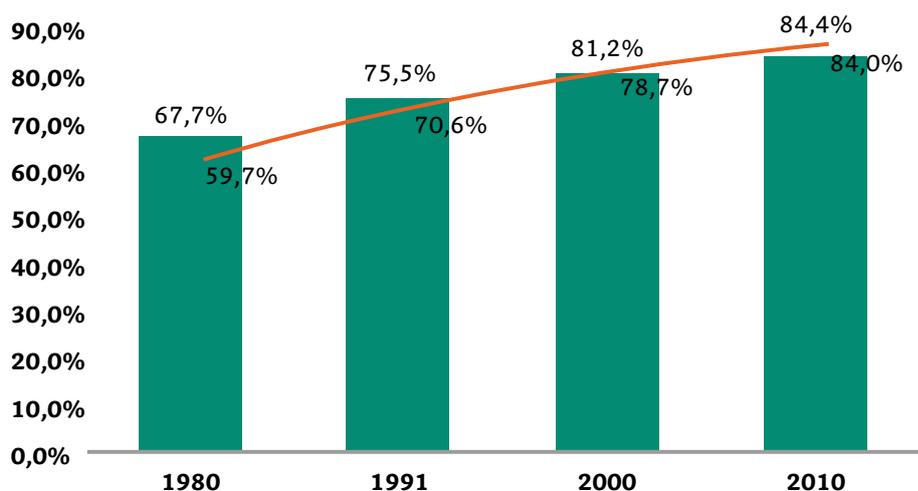


Fonte: IBGE, Série Histórica do Censo Demográfico, 2010

Comparando essa evolução com a média nacional, percebe-se que Santa Catarina cresceu 23,1% na primeira década (1980-1990), 17,9% na segunda e 16,8% na terceira, enquanto a população brasileira cresceu, respectivamente, 21,3%; 15,4% e 12,5%. Isso significa que o Estado correspondia a 3,04% da população nacional em 1980 e passou para 3,28% em 2010.

O mesmo ocorre em relação à urbanização, que em 1980 era pouco mais de metade da população catarinense, alcançando o índice médio brasileiro em 2010, enquanto a população rural não apenas diminuiu o percentual de 40,3% em 1980, para 16% em 2010, como também a quantidade absoluta de pessoas residentes no meio rural reduziu em 485.779 habitantes ao longo dessas quatro décadas.

Comparativo da evolução percentual da urbanização no Brasil e Santa Catarina



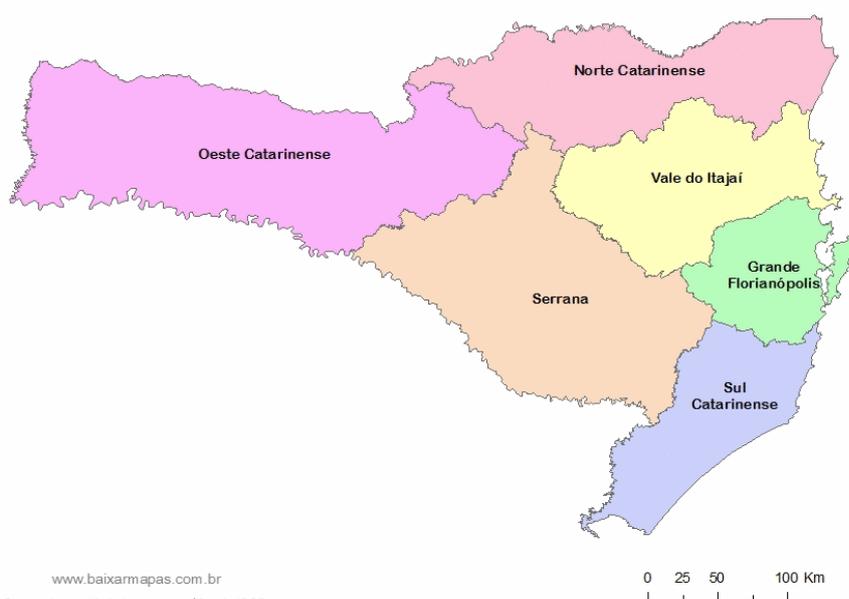
Fonte: IBGE, Série Histórica do Censo Demográfico, 2010

De acordo com o censo do IBGE (2010), apenas 82% da população atual nasceu em Santa Catarina, ou seja, 1.121.142 pessoas são nascidas em outras unidades da Federação e no exterior (18%). Dentre os nascidos no próprio Estado, 2.739.422 pessoas estão fora do seu município natal (43,8%).

A população catarinense está distribuída em seis mesorregiões: Sul Catarinense (14,8%); Grande Florianópolis (15,9%); Vale do Itajaí (24,1); Norte Catarinense (19,4); Planalto Serrano (6,5%); e Oeste Catarinense (19,2%) (IBGE, 2010).

Mapa das macrorregiões de Santa Catarina

ESTADO DE SANTA CATARINA - MESORREGIÕES



Dos 295 municípios catarinenses, a maioria (174) tem menos de 10 mil habitantes e apenas 12 municípios têm mais de 100 mil pessoas. No entanto, o maior

percentual da população está na faixa dos maiores municípios, das quais apenas dois estão a mais de 100 km de distância da costa (Lages e Chapecó):

Percentual da população por grupos de tamanho dos municípios catarinenses

	Nº Mun.	% Pop
Menos 10 mil	174	12,8%
10 a 50 mil	94	29,1%
50 a 100 mil	15	15,7%
Mais 100 mil	12	42,4%
Total	295	100%

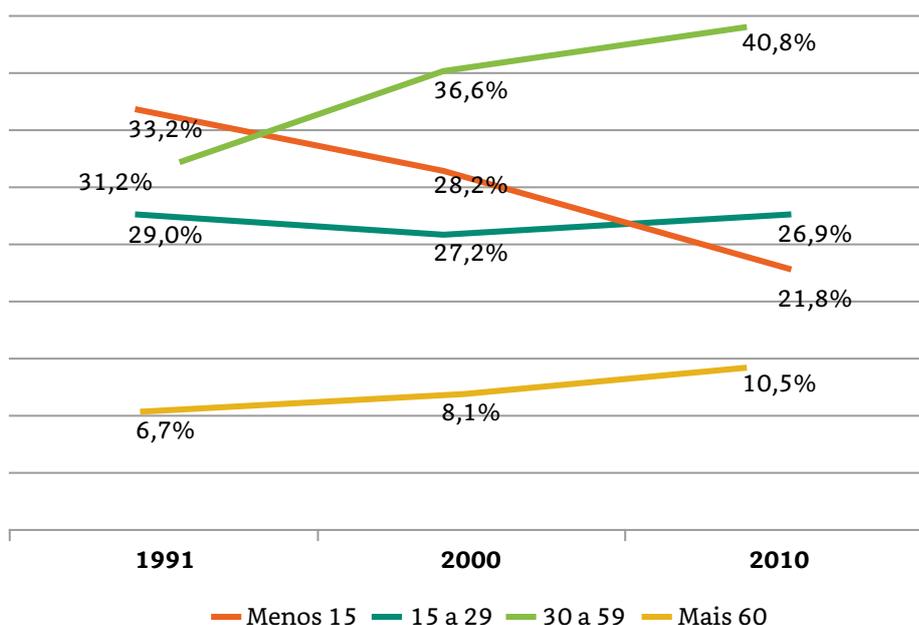
Fonte: IBGE, 2010

A proporção da população catarinense por sexo é de 49,6% homens e 50,4% mulheres, sendo que no meio rural essa relação se inverte, ou seja, 52,2% são homens e 48,7% mulheres, acentuando a diferença ao considerar a urbanização por regiões, pois, na Grande Florianópolis, onde 92,1% da população é urbana, as mulheres correspondem a 51%; e na região Oeste, que tem o menor percentual de urbanização (71,7%), a distribuição por sexo é praticamente equivalente (50% de cada), sendo que nessa mesma região apenas 47,5% da população do meio rural são mulheres (IBGE, 2010).

Em relação à etnia, de acordo com os dados do Censo do IBGE (2010) baseados na autodeclaração, 83,97% se declaram brancos, 2,94% negros, 12,41% pardos, 0,42% amarelos e apenas 0,26% indígenas. O maior percentual dos que se auto-declaram negros fica na região da Grande Florianópolis (4,4%) e a menor no Vale do Itajaí (2%). Entre os pardos, o maior percentual está na região Serrana (25,1%) e o menor no Sul (6,1%).

A distribuição da população catarinense por faixa etária segue a mesma dinâmica nacional, porém, com um pouco mais de intensidade, reduzindo as faixas de menor idade (especialmente menores de 15 anos) e ampliando de idade mais avançada (especialmente entre 30 e 59 anos).

Evolução dos percentuais por faixa etária em Santa Catarina



Fonte: IBGE, Série Histórica do Censo Demográfico, 2010

Enfim, ainda que se trate de um Estado pequeno em território, as principais tendências demográficas de Santa Catarina correspondem a um ritmo de crescimento de população e urbanização acima da média nacional, decorrentes da migração interna (êxodo rural e diminuição da população das pequenas cidades) e de outros Estados. Há também uma tendência de envelhecimento da população e a distribuição da população feminina segue a mesma lógica, ampliando-se nas regiões urbanas. Ainda que exista uma invisibilidade da população negra, o Estado tem uma população branca proporcionalmente maior que a média nacional.

Características geográficas e ambientais de Santa Catarina

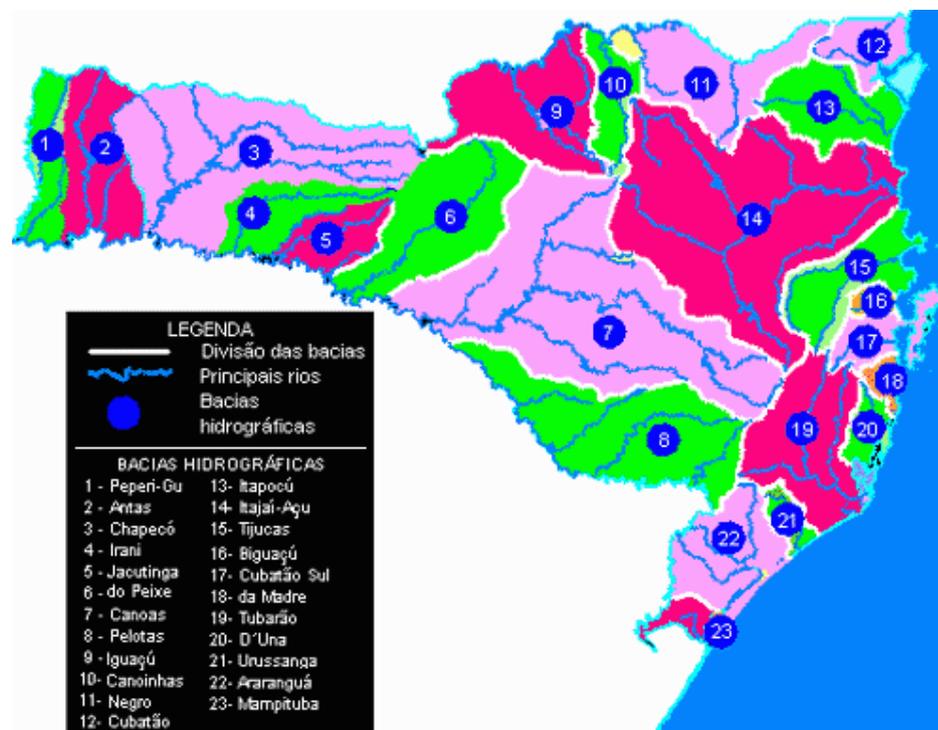
A geografia de Santa Catarina é bastante diversificada, com um relevo muito acidentado, o que explica ocorrência frequente de enchentes. Os tipos de relevo são: Planície Costeira na faixa litorânea com vegetação variada (mangues, restingas, praias, dunas e Mata Atlântica); Serras Litorâneas formadas pelas Serras do Mar e a Serra Geral, que criam uma barreira que divide o Estado entre a Planície Costeira e a região do Planalto Central; e Planalto Ocidental, que ocupa a maior parte das terras catarinenses no interior.

É um dos Estados com o relevo mais alto, tendo 77% de seu território com altitude superior a 300 metros e 52% com altitudes superiores a 600 metros. Com isso, apesar do clima ser caracterizado como subtropical, as regiões mais altas atingem os níveis de temperatura mais baixos do Brasil durante o inverno (o ponto mais alto, o Morro da Igreja, com 1.822 metros de altitude).

Os terrenos do Planalto Central (Floresta Ombrófila Mista) são pouco férteis, explorados por campos para a pecuária e madeira. Os solos de floresta subtropical úmida caracterizam-se por sua fertilidade, apesar de seu grande desgaste por sua utilização imprópria.

Os rios que descem pelo território de Santa Catarina fazem parte de ambos os sistemas autônomos delimitados pela Serra Geral e pela Serra do Mar. A bacia do Atlântico Sul é constituída por bacias delimitadas entre si, como as sub-bacias fluviais do Itajaí-Açu, do Tubarão, do Araranguá, do Tijucas e do Itapocu. No sertão do Estado, duas bacias se juntam para que seja formada a bacia do Prata: a bacia fluvial do Paraná, cujo afluente de maior importância é o rio Iguaçu, e a bacia fluvial do Uruguai, que tem como maiores afluentes os rios Pelotas, Canoas, Chapecó e do Peixe, sendo que no total são 23 bacias hidrográficas.

Mapa com os principais rios e bacias hidrográficas de Santa Catarina

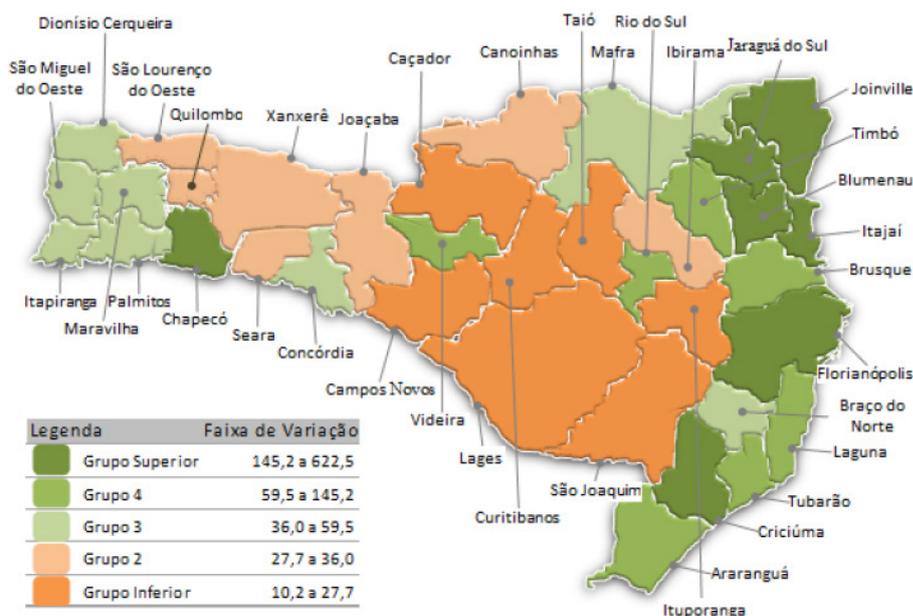


Fonte: site [CASAN](#)

Estudos recentes vêm buscando mapear e propor políticas públicas para a preservação e uso racional do Aquífero Guarani, que tem 1.100.000 km² (70,2 % no Brasil), que em Santa Catarina está integrado com a área do Aquífero Serra Geral, formando o Sistema Integrado Guarani/Serra Geral, que abrange 49.000 km² (51% do Estado). (SCHEIBE, 2012)

O litoral do Estado de Santa Catarina se estende por 561,4 km, desde a foz do rio Saí-Guaçu, na divisa com o Paraná, até a foz do rio Mampituba, na divisa com o Rio Grande do Sul. Há um processo de litoralização da população catarinense, atraída especialmente pelo turismo e demais atividades do setor terciário.

Mapa da densidade demográfica por regiões de Santa Catarina



Fonte: SEF/SC: Caderno de indicadores 2016

Por fim, a paisagem catarinense é bastante diversificada e responsável por diferentes atividades primárias, desde a extração mineral (carvão, no Sul), a pesca artesanal e industrial (na faixa litoral), extração de madeira e reflorestamento (região Serrana) e pela agricultura em praticamente todas as regiões, com destaque para o Oeste. Ao mesmo tempo, a exploração predatória de todas essas atividades vem causando um impacto ambiental muito forte, comprometendo o desenvolvimento futuro do Estado.

Theis, Strelow e Butzke (2014) apresentam um panorama do impacto ambiental como consequência histórica do desenvolvimento em Santa Catarina. Originalmente, o território catarinense estava coberto por uma imensa área verde, com grande destaque para a Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Mista, Decidual e Densa), que cobria 83,70% do território. Antes da chegada dos imigrantes, as ações predominantes no território eram o extrativismo e queimadas realizados pelos povos originários, mas não configuravam desmatamento, já que aconteciam em pequena escala (VIBRANS et al, 2012 apud Theis, Strelow e Butzke, 2014).

A subdivisão da cobertura florestal do Estado, originalmente, era: Floresta Ombrófila Densa, que cobria 29.282,00 km² (30,71% do território); Floresta Ombrófila Mista, que cobria 42.851,56 km² (44,94% do território); Floresta Estacional Decidual, que cobria 7.670,57 km² (8,04%); Campos Naturais, perfazendo 13.543 km² (14,20%) e; outras, como os manguezais, que cobriam 1.999,05 km² (2,10%) (VIBRANS et al, 2012 apud THEIS, STRELOW E BUTZKE, 2014).

Com a chegada dos europeus e de seu modelo de produção e após anos de manejo intensivo dos “recursos verdes” de Santa Catarina, a Floresta Ombrófila Mista viu

sua área reduzir para 12.317 km² (28,74% da área original). Da Floresta Ombrófila Mista ainda restam 12.632,70 km², (43,14% do original), porém, fragmentados no território. Da Floresta Estacional Decidual restam ainda 1.250,60 km² (16,30% da original) (VIBRANS et al, 2012 *apud* THEIS, STRELOW E BUTZKE, 2014).

O território catarinense vem adquirindo uma nova paisagem, em que as florestas e os antigos modos de vida, baseados na agricultura familiar, dão lugar à monocultura do pinus e eucalipto. Para ilustrar, entre 2005 e 2011 o crescimento da área plantada de pinus foi de 2,12%, e a área plantada de eucalipto, 71,15% (ABRAF, 2012 *apud* THEIS, STRELOW E BUTZKE, 2014).

No caso catarinense, a preocupação do Estado frente à destruição da cobertura vegetal tem longo caminho, mas concentra-se não na preservação e sim na garantia da continuidade da expansão econômica do setor madeireiro, tendo seu maior expoente no incentivo ao plantio de pinus e eucalipto (CARVALHO, MORETTO, NODARI, 2010 *apud* THEIS, STRELOW E BUTZKE, 2014). Está aí o Código Florestal que não deixa comprovar o contrário: favorece a apropriação dos recursos florestais comuns, segundo interesses privados.

As águas catarinenses também há muito não são mais as mesmas. As principais fontes poluentes dos recursos hídricos são os esgotos sanitários, efluentes industriais, resíduos sólidos, atividades agropecuárias e de extração mineral. No caso dos esgotos, a maioria dos municípios catarinenses não conta com um tratamento e destinação adequados dos mesmos nos núcleos urbanos (SANTA CATARINA, s/d *apud* THEIS, STRELOW E BUTZKE, 2014).

Algumas indicações dão conta de que alguns municípios que estão inseridos na região Hidrográfica do Uruguai sofrem pressões poluidoras provindas da indústria alimentícia, com destaque para os frigoríficos, e das obras de hidrelétricas (BRASIL, 2012 *apud* THEIS, STRELOW E BUTZKE, 2014).

A indústria de papel e celulose, que se concentra nas sub-bacias dos rios Canoas e do Peixe, afeta consideravelmente a qualidade da água na região. Já na região hidrográfica do Atlântico Sul, a atividade minerária é apontada como a que mais contribui para a degradação dos recursos hídricos. Justamente, a região Sul Catarinense (bacias hidrográficas dos rios Araranguá, Urussanga e Tubarão) é que mais sofre com esta pressão (BRASIL, 2012). Um dos principais poluentes da bacia do Rio Itajaí são os esgotos urbanos, lançados no rio e no solo, com destaque para Blumenau. A rizicultura também exerce grande pressão sobre os recursos hídricos, seguido da suinocultura e avicultura, predominantes nas bacias do rio Itajaí e litoral. A extração da argila, predominante no Litoral Sul de Santa Catarina, também é apontada como possível fonte de degradação dos corpos hídricos, por provocar assoreamento (BRASIL, 2012 *apud* Theis, Strelow e Butzke, 2014).

Um grande poluidor do solo (e das águas) catarinense são os agrotóxicos. Entre 2000 e 2009 foram consumidos em território catarinense “apenas” 5.622,9 toneladas (IBGE/SIDRA *apud* Theis, Strelow e Butzke, 2014). São esses produtos químicos que foram parar no alimento que chegou a mesa de muitas pessoas, que contaminaram o solo, lençóis freáticos, rios e córregos. O uso de agrotóxicos em Santa Catarina deve seu aumento, ao longo dos anos, tanto à indústria quanto ao sistema oficial de extensão rural (CARVALHO, NODARI, NODARI, 2009 *apud* THEIS, STRELOW E BUTZKE, 2014).

Referências

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUA E SANEAMENTO. *Site*. Disponível em: <<http://www.casan.com.br/menu-conteudo/index/url/bacias-hidrograficas#0>>. Acesso em: jan. 2018.

GAVAZZONI, Antonio Marco. *Sustentabilidade e governança na reforma no Estado de Santa Catarina: um novo olhar para a gestão da saúde*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*, resultados. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso: jan. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Cidades 2017*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso: jan. 2018.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. *Revista Geosul*, Florianópolis, v.18, n.35, p. 99-129, 2003.

_____. Santa Catarina no contexto da formação sócio-espacial do Brasil meridional: do período colonial ao início do Século XX. In. *Santa Catarina: estudos de geografia econômica social*. Armen Mamiginian (organizador). Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011. 474 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. *Atlas Desenvolvimento Humano*. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/santa-catarina>. Acesso em: jan. 2018.

SCHEIBE, 2012. *O Sistema Aquífero Integrado Guarani/Serra Geral e o uso das águas subterrâneas no oeste de Santa Catarina*. Disponível em http://segesc.paginas.ufsc.br/files/2012/11/aq_guarani_scheibe_Isegesc.pdf. Acesso em: jan. 2018.

SEBRAE. *Santa Catarina em Números*. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 150p.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA/SC - SEF. *Cadernos de indicadores 2016*. Disponível em: <http://www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/relatorios/11/Caderno_de_indicadores_2016___Revisao_final_junho_0.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

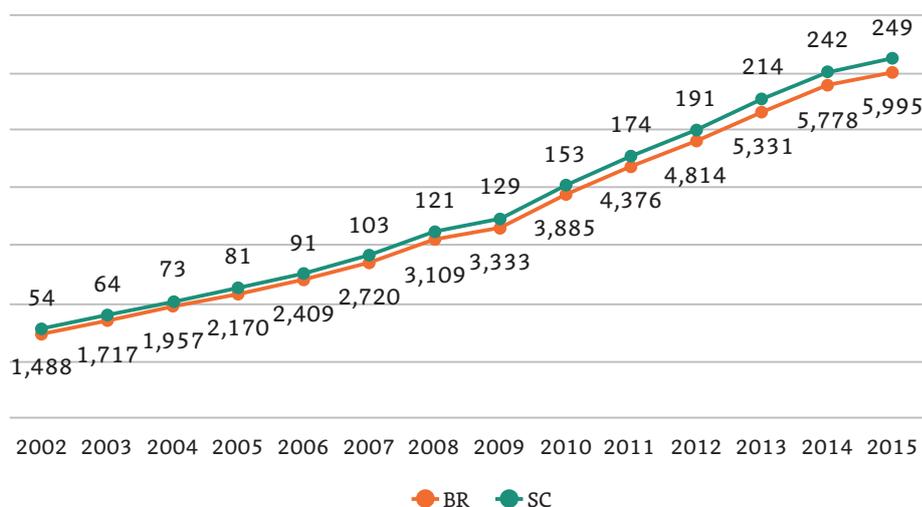
PARTE 2

DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA

Dados gerais da economia

Santa Catarina chegou a um PIB de 249 bilhões em 2015, ocupando a sexta posição nacional, passando os Estados da Bahia e do Distrito Federal. Esse valor corresponde atualmente a 4,15% da produção nacional, sendo que em 2002 esse percentual de participação era de 3,63%. A evolução do PIB catarinense no período de 2002 até 2015 ficou acima da média do crescimento brasileiro.

Curva de crescimento do PIB catarinense em relação ao PIB nacional (em bilhões de reais)



Fonte: IBGE – Contas Nacionais/Séries Históricas

Atualmente o setor primário é responsável por 4,3% do PIB catarinense, o setor secundário por 33,7% e o terciário por 62% (FIESC, 2015). No Brasil, atualmente, o setor agropecuário responde por 5,8% do PIB, a indústria por 21% e o setor de serviços por 73,2% (SEBRAE, 2017¹).

Em Santa Catarina os bancos públicos respondem por 90% da oferta de crédito, são responsáveis por 100% da distribuição dos valores dos programas sociais, respondem por 70% dos empregos bancários, pagam salários superiores aos do setor privado (DIEESE, 2017).

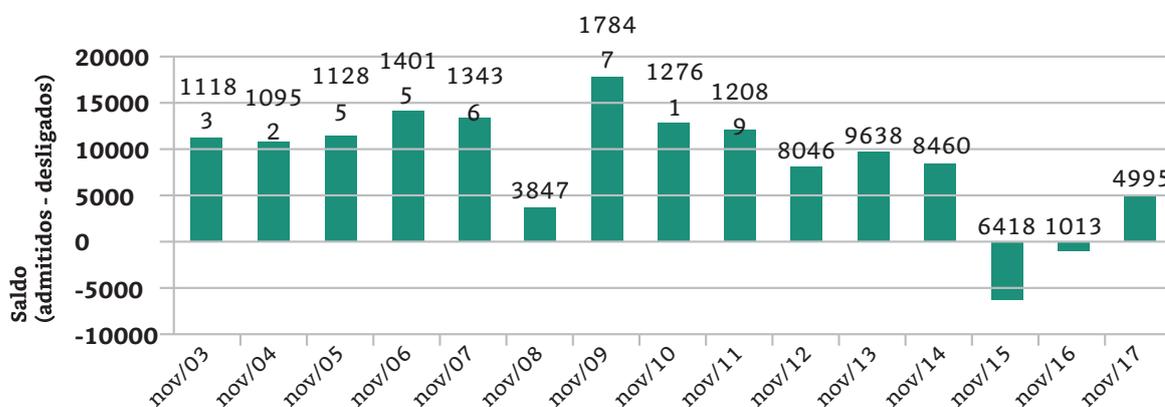
O segmento alimentar é o mais representativo na economia industrial do Estado. Santa Catarina é o maior produtor de suínos e pescados e o segundo de frangos do país, mesma posição ocupada pela indústria têxtil e do vestuário. Em 2014, as exportações catarinenses alcançaram US\$ 9 bilhões, o que corresponderam a 4% das exportações brasileiras, ocupando a décima colocação no ranking nacional. Os principais mercados de destino dos produtos catarinenses em 2014 foram Estados Unidos (12,9%), China (10,9%), Japão (5,9%) e Rússia (5,5%) (FIESC, 2015).

¹ <http://datasebrae.com.br/pib/>

Em relação à População Economicamente Ativa (PEA), também houve um crescimento do percentual nos últimos anos, passando de 50,1% em 2000, para 56,7% em 2010, ou seja, com o aumento da população na faixa etária intermediária (35 a 50 anos), houve um incremento no percentual da PEA.

O saldo entre admitidos e desligamentos de emprego, tomando por base o mês de novembro de 2017 – numa série histórica em comparação com o mesmo dos anos anteriores –, demonstra a evolução do nível de emprego em Santa Catarina, que acompanha a tendência nacional. Ainda que em 2008 houvesse um saldo negativo no país, o Estado manteve um baixo índice positivo de emprego, o mesmo ocorrendo em 2017. Nos anos de 2015 e 2016, Santa Catarina apresentou saldo negativo de emprego da mesma forma que o indicador nacional.

Evolução do emprego formal em Santa Catarina (2003/2017)

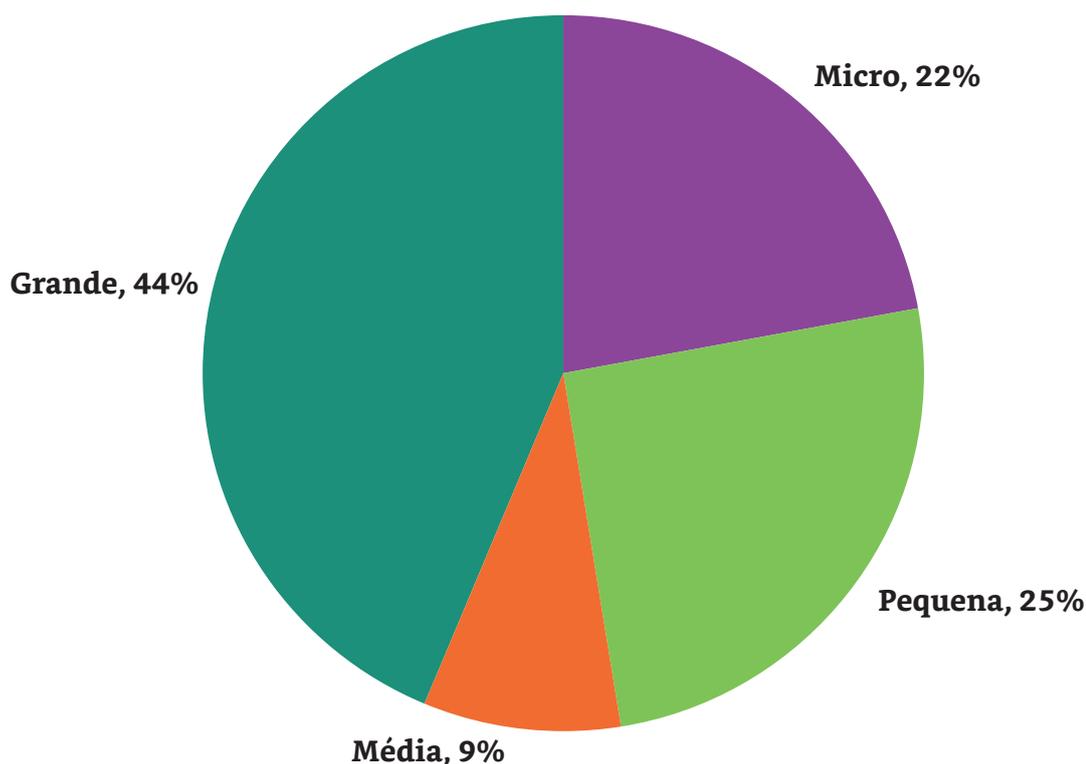


Fonte: CAGEG – Ministério do Trabalho e Emprego

Utilizando o critério de classificação do porte das empresas por número de empregados o Sebrae/SC (2013) apresentou a distribuição da quantidade de empresas por tamanho em Santa Catarina, segundo o critério da indústria²: microempresas - 319.939 (93,5%); pequenas empresas - 19.558 (5,7%); médias empresas - 1.938 (0,6%); e grandes empresas - 839 (0,2%). De acordo com esse mesmo critério, utilizando dados da RAIS (2016), apresenta-se a distribuição de empregados por porte de empresas e percebe-se que a maior fatia da força de trabalho está concentrada nos grandes estabelecimentos.

² Micro: com até 19 empregados; Pequena: de 20 a 99 empregados; Média: 100 a 499 empregados; Grande: mais de 500 empregados. Obs.: - O presente critério não possui fundamentação legal, para fins legais, vale o previsto na legislação do Simples (Lei 123 de 15 de dezembro de 2006).

Percentual de empregos formais segundo tamanho dos estabelecimentos em Santa Catarina



Fonte: RAIS – Ministério Trabalho e Emprego (2016)

Na agricultura, Santa Catarina também tem a menor concentração fundiária do país, em que os 50% menores estão em 10,6% das áreas e os 5% maiores em 49,1%, vide o quadro com uma síntese da estrutura fundiária brasileira por região do país (BACHA, 2004).

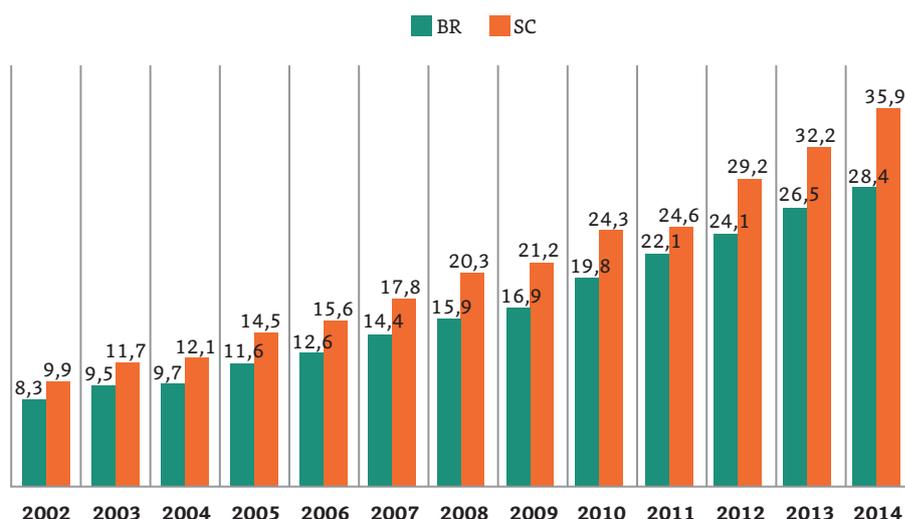
Estrutura fundiária brasileira

Região	Tamanho médio das propriedades	Proporção área dos 50% menores (ha)	Proporção de área dos 5% maiores (ha)
Norte	131,6	3,6	65,6
Nordeste	33,9	2,1	67,6
Centro Oeste	448	2,8	62,4
Sudeste	76,2	4,9	53,2
Sul	44,3	7,5	56,8

Fonte: Dados do Censo Agropecuário (1995/96 apud BACHA, 2004, p. 205).

Em relação ao PIB *per capita*, o Estado de Santa Catarina mantém historicamente um valor acima da média nacional, sendo que o rendimento médio mensal per capita dos catarinenses é o segundo maior do país, no valor de R\$ 861 (IBGE Cidades, 2017), atrás apenas do Distrito Federal, com R\$ 868 mensais.

PIB per capita de Santa Catarina comparado com média nacional (em mil reais)



Fonte: IBGE – Contas Nacionais e Tribunal de Contas do Estado de SC 2014 e 2016

Esses dados gerais demonstram que o desempenho da economia catarinense apresenta bons indicadores, um pouco acima da média nacional, o que se repete também em relação aos indicadores sociais, que serão apresentados posteriormente. Porém, recomenda-se analisar esses dados criticamente e perceber suas contradições internas, os custos sociais e ambientais deste modelo e o papel do Estado nesse contexto, pois, todas as mazelas do capitalismo estão presentes e se fazem refletir de forma intensa sobre uma parcela significativa da população.

Estilo de desenvolvimento catarinense

Conforme apontado anteriormente, a formação socioterritorial explica em partes o estilo de desenvolvimento atual, ou seja, a colonização tardia e em diferentes etapas, voltada inicialmente para a subsistência, portanto, distribuída em pequenas propriedades e a baixa fertilidade do solo em algumas regiões, foi responsável pelo perfil singular da economia catarinense. “A solidez do pequeno empreendedorismo de base familiar pode ser entendido como expressão de um *modo de vida* profundamente enraizado no tecido social” (VIEIRA & CUNHA, 2002, p. 291).

Somam-se a esse perfil as condições geográficas e a falta de infraestrutura de comunicação e transportes entre diferentes regiões do Estado, que acabaram valorizando a autonomia local e a coesão comunitária em busca de alternativas endógenas para se desenvolver. Na primeira metade do século XX as bases produtivas foram se expandindo, até que as mudanças no cenário mundial e nacional após a II Guerra Mundial impuseram a necessidade de uma metamorfose do capital de estilo mercantil para um capital de estilo industrial, juntamente com a diversificação das atividades (GOULARTI, 2007).

O padrão de crescimento da indústria catarinense de 1880 a 1945 era baseado no setor têxtil, alimentício, extração mineral (carvão) e vegetal (madeira e erva-mate), ampliando e diversificando para outros setores: cerâmico, papel e celulose e metalomecânico.

De acordo com Goularti (2007), essas mudanças ocorreram no período de 1945 até 1962, o que gerou alguns estrangulamentos na infraestrutura de transporte, energia e crédito, forçando a ação do Estado para viabilizar os interesses do capital e o processo de acumulação.

Na fase seguinte entraram em ação os planos de desenvolvimento chamado Plano de Metas do Governo (Plameg - 1961-65), Plameg II (1966-70), Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD - 1971-74) e Plano de Governo (PG - 1975-79), buscando dar respostas em quatro grandes áreas: a) financeira, com a finalidade de dotar o Estado de capacidade financeira para financiar investimentos de longo prazo por meio de agências de fomento e programas de incentivos; b) de transporte, para integrar as mesorregiões produtoras aos mercados nacional e estadual; c) de energia, para ampliar a área de atuação das Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A (Celesc), distribuindo e gerando mais energia; d) de telecomunicações, para aumentar a rede de telefonia e a oferta de linhas (GOULARTI, 2007). Esse estilo de planejamento considerava fundamentalmente o aspecto econômico, afinado com o padrão autoritário-tecnocrático-racionalista no país, baseados na intervenção do Estado que reforçou a estrutura desigual pré-existente (THEIS & VARGAS, 2007).

O caso da agroindústria é um exemplo dessa transformação. Na década de 1940, o capital comercial acumulado em nível local se transformou em capital industrial e foram fundados os frigoríficos de suínos na região Oeste Catarinense: Perdigão (1940); Sadia (1944); Chapecó (1952); e Seara (1956). As agroindústrias começaram a “integrar” esse sistema produtivo com base em contratos, nos quais as empresas se comprometiam com o fornecimento de insumos, medicamentos e assistência técnica e com a compra da produção; aos agricultores, cabia a obrigação de adesão às orientações técnicas e fazer o pagamento dos insumos e medicamentos quando da entrega dos suínos às empresas.

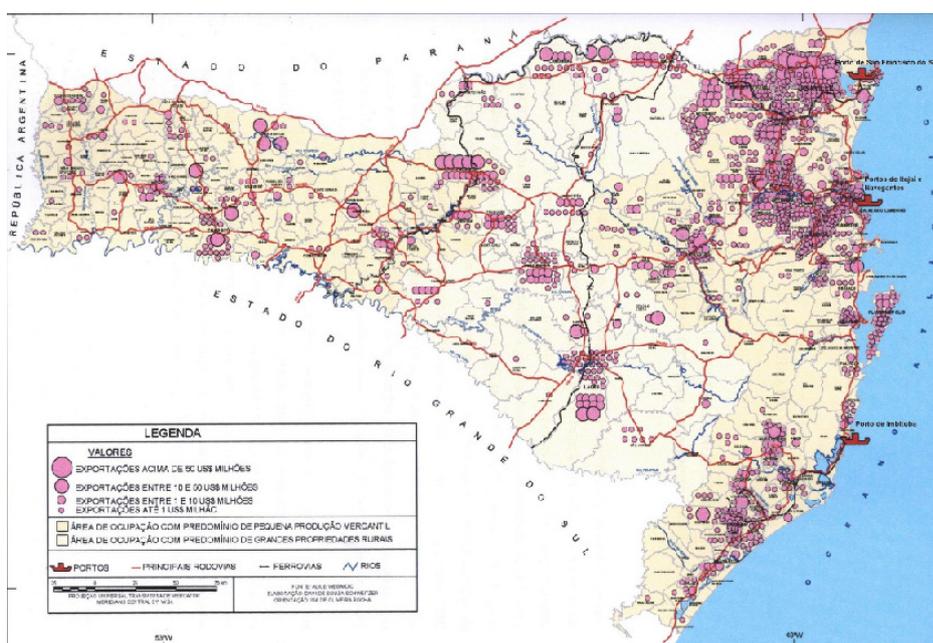
No período de diversificação e expansão das políticas agrícolas das décadas de 1960/70, embora Santa Catarina tivesse uma estrutura fundiária menos concentrada que outros Estados brasileiros, os setores beneficiados com créditos, subsídios, amparo tecnológico e assistência técnica foram as grandes empresas (GOULARTI, 2007).

Um exemplo foi a produção de suínos, que a partir de então passou a ser organizada na forma de “ciclo completo” (o agricultor comprava medicamentos e insumos e vendia suínos para o abate, produzindo milho e outros insumos na

propriedade para diminuir custos e aumentar a margem de ganho do produto), passou por um processo de “verticalização da integração”, em que as empresas exigiam uma expansão da quantidade produzida, incremento na produtividade e incorporação de novas técnicas, raças de suínos e estruturas em termos de instalações e equipamentos e passaram a selecionar unidades agropecuárias para a produção tanto de aves como de suínos (CORAZZA, 2013).

Verifica-se também que ao longo do tempo o Estado investiu em vantagens para favorecer as exportações. Exemplo disso é a existência de cinco portos exportadores. Santa Catarina é a única unidade da federação com tal quantidade de opções, sendo dois públicos e três privados: Imbituba (público), no Sul do Estado, com excelente condição natural de calado para embarcações, foi criado para escoamento do carvão, mas atende também a exportação de cerâmica e derivados químicos produzidos no Sul, interligado pela ferrovia Teresa Cristina, enfrentou crise pós 1990 e retomou crescimento com a conclusão da duplicação da BR-101, trecho sul, em 2010; Itajaí (público), no litoral norte, e Navegantes (privado), no mesmo espaço, um cada lado da foz do rio Itajaí-Açú, principal destino das produção frigorífica, têxtil e cerâmico, interligados pela BR-101 e BR-470, que conecta com a BR-282 à região produtora no Oeste catarinense; São Francisco do Sul (público), na região Norte do Estado, interligado pela ferrovia ALL e BR-280, principal destino de grãos, metalomecânico e madeira; e recentemente o porto de Itapoá (privado), no Extremo Norte do, com o mesmo perfil de produtos que São Francisco do Sul. Contudo, as deficiências consideradas pontos de estrangulamento logístico se dão em decorrência do sucateamento e intenso tráfego nas rodovias (ROCHA et al, 2011).

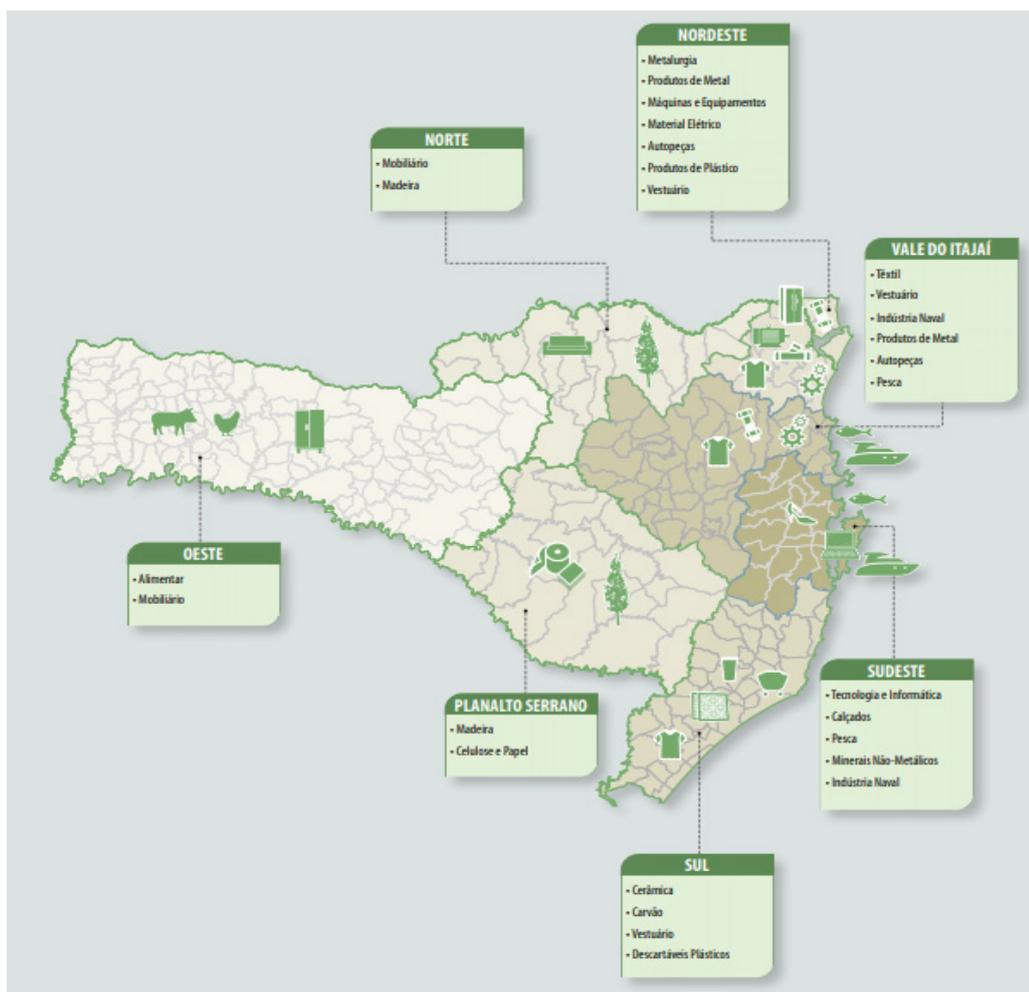
Distribuição das empresas exportadoras e infraestrutura de transportes de Santa Catarina



Fonte: Rocha et al (2011)

Com a presença do Estado, o tipo de ocupação e o tamanho de propriedades foram se transformando em um estilo de exploração capitalista diferenciado, e esse processo ocorreu de forma semelhante nos diferentes setores da economia. O resultado foi que “A maioria das regiões do Estado acabou se tornando especializada num setor industrial, em função da cultura local, da base de recursos naturais disponíveis e da percepção e decisão dos empreendedores” (VIEIRA & CUNHA, 2002, p. 290), vide o mapa atual das principais concentrações industriais por regiões:

Mapa das principais concentrações industriais por região de Santa Catarina



Fonte: FIESC (2015)

Tais características levaram muitos autores identificar um “modelo” catarinense de desenvolvimento, sistematizado por Cunha (2002) na figura abaixo:

Estilização dos modelos de desenvolvimento brasileiro e catarinense

Especificação	Brasil	Santa Catarina
Distribuição geográfica	População concentrada em regiões metropolitanas	População dispersa em polos meso-regionais

Parque industrial	Elevada concentração no eixo Rio-São Paulo	Distribuição equilibrada: regiões especializadas com aglomerações setoriais locais
Perfil da Agropecuária: Quanto ao módulo predominante Quanto a produção	Propriedade de médio e grande porte Predomínio da agricultura	Pequena propriedade agrícola familiar temporariamente bem sucedida Equilíbrio em lavoura e pecuária (aves, suíno e gado)
Origem das empresas	Empresas líderes mundiais e grandes grupos econômicos nacionais	Predomínio de empresários locais/estaduais e papel secundário de estatais produtivas e multinacionais
Capitalização	Origem dos recursos: a) <i>Fase pioneira</i> : capitais do setor cafeeiro e comércio exterior b) Após 1960: - recursos governamentais (estatais federais); - recursos de multinacionais (repassados pelas filiais estabelecidas no Brasil)	a) <i>Fase pioneira</i> : artesanato industrial e pequena empresa (recursos oriundos de atividades comerciais, de captação de poupança do setor rural e lucros retidos) b) Após 1960: - recursos próprios; - financiamentos de longo prazo de Bancos de Desenvolvimento e incentivos fiscais estatais
Geração de empregos	Oferta limitada de empresas industriais Drástica redução de oferta de emprego após 1985	Significativa expansão do emprego industrial até 1980, em razão do desenvolvimento simultâneo de indústrias dinâmicas e de reconversão de sub-setores tradicionais Após 1985 ocorre retração da oferta de emprego industrial e forte redução de mão-de-obra no setor agropecuário

Potencial de exportação	Desempenho fraco/médio	Acentuado dinamismo no período de 1970-1995, com perfil diversificado e significativa participação de produtos industrializados
Empreendedorismo	Fraco/médio	Elevada capacidade e dinamismo empresariais
Associativismo/cooperativismo	Fraco/médio	Aumento progressivo da solidariedade entre atores governamentais e representantes das atividades produtivas Ambiente institucional favorável e avanços. Bom uso dos ativos relacionais, baseados na construção da confiança e cooperação
Turismo	Desenvolvimento recente Predomínio dos resorts: grande complexos turísticos autosuficientes	Incorporado a economia estadual, com fortes impactos socioambientais, sobretudo na franja litorânea e lastreado em micro, pequenas e médios empreendimentos

Fonte: VIEIRA & CUNHA, 2002, p. 298

Até o final dos anos de 1950, Santa Catarina não contava com nenhuma universidade, fazendo com que os filhos das elites tivessem que buscar formação superior fora do Estado. A Universidade Federal de Santa Catarina foi criada em 18 de dezembro de 1960, porém, quando já se iniciava um movimento de criação de instituições de ensino superior isoladas pelo interior do Estado, por iniciativa de fundações municipais, reforçando a regionalização. A primeira universidade comunitária foi a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense (Uniplac), na cidade de Lages, em 1959. Depois foram outras 12 fundações distribuídas regionalmente até 1974, quando foi criada a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), que incorporou também a universidade estadual, Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), criada em 1964 (PAIM, 2017).

Importante ressaltar ainda que nesse mesmo período, de 1961 em diante, fo-

ram criadas Associações de Municípios em 21 regiões, posteriormente articuladas pela Federação Catarinense de Municípios (Fecam), criada em 1980, que contribuiu ainda mais para o fortalecimento do regionalismo e do municipalismo.

No entanto, alguns estudos apontam contradições internas do chamado modelo catarinense de desenvolvimento, tanto do ponto de vista da desigualdade entre as regiões como também da desigualdade entre classes sociais.

Theis e Vargas (2007) analisam os Sistemas Produtivos Regionais (SPR) em Santa Catarina e revelam a existência de grandes disparidades entre as regiões catarinenses. Analisadas 20 das 21 regiões³, os autores chegam a seguinte classificação: SPR centrais (Blumenau, Joinville e Florianópolis); SPR intermediárias (Campos de Lages, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Itajaí, Joaçaba, São Bento do Sul e Tubarão); e SPR periféricos (Araranguá, Curitibanos, Rio do Sul, São Miguel D'Oeste, Tijucas, Xanxerê, Ituporanga e Tabuleiro) (THEIS & VARGAS, 2007, p. 95-96). Em 2002, cinco dessas microrregiões concentravam 51,2% da PEA e 56% do PIB concentrava-se em quatro microrregiões, enquanto as 14 microrregiões menores detinham menos de 5% do PIB. Essa concentração do PIB e PEA em algumas regiões basicamente coincidem com a distribuição pelas seis mesorregiões (IBGE), o que deixa camuflada a desigualdade inter-regional do conjunto do Estado. O mesmo pode ser constatado no estudo recente publicado pelo governo do Estado “Caderno de Indicadores – 2016 – Santa Catarina e suas regiões”, cujo objetivo é construir um Índice de Competitividade Regional (ICR-SC), portanto, mais uma vez a atuação do Estado volta-se para lógica competitiva de mercado com base no modelo de desenvolvimento das “regiões vencedoras”, responsáveis pelo aprofundamento das desigualdades inter-regionais pré-existentes (ARAÚJO, 1999). O desenvolvimento desigual de Santa Catarina, no que se refere aos indicadores socioeconômicos, estão condicionados por fatores histórico-geográficos e sociopolíticos.

Por fim, Ferreira (2012) também contribui para o entendimento de como ocorreu esse processo de desenvolvimento desigual entre as regiões e as classes sociais em Santa Catarina, através dos principais indicadores individuais e agregados de renda no período de 1939 até 2009, concluindo que, ainda assim, o Estado catarinense mantém uma distribuição menos desigual que a média nacional.

Infraestrutura e logística catarinense ⁴

Os investimentos em infraestrutura de transportes, no Brasil, a partir principal-

³ No estudo realizado por Theis e Vargas (2007) está ausente a região da chamada de Amerios (Associação dos Municípios de Entre Rios) com sede em Maravilha, que possivelmente está somada com São Miguel do Oeste.

⁴ Texto baseado na elaboração do diagnóstico do Estado de Santa Catarina elaborado em fase inicial por Marcio Cruz, cientista social e mestre em Ciências Políticas

mente da década de 1950, foram direcionados majoritariamente para o setor rodoviário. O baixo investimento em outros modais desequilibrou a matriz de transportes e prejudicou a competitividade internacional dos produtos de exportação brasileiros, em função dos elevados custos logísticos. Segundo dados da Confederação Nacional de Transportes (CNT), a rodovia responde pela movimentação de 61,1% dos fluxos de carga e de 95,0% dos passageiros no País. Já a participação do modo ferroviário atinge 20,7% e as hidrovias, 13,6% das cargas, restando aos modos dutoviário e aéreo participações com 4,2% e 0,4%, respectivamente.

O balanceamento dessa matriz, cujo planejamento vem sendo objeto da atenção do Governo Federal, requer uma série de medidas institucionais e o aporte de investimentos significativos. Ainda assim, uma alteração relevante na participação das diversas modalidades não poderá ser atingida em curto prazo, o que reforça a necessidade dos governos estaduais também adotarem medidas para a qualificação e ampliação da infraestrutura de transportes.

O Relatório Executivo do Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2007, apresenta um breve histórico sobre o financiamento do setor de infraestrutura de transportes, que vale a pena reproduzir e que sintetiza as dificuldades vivenciadas pelo Estado de Santa Catarina, nas últimas duas décadas, na manutenção de sua malha viária e na limitada expansão da rede existente:

Ao longo de mais de quatro décadas, a partir de 1946, os investimentos no setor de transportes tiveram como suporte um sistema de financiamento baseado na vinculação do produto da arrecadação de tributos de competência federal ao setor de transportes, o que permitiu a integração dos planejamentos físico e financeiro da execução da política governamental para o setor. Tal conjugação de recursos permitiu que, na área federal, os investimentos no setor de transportes como um todo alcançassem, no período entre 1973 e 1980, um montante médio anual equivalente a R\$ 18,5 bilhões, o que correspondia, aproximadamente, a 3,0% do PIB.

Esse nível de investimentos permitiu a implantação da quase totalidade da capacidade instalada da infraestrutura de transportes do País, bem como a sua manutenção em padrões aceitáveis até, aproximadamente, o ano de 1982. Desde então, o investimento no setor ficou a depender da consignação de dotações anuais no Orçamento da União e, a partir de 1991, passou a ser submetido, ainda, aos sucessivos e anuais planos de contenção de despesas. A partir de então, a redução dos recursos e a irregularidade dos fluxos financeiros com impacto sobre a programação das obras e serviços geraram:

- a redução dos recursos e a irregularidade dos fluxos financeiros com impacto sobre a programação das obras e serviços geraram:
- a deterioração gradual das condições da malha já pavimentada devido à postergação dos serviços de conservação e restauração;
- a necessidade da execução de programas de emergência para melhorar essas condições, associados à ocorrência de ciclos da seguinte natureza: recursos insuficientes > deterioração das condições das rodovias > programas de emergência > recursos insuficientes;
- a necessidade de busca de empréstimos de agências internacionais para emprego em programas de restauração e conservação de rodovias, por si só insuficientes para impedir a deterioração da malha; e
- o encarecimento das obras e serviços contratados devido à elevação de custos financeiros associados à irregularidade dos pagamentos.

A partir da segunda metade da década de 1980, tornou-se mais evidente a percepção dos efeitos negativos da redução dos investimentos públicos em infraestrutura de transportes e, na sua esteira, surgiram alguns esforços para identificação de fontes de recursos que tivessem as características essenciais de estabilidade e regularidade, esforços esses que, contudo, não lograram êxito, em especial devido à decisão de obter superávits primários crescentes e continuados, o que impedia o Governo Federal de aceitar soluções que fossem baseadas na vinculação de recursos públicos de quaisquer origens.

Na década de 1990, o governo optou por enfrentar o problema mediante transferência à iniciativa privada da responsabilidade pela parcela mais expressiva dos investimentos em infraestrutura de transporte e, em consequência, foram deslanchados os programas de privatização nas áreas ferroviária, portuária e rodoviária. Embora os resultados obtidos tenham sido considerados satisfatórios, a necessidade de realização de investimentos nos demais segmentos do sistema de transportes, que continuaram a depender de recursos públicos e que entrariam em um inexorável processo de degradação sem a disponibilidade de uma fonte vinculada capaz de suportar o mínimo de investimentos em recuperação e conservação, acabou por tornar viável a instituição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível, nos termos da Emenda Constitucional nº 33, de 11 de dezembro de 2001, que estabeleceu que

parte dos recursos arrecadados seria destinada ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes.

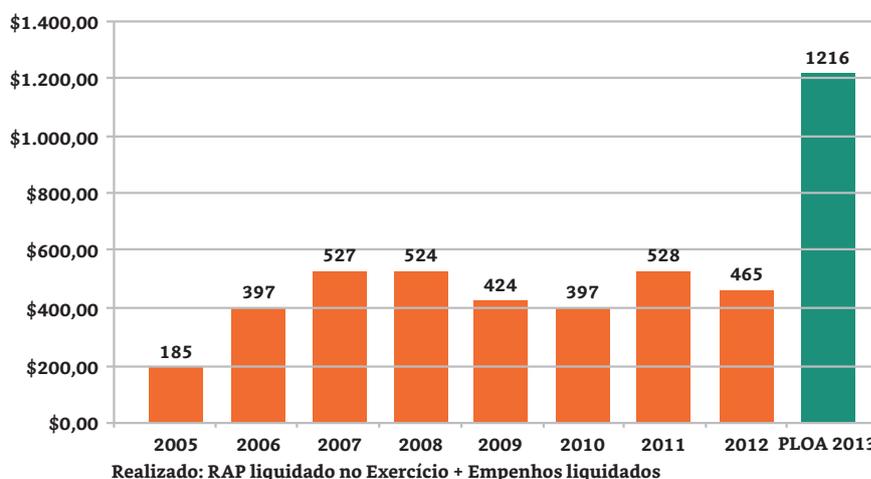
Posteriormente, por intermédio das emendas Constitucionais nos 42 e 44, de 31 de dezembro de 2003 e de 1 de julho de 2004, respectivamente, ficou definido que a União entregaria 29% do produto da arrecadação para os Estados e o Distrito Federal, cabendo a estes destinarem 25% do que lhes couber para os seus municípios. A instituição da CIDE, embora tenha representado um grande avanço como garantia de uma fonte de recursos específica para financiamento do setor de transportes, não significou uma carta de alforria do setor em relação às suas necessidades globais de financiamento. Consideradas as projeções constantes de estudos desenvolvidos pelo DNIT para recuperação da malha viária existente, pode-se admitir que a CIDE seja uma fonte de recursos capaz de assegurar a recuperação e a posterior conservação dessa malha.

Visando reverter este quadro, o Governo Federal, a partir de 2007, buscou executar o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), composto por uma série de medidas que visam, entre outros objetivos, melhorar a infraestrutura de transportes.

Investimentos federais em SC

Em Santa Catarina, importantes investimentos em infraestrutura rodoviária e ferroviária foram feitos a partir do PAC, somando R\$ 528 milhões em 2011, R\$ 465 milhões em 2012 e uma previsão de R\$ 1,21 bilhões para 2013⁵.

Recursos Santa Catarina - Séries Históricas Transportes Investimentos e Inversões em R\$ milhões



Fonte: Ministério dos Transportes

⁵ Os valores de 2013 estão colocados em destaque, pois não houve um documento posterior com os mesmos critérios que possibilitasse a verificação da soma dos investimentos realizados.

Com o resgate de investimentos na malha viária federal de Santa Catarina, nos últimos anos, o DNIT/SC aplicou mais de R\$ 3,5 bilhões em obras de construção, restauração, manutenção e conservação. Para os próximos anos, o DNIT/SC irá investir estimados R\$ 5 bilhões em novos empreendimentos que irão conferir à infraestrutura viária federal catarinense mais segurança e fluidez de tráfego.

A malha estadual também tem sido recuperada, através de parcerias com o Governo Federal e de empréstimos junto a organismos internacionais. Através do programa Pacto por Santa Catarina, estão previstos investimentos de R\$ 2,42 bilhões, provenientes de financiamentos com o BNDES, BID VI e Banco do Brasil. O principal desafio a ser enfrentado é a formação efetiva de uma rede estadual de rodovias, que propicie condições de deslocamento entre os municípios sem o uso da rede federal, de maneira inclusive a servir de escoamento para o tráfego em caso de interdições e de fazer frente a uma eventual ampliação do programa de concessões de rodovias do Governo Federal.

Modais de transporte no Estado de Santa Catarina

Ferrovias

O setor ferroviário, concedido totalmente à iniciativa privada, é formado por três estradas de ferro que se encontram atualmente em operação: Estrada de Ferro Tereza Cristina, Ramal São Francisco e Tronco Sul.

A Ferrovia Tereza Cristina possui uma linha férrea de 164 km de extensão, que interliga a região carbonífera de Santa Catarina ao porto de Imbituba, cujo principal produto transportado atualmente é o carvão mineral, destinado à geração de energia termelétrica. Suas linhas cortam 12 municípios do Sul do Estado.

As outras ferrovias são operadas pela América Latina Logística do Brasil S.A.(ALL), que detém a concessão de 1.204 km, sendo os principais entroncamentos os trechos Mafra - Lages e Mafra - São Francisco do Sul.

Os principais produtos transportados nos trecho ferroviários da ALL em Santa Catarina são: soja, milho, farelo, óleo vegetal, siderúrgicos, bobinas de papel, entre outros (ROCHA et al, 2007).

Pela posição de destaque no Mercosul e na exportação de produtos agrícolas brasileiros, Santa Catarina deveria ter uma malha mais extensa, melhor distribuída e uma maior participação deste modal no transporte de cargas.

De forma geral, os concessionários têm cuidado razoavelmente da imprescindível manutenção dos trechos de via permanente sob suas jurisdições e têm conseguido, mesmo sem expansão de suas malhas ferroviárias, aumentar significa-

tivamente sua produção de transporte e sua produtividade, mediante arranjos operacionais e ampliação da frota de locomotivas e de vagões.

O problema das travessias urbanas tem sido enfrentado pelo Governo Federal, estando em execução, em Santa Catarina, os contornos ferroviários de São Francisco do Sul e Joinville. O PAC-2, lançado pelo Governo Federal, prevê a construção de duas novas ferrovias no Estado, entre Imbituba e o Porto de São Francisco do Sul e entre a região Oeste e o Porto de Itajaí.

Com o objetivo de ampliar a malha ferroviária, a Secretaria de Infraestrutura desenvolveu, em 2003, o “Estudo de Viabilidade do Sistema Ferroviário no Estado de Santa Catarina”, o qual propõe duas novas ferrovias: - Ferrovia Litorânea - 236 km; e - Ferrovia Leste-Oeste - 616 km.

O estudo da Ferrovia Litorânea indica um caminho que ligaria Imbituba a Araruama, e conectaria as ferrovias ALL e FTC, além dos quatro portos catarinenses. Por sua vez, a Ferrovia Leste-Oeste prevê a ligação entre as cidades de Itajaí e Chapecó, conectando à ALL em Ponte Alta, no Planalto Serrano e em Herval d’Oeste, no Vale do Rio do Peixe. Também chamada de Ferrovia do Frango ou da Integração, deve ligar o Oeste do Estado ao Porto de Itajaí e encontra-se na fase de estudo de viabilidade técnica e de viabilidade econômico e ambiental.

Portos

O setor portuário é formado pelos portos de São Francisco do Sul, Itajaí, Imbituba e Laguna, este último considerado um terminal pesqueiro.

O Porto de São Francisco do Sul, localizado na Baía da Babitonga, litoral norte, é um porto de águas profundas e bem abrigado. As profundidades variam de 8 a 11 metros nos seus quatro berços, e 11 metros no canal de navegação que tem 9,3 km de extensão. É atendido pela ferrovia ALL – América Latina Logística, pela BR-280 e distante 35 km da BR-101. Movimenta, principalmente, soja, farelo de soja, óleo de soja e carga geral em contêineres. Atualmente, está sendo executado pelo Governo Federal, através do DNIT, o Contorno Ferroviário de São Francisco do Sul, que agilizará as operações portuárias.

O Porto de Itajaí, localizado no litoral-centro, bem na foz do Rio Itajaí-Açu, tem profundidade de 9,5 metros em seus quatro berços e 9,9 metros no canal de acesso de 3,2 km. Uma via expressa entre a BR-101 e o porto será construída pelo Governo Federal. As principais cargas movimentadas são carga geral e carga refrigerada, ambas em contêineres. O porto foi fortemente atingido pelas cheias verificadas no final do ano de 2008, estando atualmente em processo de recuperação.

O Porto de Imbituba está localizado no litoral sul, sendo um porto de enseada

e não necessitando de canal de acesso. As profundidades no porto são de 9,5 metros nos três berços convencionais, e 8,0 a 9,0 metros na rampa para navios tipo *roll-on roll-off*. O porto é atendido pela Ferrovia Tereza Cristina e pela BR-101. As principais cargas movimentadas são produtos químicos, fertilizantes, coque, congelados e açúcar. O projeto de uma ligação ferroviária entre os três portos foi contratado pelo governo federal, através do DNIT, estando também prevista a construção de uma ferrovia que ligaria o Porto de Itajaí à região Oeste do Estado.

O Porto Itapoá é privado e iniciou suas operações em junho de 2011, sendo considerado um dos terminais mais ágeis e eficientes da América Latina e um dos maiores e mais importantes do País na movimentação de cargas containerizadas, possui uma estrutura capaz de movimentar 500 mil TEUs por ano e já iniciou seu projeto de expansão, que possibilitará a movimentação de 2 milhões de TEUs anualmente.

Localizado no litoral norte de Santa Catarina, o Porto Itapoá está posicionado entre as regiões mais produtivas do Brasil, contemplando importadores e exportadores dos mais diversos segmentos empresariais.

Além da sua localização estratégica, o terminal integra a Baía da Babitonga, possuindo condições seguras e facilitadas para a atracação dos navios, situado longe do perímetro urbano da cidade, com ligação direta à BR-101, possui uma área de 12 milhões de m², definida pelo Plano Diretor do Município para receber empreendimentos complementares.

Rodovias

No setor rodoviário, as principais rodovias são de jurisdição federal, tendo sido concessionados, em 2008, o trecho norte da BR-101 e a BR-116. Nos últimos anos, houve um investimento significativo na malha rodoviária federal, tanto em termos de conservação, manutenção e restauração como em obras de duplicação (caso do trecho sul da BR-101) e pavimentação (conclusão da BR-282 entre Lages/São José do Cerrito/Vargem e São Miguel do Oeste/Paraíso). de Santa Catarina tem 95,4 mil km² de área. Além das estradas municipais, são 2.606 km de rodovias federais e 6.000 km de rodovias estaduais.

Principais projetos de acesso aos municípios: acessibilidade é inclusão social

Em janeiro de 2003, Santa Catarina possuía mais de 50 municípios com acesso somente por estradas de terra, sem pavimento asfáltico. Comunidades inteiras isoladas em períodos de fortes chuvas com grandes dificuldades para deslocamento e escoamento da produção. O desenvolvimento econômico e social da população desses locais ficava completamente comprometido. Muitos já têm seu município com acesso pavimentado, outros estão recebendo as obras. A meta do governo do Estado é zerar este saldo, levando a infraestrutura para as 295 cidades do Estado.



Aeroportos

O sistema aeroviário de Santa Catarina conta com uma rede de aeroportos públicos distribuídos por todas as regiões. Quatro são de responsabilidade da Infraero, os demais são administrados pelos municípios por meio de convênio com o Governo do Estado.

Foi concluída a construção de dois grandes aeroportos, o Regional Sul, no município de Jaguaruna, e o Regional do Planalto Serrano, em Correia Pinto. Eles irão proporcionar um considerável acréscimo de qualidade na infraestrutura aeroportuária do Estado. Estão projetados ainda mais dois aeroportos: um no município de São Joaquim e outro na região do Contestado, entre Joaçaba e Catanduvas.

O principal aeroporto de administração municipal em Santa Catarina é o de Chapecó, com uma pista de 2.060 metros de comprimento.

Mapa dos Aeroportos em Santa Catarina
Aeroportos Regionais - 13 municípios contemplados



Fonte: Ministério do Planejamento

Santa Catarina também é destaque nacional na expansão da aviação comercial. Dos 39 aeroportos pesquisados pela ABAG (Associação Brasileira de Aviação Geral), dez apresentaram taxas de crescimento significativas no volume de pousos e decolagens de aeronaves entre 2010 e 2012. O Aeroporto Internacional de Navegantes, no Litoral Norte, teve o maior crescimento, com 39,78% de alta no número de operações. Em seguida vem o Aeroporto Internacional Hercílio Luz, em Florianópolis, com 35,17%, e do Aeroporto Leite Lopes, em Ribeirão Preto (SP), com 29,75%.

O Hercílio Luz, em 2012, além de transportar 3.395.287 passageiros, ainda recebeu 968.507 kg de mercadorias importadas e enviou 38.914 kg de produtos para exportação. Em transporte de cargas nacionais, foram recebidos e despachados 886.741 kg de mercadorias no ano passado. Além das obras de expansão da pista, do pátio e do estacionamento do aeroporto e da construção de um novo terminal, outra obra está relacionada à melhoria no conforto e na segurança dos usuários do sistema: um novo acesso ao complexo aeroportuário da Capital, que está sendo construído pelo Deinfra (Departamento Estadual de Infraestrutura), pois de nada adianta ter o aeroporto sem essa ação concluída.

Para ilustrar o enorme movimento de passageiros a que está submetido o Hercílio Luz, basta constatar que ele é o 14º aeroporto mais movimentado do país e o que mais recebe voos charter (fretados) durante a temporada de veraneio. Em 2012, o Aeroporto Internacional de Florianópolis registrou 56 mil voos chegando ou partindo de suas pistas. São 100 operações de pouso e decolagem de aviação regular por dia, mais 30 operações de aviação geral.

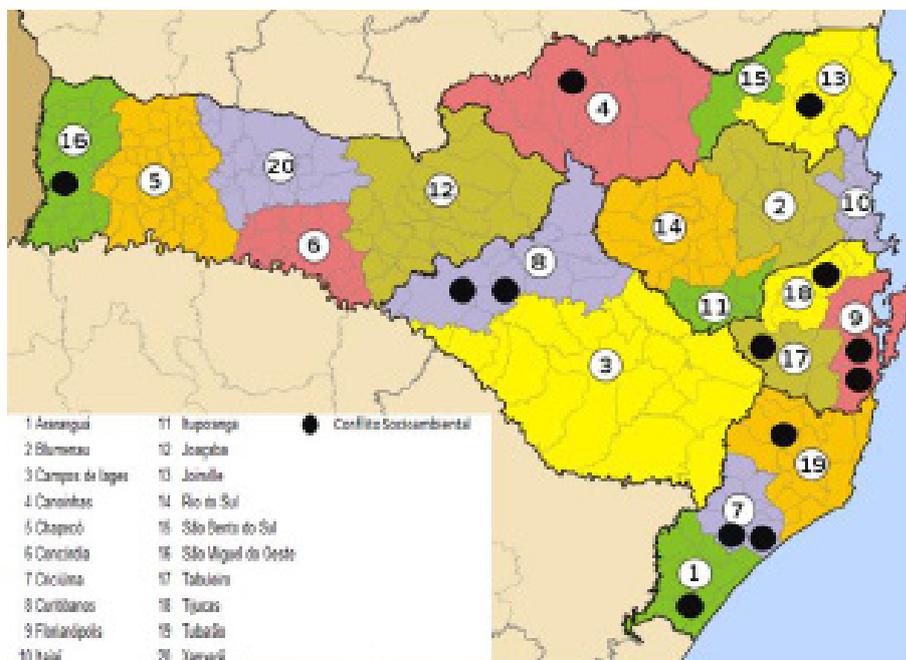
Conflitos socioambientais em Santa Catarina: um reflexo da acumulação via espoliação

No capítulo anterior foi abordada, de forma panorâmica, a degradação ambiental no contexto do desenvolvimento catarinense que, grosso modo, repete as mesmas contradições do sistema capitalista, onde o aspecto ambiental está excluído da visão estratégica de desenvolvimento, priorizando a dimensão econômica em detrimento das demais, ou seja, não se pode considerar estilo de desenvolvimento, mas apenas de crescimento. O tema dos conflitos socioambientais pretende chamar atenção para duas dimensões excluídas da visão economicista, ou seja, do aspecto econômico articulado com o social.

O surgimento de conflitos socioambientais envolve a problematização do desenvolvimento. Os conflitos podem ser implícitos ou explícitos. Nos conflitos implícitos a comunidade não tem consciência do processo de degradação socioambiental, dos agentes associados. O conflito é explícito quanto há associação entre a degradação e agentes sociais determinados (ACSELRAD, 2009). Serão apresentados nesta seção, conflitos explícitos, de duas fontes: Fiocruz/Fase e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Em levantamento preliminar, que resultou um estudo denominado Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (FIOCRUZ; FASE, 2006), nosso Estado registrou 13 conflitos, distribuídos em 10 microrregiões, conforme figura abaixo:

Dispersão dos conflitos socioambientais nas microrregiões catarinenses (dados extraoficiais)



Fonte: Baseado em FIOCRUZ; FASE (2006).

Não apenas os municípios onde o conflito é gerado sofrem com suas consequências, mas em alguns casos, mais municípios acabam tendo sua população atingida. Os conflitos citados ocorrem: 1 na microrregião com menor PIB do Estado, ou seja, Tabuleiro, no município de Anitápolis; 2 na microrregião de Curitiba-banos, ambos no município de Campos Novos; 1 na microrregião de Canoinhas, no município de Santa Terezinha; 1 na microrregião de São Miguel do Oeste, no município de São João do Oeste, mas atingindo ainda os municípios de Mondaí, Itapiranga e São João do Oeste; 2 na microrregião de Criciúma, mais precisamente nos municípios de Criciúma e Treviso; 1 na microrregião de Araranguá, no município de Praia Grande; 1 na microrregião de Tijucas, mesmo município, mas estendendo-se aos municípios de Biguaçu, Bombinhas, Governador Celso Ramos, Itapema, Porto Belo, São José e até mesmo Florianópolis; 2 na Microrregião de Florianópolis, nos municípios de Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz (se estendendo ao município de Águas Mornas); 1 na microrregião de Joinville, mesmo município e; 1 na microrregião de Tubarão, município de Imbituba (FIOCRUZ; FASE, 2006).

A grande maioria se materializou nas áreas rurais dos municípios catarinenses (46,15% rural; 23,08% na urbana; 23,08% na urbana e rural e; 7,69% indefinida). Aliás, se somadas aos conflitos que atingem conjuntamente áreas urbanas e rurais,

esta proporção aproxima-se dos 70%. Uma das respostas para tal fato repousa na própria essência do capital, que busca espaços dentro do território que ofereçam recursos que melhor se ajustam aos seus próprios interesses.

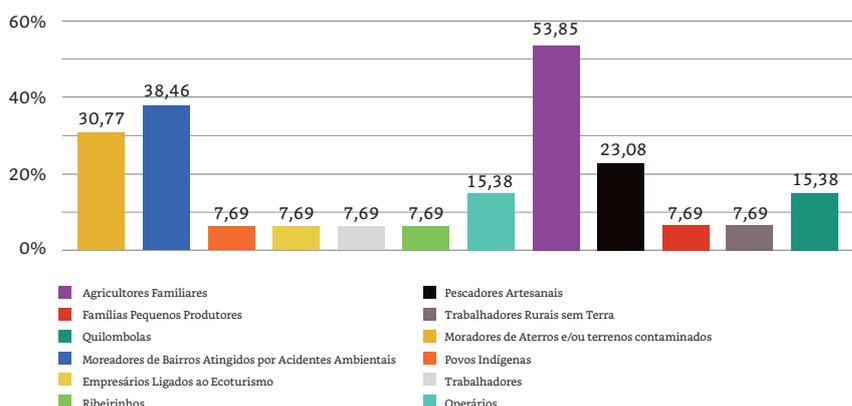
Destaca-se entre os “efeitos causadores” dos conflitos socioambientais a “atuação de órgãos governamentais/planos”, com 38,46% dos casos. Isto se dá porque ocorre simultaneamente com outras atividades desencadeadoras, como exemplo, a construção de barragens, onde a autoridade governamental competente autoriza a desapropriação de terras e conseqüente início das atividades.

Aliado ao “efeito” Atuação do Judiciário/Ministério Público (15,38%), denota alguns gargalos da esfera pública brasileira, como a propensa a aliar-se ao grande capital e a deficiência dos órgãos de Justiça em defender de fato os direitos das populações atingidas, além da deficiência das políticas e legislação ambiental. Destaques ainda para os conflitos gerados pela construção de barragens/hidrelétricas (29,08% dos casos apresentados), que se inserem nesta lógica. Aparecem ainda a ação das usinas termelétricas, estaleiros, indústria carbonífera, mineração de fosfato, grileiros/madeireiros, monocultura e outras atividades industriais (cada uma citada em 7,69% dos casos) (FIOCRUZ; FASE, 2006).

Em suma, todas têm relação intrínseca à dinâmica da empresa privada capitalista, que é claro, ao interferir nos territórios acaba por interferir negativamente nos modos de vida das populações. Elas expressam os eixos que orientam o modelo de desenvolvimento brasileiro e, conseqüentemente, catarinense, que acabam por agravar as disparidades econômicas e regionais. Mais do que isso, favorecem a dinâmica da acumulação primitiva/via espoliação permanente no Estado de Santa Catarina.

Em sua imensa maioria, as populações atingidas são as minorias sociais, grupos que muitas vezes estão à margem do direito à cidadania plena, conforme expressa o gráfico:

Populações atingidas pelos conflitos socioambientais no Estado de Santa Catarina - % em relação ao total de conflitos



Fonte: FIOCRUZ; FASE (2006).

O grupo social mais atingido é de agricultores familiares (53,85% dos casos). Esses casos envolvem a perda da terra, ou parte dela, devido à construção de barragens e mesmo a contaminação do solo. E com isso também o enfraquecimento no próprio modo de ser e de produzir da agricultura familiar (FIOCRUZ; FASE, 2006).

Moradores de bairros em áreas de risco, ou seja, atingidos por acidentes ambientais estão presentes em 38,46% dos casos, seguidos dos moradores de aterros e/ou aterros contaminados por resíduos (30,77%). Pescadores artesanais aparecem em 23,08% dos casos e têm relação com a construção de barragens e hidrelétricas. Destaque ainda, para os operários (15,38%), atingidos pelas próprias condições de trabalho em que estão expostos e para as populações quilombolas (15,38%), que têm seu modo de vida ameaçado por ação do Poder Judiciário e tem intrínseca relação com a monocultura do eucalipto/pinus e a volúpia do setor madeireiro e de celulose. Já os que envolvem a questão indígena (7,69% dos casos) relacionam-se a questionamento de demarcação de terras. (FIOCRUZ; FASE, 2006).

Os principais impactos das atividades listadas são a alteração da fauna e da flora (38,46% dos casos); alteração do uso tradicional do solo (30,77%), o que corrobora com o enfraquecimento de grupos sociais específicos; contaminação do solo (30,77%) e; o desmatamento (23,08%). Elas têm relação com a disputa de território entre os grandes setores econômicos (infraestrutura, mineração, madeira, celulose, entre outras) e as minorias, como agricultores familiares, quilombolas e povos originários. Apareceu ainda a degradação atmosférica, a contaminação dos recursos hídricos, erosão, problemas com depósito de resíduos tóxicos (cada um 15,38%) e demais impactos, como a falta de água e impacto negativo sobre atividade tradicional (FIOCRUZ; FASE, 2006).

Na percepção dos atingidos, o maior dano causado pelos conflitos (92,31% deles) se relaciona a piora na qualidade de vida. Ele tem vínculo com outro dado, a perda das identidades tradicionais (7,69% dos casos). Tal dado decorre da percepção pelos atingidos de como o modelo de desenvolvimento hegemônico a qual todos estão inseridos vem impactando no seu modo de viver, em suas práticas (FIOCRUZ; FASE, 2006).

Outro impacto relevante é a insegurança alimentar (38,46% dos casos), que mantém relação com a perda de terras e da impossibilidade de manutenção dos padrões de reprodução de vida de grupos específicos, como maricultores, pescadores artesanais, pequenos agricultores, povos indígenas e quilombolas.

São passíveis de atenção ainda os dados de violência, divididos em três categorias: violência/lesão corporal (presente em 7,69% dos casos), violência/coação física (presente em 7,69% dos casos) e a violência/ameaça (presente em 38,46% dos casos). Os acidentes (30,77% dos casos) se relacionam com as relações de trabalho em que

estão expostos os trabalhadores e os demais problemas ressaltados, como doenças, problemas respiratórios, contaminação, falta de atendimento médico e desnutrição são apontados como reflexos das atividades no território (FIOCRUZ; FASE, 2006).

No estudo não ficou muito explícito a ramificação dos parceiros das populações atingidas, mas entre eles estão as ONGs de defesa dos direitos de cidadania e que carregam em sua pauta a luta das minorias despossuídas e os movimentos sociais, com destaque ao Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), presente nas lutas pela dignidade da vida daqueles que sofrem com os problemas causados pela construção de barragens e hidrelétricas. Entidades governamentais também configuram 30,77% dos casos (FIOCRUZ; FASE, 2006).

Conflitos Socioambientais segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Os dados abaixo se referem às publicações Conflitos por terra no Brasil, realizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Consideramos o período de 1990 a 2012 e os conflitos divididos em três grandes categorias: conflitos por terra, conflitos por água e trabalho escravo.

Nesta análise, levantou-se que entre 1990 e 2012 ocorreram 209 conflitos nas microrregiões de Santa Catarina, divididos nas três grandes categorias citadas: conflito por água (14 ocorrências), conflitos por terra (106 ocorrências) e trabalho escravo (54 ocorrências). Estes estiveram espalhados por 17 microrregiões: Araranguá, Blumenau, Campos de Lages, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Florianópolis, Ituporanga, Joaçaba, Joinville, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Miguel do Oeste, Tubarão e Xanxerê. Estenderam-se ainda por diversos municípios.

Conflitos socioambientais nas microrregiões de Santa Catarina segundo a CPT – 1990 a 2012

Microrregião	Conflito por Água	
	Única Ocorrência	Perduração
Araranguá	-	-
Blumenau	1	3
Campos de Lajes	2	4
Canoinhas	2	3
Chapecó	2	11
Concórdia	1	2

Criciúma	-	-
Curitibanos	2	6
Florianópolis	-	-
Ituporanga	-	-
Joaçaba	-	-
Joinville	1	1
Rio do Sul	1	6
São Bento do Sul	-	-
São Miguel do Oeste	-	-
Tubarão	1	1
Xanxerê	1	1
Total	14	38

Microrregião	Conflito por Terra	
	Única Ocorrência	Perduração
Araranguá	1	1
Blumenau	3	5
Campos de Lajes	3	4
Canoinhas	11	12
Chapecó	11	17
Concórdia	3	5
Criciúma	1	1
Curitibanos	9	12
Florianópolis	3	4
Ituporanga	1	1
Joaçaba	17	20
Joinville	2	3
Rio do Sul	3	6
São Bento do Sul	5	5
São Miguel do Oeste	3	3
Tubarão	1	2
Xanxerê	29	40
Total	106	141

Microrregião	Trabalho Escravo
	Única Ocorrência
Araranguá	-
Blumenau	1
Campos de Lajes	8
Canoinhas	9
Chapecó	-
Concórdia	7
Criciúma	-
Curitibanos	3
Florianópolis	1
Ituporanga	2
Joaçaba	13
Joinville	2
Rio do Sul	-
São Bento do Sul	4
São Miguel do Oeste	-
Tubarão	-
Xanxerê	4
Total	54

Fonte: CPT, 1990 a 2012

Os conflitos por água estiveram presentes em 10 microrregiões, somando 14 ocorrências diferentes ao longo dos anos. Porém, se considerarmos os relatos anuais, a grande maioria teve continuidade. Desta ótica, os conflitos chegaram a 38 no mesmo período considerado. As microrregiões catarinenses com maior número de conflitos envolvendo água foram Chapecó, Curitibanos, Canoinhas e Campos de Lages, todas com dois conflitos. Levando em consideração os conflitos que tiveram continuidade no território, a maior incidência ficou para a microrregião de Chapecó.

O principal desencadeador desses conflitos foram as construções de hidrelétricas, barragens e PCHs (94,87% dos casos), seguido de apropriação particular (2,56%), que na verdade, foi uma proibição de uso comum da água em um município catarinense e acabou gerando conflito e, por último, a atividade de retirada de areia de rio (2,56% dos casos).

Dentre as principais causas que levaram aos conflitos estão o “não cumprimento

de procedimentos legais” (28,21% dos casos), “falta de projeto de reassentamento” (23,08% dos casos) e a “ameaça de expropriação” (23,08% dos casos). Apareceram ainda como causas a “Destruição ou poluição” (15,38%), “reassentamento inadequado” (7,69%) e “impedimento de acesso à água” (2,56%).

Evidentemente, em sua grande maioria, se relacionam aos projetos de barragens e hidrelétricas. Não é difícil apontar que os problemas decorrentes destas atividades recaíram sobre as populações menos favorecidas, até porque, os relatórios da Comissão Pastoral da Terra se relacionam intimamente com os problemas que afetam os trabalhadores e trabalhadoras (CPT, 2012).

Já os conflitos por terra tiveram grande ocorrência no Estado de Santa Catarina, chegando a 106 casos diferentes, distribuídos em 17 microrregiões. Aqui também muitos não tiveram solução ao longo do período, sendo relatados ano após ano. Considerando a ocorrência dos mesmos durante os anos, alcançou 141 casos de conflitos envolvendo terra.

O grande destaque fica para a microrregião de Xanxerê, com 29 conflitos envolvendo o uso da terra, seguido da microrregião de Joaçaba, com 17 conflitos, e das microrregiões de Canoinhas e Chapecó, ambas com 11 conflitos ao longo do período.

A maioria dos casos não apresentava claramente às populações envolvidas nos conflitos, de forma que, das apresentadas, 12,06% envolveram trabalhadores rurais sem-terra, 14,89% a população indígena, além dos atingidos por barragens (0,71%), quilombolas (0,71%) e pequenos proprietários (0,71%). O restante, não explicitado claramente, corresponde a 70,92% dos casos. Mesmo assim, são as populações menos favorecidas que sofreram com os conflitos.

O trabalho escravo também esteve presente no Estado de Santa Catarina, com 54 dos casos dispersos por 11 microrregiões. No período considerado (1990 a 2012) foram 1.230 trabalhadores libertos de condições de escravidão. A microrregião de Joaçaba apresentou o maior número de casos de trabalho escravo: foram 13 ao longo do período. As microrregiões de Canoinhas (nove casos) e de Campos de Lages (oito casos) vieram atrás, seguidas de perto pela microrregião de Concórdia, com sete casos de trabalho escravo.

A atividade da erva-mate foi a que apresentou o maior índice de trabalhadores em condição de escravidão (31,48% dos casos), seguindo da monocultura do pinus (22,22%). Apareceu ainda o cultivo do tomate (5,56%), produção de maçã (3,70%), agricultura em geral (3,70%), fumicultura, pecuária, desmatamento, cultivo de café, feijão e outros (cada uma presente em 1,85% dos casos). Todas as atividades relacionavam-se à agricultura e ao extrativismo.

Analisando tais dados, se percebe que o desenvolvimento de Santa Catarina tem se dado também sob a tutela da acumulação primitiva permanente. Os casos

apontados nos permitem tal afirmação. Ela se dá por duas frentes: a extensiva e a intensiva. No primeiro caso, necessita incorporar áreas até então fora do circuito do capital. Justamente, são as terras em uso pelos pequenos proprietários, agricultores familiares, povos originários, quilombolas, entre outros povos tradicionais. No segundo caso, se dá nas terras já ocupadas pelo capital, na busca de maiores ganhos, através de maior exploração do trabalho, uso e abuso de agrotóxicos (CPT, 2012).

Ficou evidente ainda que o território catarinense tem sido palco de inúmeros conflitos envolvendo injustiças socioambientais. Eles são frutos de processos econômicos concretos, de uma acumulação primitiva permanente, que age no território se ocupando de espaços até então fora do circuito do capital e também se reutilizando de espaços antes ocupados, bem como resultados de um desenvolvimento histórico-geográfico desigual.

Além disso, existe uma relação íntima entre os problemas socioeconômicos e as injustiças socioambientais no Estado, já que, como se viu, os riscos e danos ambientais socialmente produzidos recaem de forma desproporcional sobre as populações menos favorecidas. No caso catarinense, as vítimas são agricultores familiares, pescadores artesanais, operários, quilombolas, povos indígenas e tantos outros.

Também em Santa Catarina, assim como em nível de Brasil, impera um desenvolvimento submetido aos interesses da acumulação capitalista privada, que age de forma a espoliar o território, a biodiversidade e a própria população.

Mudanças recentes e desafios

O processo de globalização trouxe novas mudanças na forma de produção, circulação e distribuição das riquezas socialmente produzidas, dentre elas a necessidade de flexibilização e especialização tecnológica, que se refletiu na estrutura produtiva catarinense.

Depois de passar por um processo de expansão e diversificação da produção nas décadas de 1960/70, houve um processo de concentração e verticalização das empresas catarinenses para se adequar à demanda competitiva dos mercados nacional e internacional, o que configurou o mapa de concentração das principais atividades industriais em cada região.

A partir dos anos 1990, com a globalização aprofundou-se a verticalização e a concentração das grandes empresas e ampliou-se a exclusão no processo de integração agroindustrial e uma revisão das plantas produtivas de outros tipos de indústrias, cujo resultado levou à redução de postos de trabalho.

Em consequência do rearranjo produtivo do setor agroindustrial, muitos des-

ses agricultores excluídos pela verticalização da produção abandonaram o campo, passando a engrossar as estatísticas do êxodo rural e outros começaram a se organizar a partir de experiências alternativas, voltando a valorizar o capital social, as potencialidades endógenas e as de economia solidária. Esses agricultores tiveram o apoio de organizações da sociedade civil: ONGs, sindicatos, associações, setores ligados a igrejas e algumas prefeituras locais, passando assim a organizar a produção diversificada voltada para o mercado local, tanto *in natura* como processamentos simples de embutidos, massas, queijos, doces e outros, valorizando os aspectos culturais locais e organizando feiras livres de venda direta aos consumidores nas próprias cidades.

O processo organizativo levou à formação de associações, cooperativas descentralizadas de produção, comercialização e de crédito (sistema Cresol) e elaboração de projetos para captar recursos públicos e de organizações internacionais de fomento ao desenvolvimento local sustentável (ESTEVAM; MIOR, 2014).

A partir dos anos 2000, o governo federal criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), lançando programas como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para proporcionar crédito diferenciado aos agricultores familiares e financiar projetos de desenvolvimento local sustentáveis; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, que consiste em contratar a produção (pode ser feita sem licitação), em que cada agricultor pode acessar até um limite anual e os preços não devem ultrapassar o valor praticado nos mercados locais; Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), a partir de 2006, assegurando que os estados e municípios adotem a “equivalência de serviços de inspeção” e fiscalizações dos produtos de origem animal e vegetal e dos insumos, de maneira uniforme, harmônica e equivalente, permitindo assim a circulação desses produtos no mercado nacional. Todas essas políticas puderam ser acessadas individual ou coletivamente, quando começou a surgir várias redes de agricultura familiar, voltadas para a produção diferenciada agroecológica ou simplesmente para viabilizar formas alternativas de produção, dentre as quais se destacam: Centro Vianeiro de Educação Popular, em 1982, na região serrana; Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco), em 1989; Associação de Agricultores da Encosta da Serra Geral (Agrego), em 1996 (ADION, 2007).

Assim, foram surgindo e se fortalecendo diferentes formas de organização através de movimentos sociais e sindical: fortalecimento do Movimento Sem-Terra (MST); Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); e a organização sindical através da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf).

Assim também ocorreu em outras atividades econômicas, como exemplo o setor têxtil, que em consequência do processo de globalização, que trouxe a especialização e a exclusão da força de trabalho, aproveitou-se o conhecimento tácito dos operários que passam e a concentração geográfica da produção, inovando na formação de uma rede de pequenas unidades produtoras, que passaram a fornecer produtos para a grande empresa, abriram novos mercados regionais, agregaram o fornecimento de serviços especializados de máquinas e equipamentos e ainda passaram a investir na tecnologia de comercialização têxtil, formando um *cluster* do setor na região do Vale do Itajaí (LINS, 2007).

O processo de globalização na reestruturação produtiva atinge também a propriedade das grandes empresas tradicionais, que concentravam as principais atividades em cada região do Estado de Santa Catarina, conforme apresenta o professor Alcides Goularti Filho, no seminário “Brasil e Santa Catarina que o povo quer”, em novembro de 2017: “historicamente houve um enraizamento das empresas tradicionais locais com a identidade regional, porém, recentemente vem ocorrendo um processo de venda dessas empresas para grupos acionistas e especuladores nacionais e internacionais, que por sua vez, na falta de identidade e enraizamento local, promovem fechamento, desemprego e recessão em diferentes regiões”.

Portanto, as mudanças recentes demonstram que a economia catarinense vem se distanciando do seu padrão histórico e se aproximando do modelo hegemônico do capitalismo global, convivendo entre a especialização, verticalização e desenraizamento das grandes empresas, que monopolizam as principais concentrações industriais das regiões catarinenses. Ao mesmo tempo, essa economia aumenta a diversificação produtiva e mesmo as formas alternativas de produção como resistência ao processo de exclusão, como observa mais uma vez o professor GOULARTI: “uma visão panorâmico mostra que cada região tem uma cadeia produtiva hegemônica, mas se aprofundar vamos ver uma diversificação e uma produção integrada (recente); pequenos e médios municípios com muito potencial estão se articulando aos velhos centros dinâmicos regionais”.

Mesmo assim, outra consequência desse processo de mudanças recentes no desenvolvimento catarinense é o ritmo acelerado de urbanização (acima da média nacional nas últimas décadas) e de litoralização da população do Estado, desarticulado de qualquer planejamento. Pelo contrário, estudos mostram que as ações do poder público estadual nos últimos anos, especialmente pautados no slogan da descentralização, que buscou desarticular o antigo mapa regional, criando 36 secretarias de desenvolvimento regional (SDR), vêm aprofundando a desigualdade regional e tem se mostrado incapaz de responder aos desafios da urbanização e da crescente densidade populacional na região costeira do Estado de Santa Catarina (SCHERER, M. et al., 2006; GOULARTI, 2015; THEIS & VARGAS, 2007).

Conforme constatam Theis, Strelow e Butze (2014), as microrregiões mais populosas são Florianópolis, com 878.260 habitantes (14,06%), Joinville, com 842.709 pessoas (13,49%), Blumenau, com 677.376 (10,84%), e Itajaí, com 570.947 pessoas (9,14%). Somadas, estas quatro microrregiões abrigam 47,52% da população catarinense. Destas microrregiões, 11 apresentaram um crescimento (% em relação ao Censo de 2000) de mais de 10%, sendo nove delas litorâneas, com destaque à de Itajaí, que viu sua população aumentar em 41,03% (IBGE/SIDRA, 2010).

Fica evidenciada uma distribuição desigual da população no território catarinense, com predominância do litoral. Ao contrário dos discursos oficiais, a tendência da litoralização vem mantendo-se ao longo dos anos.

Microrregiões como São Bento do Sul, Florianópolis, Blumenau, Itajaí e Joinville têm mais de 90% de sua população vivendo nos espaços urbanos (IBGE/SIDRA, 2010).

A atividade turística se constitui em uma relevante fonte econômica para Santa Catarina, apresentando como principais atrativos as exuberantes paisagens litorâneas, os complexos hidro-termo-minerais, as belezas da serra e a ocorrência de neve, as estâncias de turismo rural, os polos e templos religiosos e um interessante calendário de eventos e festas culturais, dos quais destacam-se os festivais de dança e das flores de Joinville, a Festa do Pinhão em Lages, o Encontro dos Gideões no município de Camboriú, a Feira Agropecuária, Industrial e Comercial – Efapi de Chapecó e as festas realizadas no mês de outubro, sobressaindo-se a Oktoberfest de Blumenau, a Fenarreco de Brusque e a Marejada de Itajaí. No litoral sul a atração é o Farol de Santa Marta em Laguna (GAVAZZONI, 2014).

Também se avulta como foco turístico o Parque Temático Beto Carrero, situado em Penha. Piratuba destaca-se como a principal atração hidromineral. Itajaí e Porto Belo distinguem-se pelas atrações náuticas recebendo – durante a estação de verão – turistas brasileiros e estrangeiros dos navios transatlânticos. Itajaí ainda vem recebendo etapas de grandes competições de regatas internacionais. Consoante a Santa Catarina Turismo – SANTUR, as cidades catarinenses recebem mais de cinco milhões de visitantes por ano, considerando o montante caseiro de turistas, de outros Estados e também estrangeiros, principalmente do Mercosul. A maior parcela dos turistas passa pelo Estado durante a temporada de verão, entre os meses de dezembro e fevereiro. Essa gama de cenários faz com que o setor do turismo responda atualmente por 12,5% do Produto Interno Bruto - PIB catarinense. (SANTUR, 2013)

Algumas das consequências desse processo, considerados como desafios futuros ao desenvolvimento catarinense, são o aumento das regiões periféricas em situações calamitosas nas grandes cidades, os índices crescentes de violência

nessas regiões, a falta de mobilidade urbana causada pelo estrangulamento do modelo de transporte individual e, principalmente, o grau crescente de poluição marítima e destruição de recursos naturais de uso comum, como por exemplo a água. Em um estudo do IBGE sobre indicadores sociais de 2013, nota-se que Santa Catarina ainda tem um longo caminho para percorrer em busca do atendimento dos anseios mínimos de vida saudável. Dos domicílios particulares permanentes urbanos, 39,1% não possuem acesso a saneamento adequado e energia elétrica.

Referências

ADION, Caroline. *Atuação das ONGs nas Dinâmicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável no Meio Rural de Santa Catarina: os casos da APACO, do Centro Viane de Educação Popular e da AGRECO*. 2007. Tese de Doutorado no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BACHA, C. J. C. *Economia e política agrícola no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2004.

MINISTÉRIO TRABALHO E EMPREGO. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). 2016. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/caged>>. Acesso em: jan. 2018.

CORAZZA, G. Traços da formação socioeconômica do oeste catarinense. In: Encontro de Economia Catarinense, VII, 2013, Florianópolis. *Anais do VII Encontro de Economia Catarinense: Crescimento e Desindustrialização*. 9 e 10 de maio de 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1122/5/Silvania%20Terezinha%20Moll.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

DATASEBRAE. Disponível em: <<http://datasebrae.com.br/pib/>> Acesso em: jan. 2018.

ESTEVAM, D. O; MIOR, L. C. *Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2014.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FIESC. *Santa Catarina em Dados: Unidade de Política Econômica e Industrial*. Florianópolis: Fiesc, 2015. 192 p.

GAVAZZONI, Antonio Marco. *Sustentabilidade e governança na reforma no Estado de Santa Catarina: um novo olhar para a gestão da saúde*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GOULARTI FILHO, A. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora UFSC, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA – IBGE. *Cidades 2017*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: jan. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA – IBGE. *Contas Nacionais*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?&t=series-historicas>>. Acesso em: jan. 2018.

PAINM, Janir de Quadra. *Contribuições das universidades comunitárias de Santa Catarina para o desenvolvimento regional na sociedade do conhecimento*. 2017. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma.

MINISTÉRIO TRABALHO E EMPREGO. *Rais 2016*. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais>>. Acesso em: jan. 2018.

ROCHA, Isa de Oliveira; VIDAL, Leandro Moraes e GUTERRES, Cassio. *Análise da infra-estrutura logística das indústrias exportadoras de grande porte de Santa Catarina*. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR. V. 7, n. 3, p. 52-75, set-dez/2011, Taubaté, SP.

SCHERER, M. et al. Urbanização e gestão do litoral centro-sul do estado de Santa Catarina. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 13, p. 31-50, jan./jun. 2006. Editora UFPR

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA/SC - SEF/SC. *Cadernos de indicadores 2016*. Disponível em: <http://www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/relatorios/11/Caderno_de_indicadores_2016__Revisao_final_junho_0.pdf>. Acesso em: jan. de 2018.

SERPA, Élio Cantalício. A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, 1996. v.14 n.20 p.63-79

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE. *Relatório Técnico Sobre as Contas Prestadas pelo Governo do Estado Relativas ao Exercício de 2016*. Disponível em: <www.tce.sc.gov.br/sites/.../Relatorio_Tecnico_Contas_Gov_2011_Consolidado_FINAL>. Acesso em: jan. 2018.

THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana. *Planejamento e desenvolvimento desigual em Santa Catarina*. Disponível em < <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/ivomarcos.pdf>>. Acesso em: dez. de 2017.

THEIS, Ivo Marcos; STRELOW, Daniel Rodrigo; BUTZKE, Luciana. Desenvolvimento Desigual e Meio Ambiente: interfaces entre o rural e o urbano em Santa Catarina. *VIII Encontro De Economia Catarinense*. Rio do Sul (SC), maio de 2014.

THEIS, Ivo Marcos; VARGAS, Tatiane A. V. O desenvolvimento recente de Santa Catarina: a perspectiva dos sistemas produtivos regionais. *Anais do VII Encontro Nacional da ANPEGE*. Niterói, setembro 2007.

VIEIRA, P. F. e CUNHA, I. J. Repensando o desenvolvimento catarinense. In. *A Pequena Produção e o Modelo Catarinense de Desenvolvimento*. VIEIRA, Paulo Freire (Organizador). Florianópolis: APED Editora, 2002.

PARTE 3

POLÍTICA CATARINENSE

História política catarinense e o contexto atual¹

Uma característica que tem marcado o cenário histórico da política catarinense, desde 1945, tem sido a bipolarização, intercalada por períodos unipolares.

O primeiro período foi de polarização entre Partido Social Democrático (PSD), de Nereu Ramos, e União Democrática Nacional (UDN), formada por antigos republicanos. Em 1946 foi eleito governador Aderbal Ramos da Silva (PSD), depois Irineu Bornhausen e Jorge Lacerda (UDN) e, em 1960, foi eleito Celso Ramos (PSD).

Esses dois grupos formavam duas grandes redes políticas influentes e com predomínio em diferentes frentes de atuação, o que envolvia toda a estrutura do Estado. Suas articulações exprimiam-se na constituição de um bloco de poder conservador hegemônico. Aqueles abrigados na legenda do PSD eram remanescentes dos que ocuparam o governo durante o Estado Novo (1937-1945), liderados pelo então Interventor Federal Nereu Ramos e vinculados às elites agrárias, burocráticas e industriais, com forte presença na Capital, no Planalto de Lages e na região Oeste, as quais se beneficiaram da aproximação com Getúlio Vargas. Em contraposição a estes, atuava a UDN, majoritariamente subordinada ao grupo político destronado pela Revolução de 1930, sob a liderança de Adolfo Konder e do banqueiro Irineu Bornhausen, cujos laços familiares permaneceriam com grande influência, predominantemente no Vale do Itajaí e na região de Joinville, áreas com a economia mais dinâmica do Estado.

Essa estrutura de poder tecia redes político-empresariais que se espalharam por todo o Estado e teve atuação decisiva nos processos políticos de meados do século XX. Empresários influentes e proprietários de grandes empresas lideravam também “os Diretórios Municipais e a presidência Estadual dos partidos, bem como controlavam as prefeituras municipais” (MAY, 1998 p. 67). Ao atuar simultaneamente em esferas públicas e em negócios privados, estiveram no cerne de um bem montado sistema de influências, rentabilidade econômica e controle eleitoral, que seria mantido e ampliado ao longo da ditadura imposta com o golpe civil-militar de 1964.

Logo depois da eleição de Ivo Silveira, em 1965, as duas forças políticas foram obrigadas a dividir o mesmo espaço na ARENA, partido imposto logo após as eleições daquele ano. Começou então um momento em que as forças políticas predominantes em Santa Catarina mantiveram-se em uma única estrutura partidária. A partir de 1966, a ditadura determinou que a escolha de governadores

¹ Texto elaborado por Reinaldo Lindolfo Lohn: doutor em História (UFRGS), professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina; e José Roberto Paludo: doutor em Sociologia Política (UFSC), professor de Pós-Graduação da Unifacvest.

e a nomeação, por estes, dos prefeitos das capitais ocorre pelo voto indireto dos parlamentares estaduais. Na prática o que ocorreu é que o nome indicado por Brasília simplesmente era homologado pela Assembleia Legislativa. Houve três governadores escolhidos pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina: Colombo Salles (1971-1975), Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979) e Jorge Bornhausen (1979-1982), todos da ARENA.

A ARENA representava a fusão de interesses de empresários e políticos, que se tornaram proprietários de concessão de rádios e jornais, com os quais difundiam posicionamentos mais ou menos homogêneos em defesa da livre iniciativa. Em um Estado com uma presença marcante de pequenos proprietários, grande parte da população identificou-se aos interesses de empresários e políticos conservadores. O trabalho disciplinado e a subordinação à produção capitalista foram, historicamente, fatores de distinção e pujança econômica em comunidades do interior do Estado, com a manutenção de relações sociais estáveis e hierárquicas, nas quais a proeminência de políticos e empresários favoreceu a reprodução de estruturas de poder tradicionais pautadas na família e no respeito à ordem vigente. Sob essa cultura política foram cristalizadas práticas e representações relativas às lideranças políticas e empresariais que, por vezes, confundiam-se no controle do partido predominante em dada região com a maior empresa do lugar, com capacidade de reproduzir-se no tempo e gerar dividendos eleitorais e contábeis.

Intervenção do Estado na economia em favor dos mais ricos

A administração estadual expressou, desde a década de 1960 e ao longo da ditadura, uma simbiose entre políticos de larga tradição personalista e com domínio de linhagens familiares, com um grupo de tecnocratas, sob a influência do economista Alcides Abreu, que formularam o Plano de Metas do Governo (Plameg), com vigência nos governos de Celso Ramos e Ivo Silveira (SCHMITZ, 1985), mas que definiu um padrão de desenvolvimento socioeconômico com desdobramentos marcantes nas décadas seguintes.

Este modelo de planejamento econômico constituiu-se em um projeto com diretrizes e programas de ação que orientariam a atuação das estruturas governamentais. O Plameg foi construído no interior das redes político-empresariais e com o suporte da Federação das Indústrias (Fiesc). Realizou a transição entre os investimentos que se definiam capazes de superar os obstáculos ao desenvolvimento nacional e regional, particularmente no âmbito da infraestrutura de transporte e energia, para aquelas ações que, durante o regime autoritário, favoreceram explicitamente determinados segmentos empresariais, politicamente escolhidos por sua proximidade e colaboração com os governantes de então. Foi

firmada uma associação entre governo e grupos empresariais, na qual o primeiro arcou com os enormes custos dos investimentos públicos e do financiamento à iniciativa particular, por meio de fundos públicos generosos, enquanto o segundo garantia o controle social da mão de obra, com baixos salários, além de assegurar as bases materiais sob as quais os grupos políticos hegemônicos adquiriam prestígio junto às comunidades locais e condições para campanhas políticas, nas quais eram facilmente vitoriosos.

Os governos da ditadura ampliaram o raio de ação de instituições como o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), além dos investimentos para a consolidação das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc). Grandes grupos empresariais tornaram-se diretamente responsáveis pela condução de políticas públicas para os diferentes setores da economia. As agroindústrias passaram a gerir diretamente a Secretaria da Agricultura, enquanto para a indústria foram direcionados mecanismos financeiros como o Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina (Fundesc) e depois o Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (Procpe) e o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec), instituídos para estimular o setor privado pela transferência de recursos públicos. Processou-se uma privatização do Estado, mas com resultados econômicos apreciáveis do ponto de vista do crescimento da economia e, em particular, dos setores industriais, com sua integração à economia nacional. A ampliação da presença do Estado levou ao aumento de suas funções e à necessidade de formação de pessoal qualificado, em universidades públicas e comunitárias, o que ensejaria a expansão das camadas médias urbanas no conjunto da população e de sua influência sociocultural. Em diversas regiões, as cidades mais importantes cresceram de tamanho e ganharam uma nova configuração, com trabalhadores a viver em periferias precárias e com horizontes restritos para os mais jovens.

Durante a ditadura, um dos pilares do crescimento econômico foi a construção civil. A dinâmica econômica contribuiu para constituir um importante segmento de cidades médias em Santa Catarina. A capital, Florianópolis, foi privilegiada com a centralização de investimentos públicos. O objetivo era “a transformação de Florianópolis em um grande centro urbano, capaz de equilibrar a atração de São Paulo, de Curitiba e de Porto Alegre, polarizando progressivamente o espaço catarinense e catalisando a integração e o desenvolvimento harmônico do Estado”.²

Ao longo do período, os incentivos governamentais favoreceram “uma efetiva tecnificação nas bases produtivas da agricultura catarinense”, com grande utilização de fertilizantes, rações e produtos veterinários. Houve “o estreitamento da interligação do agricultor com o mercado” e transformações que, “além de mo-

2 ESCRITÓRIO CATARINENSE DE PLANEJAMENTO INTEGRADO. Plano de desenvolvimento integrado da área metropolitana de Florianópolis. Florianópolis, 1971, mimeo. p. 5-13.

netarizar a vida do produtor rural”, tornaram-no “consumidor de tecnologias”. A estrutura fundiária de Santa Catarina mostrou “uma evolução na mesma direção que a verificada para a nação brasileira em termos globais: a da concentração”. Predominou uma tendência favorável à concentração de terras, “através da expansão da produção capitalista, seja ela de lavouras permanentes (maçã), de lavouras temporárias (soja, principalmente), de reflorestamento e de pastagens”.³

Os partidos se revezam, mas o poder continua nas mesmas mãos

O bipartidarismo conservador que dominou a cena política no Estado ao longo das décadas anteriores pareceu transformar-se num partido único. Mas, sabe-se que a ditadura permitiu a existência de apenas mais um partido, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Como uma oposição consentida, inicialmente não teve grande consistência política e, dadas as restrições autoritárias, praticamente não havia espaço para posturas mais combativas. Ao longo da década de 1970 o partido avançou eleitoralmente e gerou lideranças novas que ganharam prestígio por apresentar-se como opositores ao regime autoritário.

A perda de dinamismo econômica, a concentração de renda e de terras e a diversificação da composição da sociedade em Santa Catarina favoreceriam, a partir de meados da década de 1970, a novos movimentos sociais, muitos dos quais que atuaram para a construção do Partido dos Trabalhadores (PT) no Estado. A partir de 1979, o retorno ao pluripartidarismo apontou para novas configurações políticas.

De todo modo, no início do período, o que se verificou foi a continuidade do processo que começara anteriormente. A Arena, agora sob a legenda do Partido Democrático Social (PDS) — que ganharia, mais tarde, a companhia do PFL (Partido da Frente Liberal), de Jorge Bornhausen — manteve-se em sua condição de dividir a grande maioria do eleitorado com o agora renomeado PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Esperidião Amin (PDS), ex-prefeito biônico de Florianópolis, foi eleito pelo voto direto em 1982. Seu nome despontou com as mudanças socioeconômicas verificadas na capital, da qual foi prefeito nomeado durante o período com maiores investimentos públicos na cidade. Apareceu como uma renovação das antigas redes políticas. Foi legitimado pelas velhas práticas políticas, mas apresentava-se como um quadro técnico e especializado.

Em 1986, uma oposição desgastada pelas conciliações e frustrações do início da chamada Nova República finalmente venceu as eleições para governador do Estado, com Pedro Ivo Campos (PMDB), ex-prefeito de Joinville (com sua morte,

3 INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. Estrutura agrária: evolução em Santa Catarina 1960-1980. Florianópolis: [s.n.], 1984. p. 15-17; 27-36.

em 1990, tomou posse o vice-governador Casildo Maldaner). Em 1990 elegeu-se Wilson Kleinübing (PFL); em 1994, Paulo Afonso Vieira (PMDB); e em 1998, novamente Espiridião Amin (PPB).

As eleições de 2002 foram um momento inédito na história política catarinense, pois houve uma rara ruptura com a configuração bipolar da política em Santa Catarina. A disputa foi bastante equilibrada entre Espiridião Amin (PP), Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e José Fritsch (PT). Por uma diferença de 2,7%, Luiz Henrique foi para o segundo turno e com o apoio do PT derrotou Amin.

Dois anos depois, o governador eleito deu uma guinada política e inverteu o rumo do processo. Eleito com apoio do PT para ser um aliado do Presidente Lula, num enfrentamento contra os tucanos no plano nacional, mas principalmente contra o PFL de Bornhausen, LHS rompeu com o PT, tornou-se adversário de Lula e aliado de Bornhausen.

Com isso, a política catarinense voltou à sua rotina bipolar, com a reeleição em 2006 de Luiz Henrique, tendo como adversário novamente o ex-governador Amin, agora isolado de Bornhausen. Ao mesmo tempo LHS carregou consigo o novo quadro representante da velha oligarquia Ramos-Konder-Bornhausen, elegendo como senador Raimundo Colombo, que quatro anos depois o sucede no governo do Estado por dois mandatos (2010 e 2014).

Nas últimas eleições de 2018 Santa Catarina foi um dos estados mais arrastados pela onda pró Jair Bolsonaro (PSL), elegendo o governador do mesmo partido, Coronel Carlos Moisés (PSL), quebrando a polarização PSD/MDB e para o senado foram eleitos Espiridião Amin, na chapa de Gelson Merísio (PSD) governador e o outro candidato ao senado derrotado nesta chapa foi o ex governador Raimundo Colombo. O segundo senador eleito foi Jorginho Mello (PR) na chapa com Mauro Mariani (MDB) governador (que nem sequer foi para o 2º turno) e o outro senador derrotado nesta chapa foi o ex senador Paulo Bauer (PSDB). Portanto, o resultado majoritário representou mudanças dos nomes tradicionais, com exceção de Espiridião Amin (PP).

A seguir apresenta-se um quadro do histórico das eleições majoritárias no Estado de Santa Catarina no período pós-ditadura civil-militar, onde se percebe a polarização entre os grupos liderados pela velha Arena de um lado e do MDB do outro.

Resultado histórico dos resultados eleitorais para governador do Estado de SC⁴

Ano	Nome	Partidos	%
1982	Esperidião Amin	PDS	49,97
	Jaison Barreto	PMDB	49,21
	Eurides Mescolotto	PT	0,41
1986	Pedro Ivo	PMDB	49,28
	Wilson Kleinubing	PFL, PTB, PDC	30,66
	Raul Guintter	PT	2,79
1990	Wilson Kleinubing	PFL, PDS, PDC, PTB, PL, PSC	50,42
	Paulo Afonso	PMDB	30,07
	Nelson Wedekin	PDT, PT, PCB, PCdoB	11,13
1994	Paulo Afonso*	PMDB, PTRB, PMN, PSD, PV, PRP	50,80
	Angela Amin	PPR, PP, PTB, PSC	49,20
	Nelson Wedekin	PDT, PSDB, PT, PPS, PSB, PCdoB	9,11
1998	Esperidião Amin	PPB, PFL, PSDB, PTB, PSD, PL, PTdoB, PRTB, PSDC, PSL, PST, PAN	58,92
	Paulo Afonso	PMDB	23,12
	Milton Mendes	PT, PDT, PCdoB, PPS, PMN, PSN, PCB	15,92
2002	Luis Henrique da Silveira*	PMDB, PSDB	50,34
	Esperidião Amin	PPB, PFL, PSL, PST, PDT, PTB, PRTB, PTdoB	49,66
	José Fritsch	PT, PCdoB, PL, PMN	27,33
2006	Luis Henrique da Silveira*	PMDB, PSDB, PFL, PHS, PPS, PRTB, PAN, PTdoB	52,71
	Esperidião Amin	PP, PMN, PV, PRONA	47,26
	José Fritsch	PT, PCdoB, PL, PRB	14,30
2010	Raimundo Colombo	DEM, PMDB, PSDB, PPS, PSC, PSL, PTC, PRP, PTB	52,72
	Angela Amin	PP, PDT, PTdoB	24,91
	Ideli Salvatti	PT, PR, PC do B, PSB, PRB, PRTB, PHS, PSDC	21,90
2014	Raimundo Colombo	PMDB, PR, PTB, PSC, PSDC, PROS, PV, PRB, PCdoB, PDT, DEM	51,36

⁴ Candidatos identificados com (*) venceram as eleições em 2º turno

	Paulo Bauer	PSDB, PP	29,90
	Claudio Vignatti	PT	15,56
2018	Comandante Moisés*	PSL	71,09
	Gelson Merisio	PSD, PRB / PDT / PSB / PODE / SOLIDARIEDADE / PROS / PSC / PC do B / PHS / PP / DEM / PRP / PPL / PV	28,91
	Mauro Mariani	AVANTE / PSDB / PTB / PTC / PRTB / DC / PR / PPS	23,21 ¹

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Em 1986 a velha Arena se dividiu entre Vilson Kleinubing, do PFL, e Amilcar Cazaniga, do PDS, e assim perderam as eleições para Pedro Ivo (PMDB). Nas eleições de 1994 houve a regra de segundo turno pela primeira vez e Paulo Afonso (PMDB), que passou para o segundo turno atrás, virou as eleições com o apoio crítico do PT. Mesmo tendo segundo turno, Esperidião Amin venceu as eleições de 1998 logo no primeiro turno, feito que veio a se repetir nas duas eleições de Raimundo Colombo (2010 e 2014).

Os senadores eleitos nesse mesmo período foram da mesma chapa que venceu as eleições para o governo do Estado, com exceção de 1994, quando foi eleito um de cada chapa que disputou o segundo turno para governador, e em 2002, quando a eleição para o Senado foi nacionalizada e foram eleitos os representantes das chapas de Presidente da República.

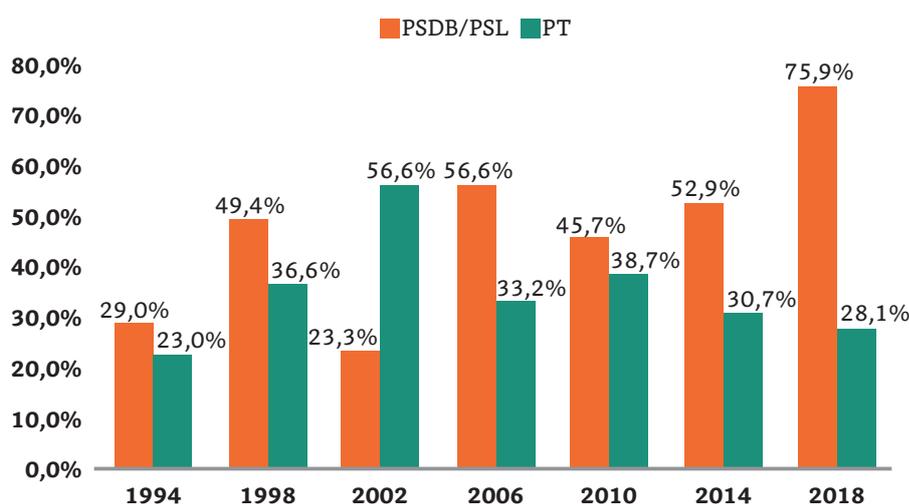
Histórico dos senadores (a) eleitos pelo Estado de SC (1982-2014)

Ano	Senadores eleitos
1982	Jorge Bornhausen (PDS)
1986	Dirceu Carneiro (PMDB)
	Nelson Wedekin (PMDB)
1990	Espiridião Amin (PP)
1994	Wilson Kleinubing (PFL)
	Cassildo Maldaner (PMDB)
1998	Jorge Bornhausen (PFL)
2002	Ideli Salvatti (PT)
	Leonel Pavan (PSDB)
2006	Raimundo Colombo (PFL)
2010	Luis Henrique da Silveira (PMDB)
	Paulo Bauer (PSDB)
2014	Dario Berger (PMDB)

2018	Espiridião Amin (PP)
	Jorginho Mello (PR)

Outro tipo de polarização ocorreu a partir das eleições de 1994 entre os candidatos a Presidente da República, entre o PT e PSDB, alterando em 2018 para PSL e PT.

Percentual 1º turno para Presidente da República em Santa Catarina (PSDB e PT de 1994 até 2018)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

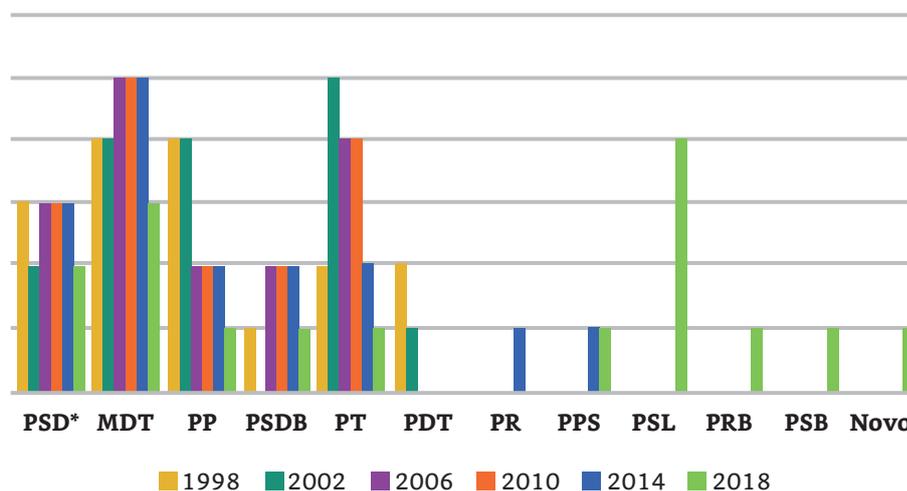
Em Santa Catarina, os partidos podem ter se revezado no poder, mas o controle e a atuação do Estado seguem sendo orientada para a manutenção de um modelo econômico que norteia a política e a economia desde, pelo menos, a segunda metade do século passado. Neste modelo, o Estado transformava-se num parceiro essencial dos grandes grupos econômicos regionais, os quais, por sua vez, asseguravam o predomínio, por diversas formas, de segmentos políticos comprometidos com a manutenção do sistema. Redes político-empresariais foram formadas e atuam ainda com forte capacidade de arregimentação de recursos e de votos. A estrutura assumiu maior capacidade de ganhar adesões sociais e desdobrar-se em poder efetivo, na medida em que se pautava sobre redes de relacionamento e de reciprocidade asentadas em linhagens oligárquicas com tradição política e influência em diferentes meios sociais. Trata-se de uma espécie de parceria público-privada, na qual o público é um sócio essencial, destinado a sempre socializar as perdas, enquanto o privado assegura ganhos que nem sempre geram benefícios para a sociedade.

Da mesma forma, busca-se aqui apresentar um quadro histórico das eleições proporcionais no Estado, de 1998 até 2014, a fim de analisar as oscilações de cada partido na composição das bancadas federais e estaduais, lembrando que Santa Catarina tem 16 vagas na Câmara Federal e 40 vagas na Assembleia Legislativa.

Do ponto de vista da bancada federal, percebe-se que o PFL-DEM-PSD, com ex-

ção de 2002, manteve sua representação, o PMDB cresceu de 2006 em diante, o PP diminui, o PSDB possui uma pequena representação e não elegeu ninguém em 2002 e o PT é o partido que mais oscilou nesse período, crescendo de dois para cinco, depois caindo para quatro e depois para dois deputados federais.

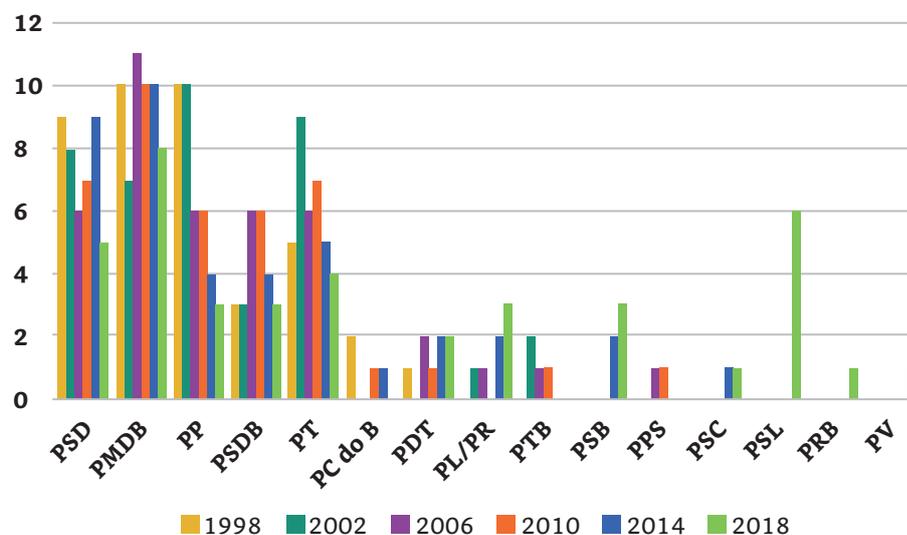
Histórico da composição da bancada federal catarinense por partido (1998-2002)⁵



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de SC (TRE-SC)

Em relação às bancadas estaduais, o PFL-DEM-PSD tem pequena queda em 2006 e nos demais pleitos se mantém; o PMDB caiu em 2002 e depois recuperou seu patamar histórico; o PP vem em queda desde 2006, a exemplo da bancada federal; o PSDB tem maior representação no Estado que em nível federal e cresceu em 2006 e 2010; o PT novamente oscilou, ou melhor, as eleições de 2002 foram um ponto fora da reta e nas últimas eleições houve uma pulverização maior de siglas.

Histórico da composição da Alesc por partido (1998-2002)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de SC (TRE-SC)

⁵ Na série histórica foram atribuídos o número de deputados eleitos pelo PFL e posteriormente do DEM para o PSD, que em Santa Catarina herdou os principais líderes desta sequência de mudança de sigla.

Igualmente importante é traçar um perfil dos atuais representantes eleitos proporcionalmente, indicando o partido, a região a profissão ou setor social que representa e a quantidades de mandatos:

Perfil da bancada federal catarinense no atual mandato (2015-2019)

Nome	Partido	Região	Profissão/ Setor	Qt. Mandatos
Celso Maldaner	PMDB	Oeste	Empresário	3
Mauro Mariani	PMDB	Norte	Empresário	3
Peninha	PMDB	Vale do Itajaí	Agrônomo	2
Ronaldo Benedit	PMDB	Sul	Advogado	2
Valdir Colatto	PMDB	Oeste	Agronegócio	3
Esperidião Amin	PP	Florianópolis	Administrador	2
Jorge Boeira	PP	Sul	Empresário	3
Carmen Zanotto	PPS	Planalto Serrano	Enfermeira	2
Jorginho Mello	PR	Oeste	Bancário	2
Cesar Souza	PSD	Florianópolis	Comunicador	2
João Paulo Kleinubing	PSD	Blumenau	Administrador	1
João Rodrigues	PSD	Oeste	Comunicador	2
Geovânia de Sá	PSDB	Sul	Sindicalista	2
Marco Tebaldi	PSDB	Norte	Engenheiro	2
Décio Lima	PT	Vale do Itajaí	Advogado	2
Pedro Uczai	PT	Oeste	Professor	2

Fonte: Câmara dos Deputados

Da mesma forma, em relação à bancada estadual apresenta-se um quadro com o perfil dos representantes:

Perfil dos deputados (as) estaduais de SC no atual mandato (2015-2019)

Nome	Partido	Região	Profissão	Qt. Mandatos
Cesar Valduga	PCdoB	Oeste	Bancário	1
Rodrigo Minotto	PDT	Sul	Sindicalista	1

Mario Marcondes	PDT	Florianópolis	Empresário	1
Aldo Schneider	PMDB	Vale do Itajaí	Empresário	2
Antonio Aguiar	PMDB	Norte	Médico	3
Dirce Heiderscheidt	PMDB	Florianópolis	Assistente Social	2
Gean Loureiro (eleito Prefeito em 2016)	PMDB	Florianópolis	Advogado	2
Mauro de Nadal	PMDB	Oeste	Advogado	2
Romildo Titon	PMDB	Oeste	Pecuarista	6
Valdir Cobalchini	PMDB	Oeste	Político	2
Carlos Chiodini	PMDB	Norte	Empresário	2
Ada de Lucca	PMDB	Sul	Política	3
Moacir Sopelsa	PMDB	Oeste	Agropecuária	5
Fernando Coruja (suplente efetivado)	PMDB	Planalto Serrano	Médico	1
Manoel Mota (suplente efetivado)	PMDB	Sul	Empresário	7
Valmir Comin	PP	Sul	Empresário	5
João Amin	PP	Florianópolis	Administrador	1
José Milton Scheffer	PP	Sul	Agrônomo	2
Silvio Dreveck	PP	Norte	Empresário	3
Maurício Eskudlark	PR	Oeste	Policia Civil	3
Natalino Lázare	PR	Oeste	Empresário	1
Cleiton Salvaro	PSB	Sul	Empresário	1
Patrício Destro	PSB	Norte	Político	1
Narcizo Parisotto	PSC	Oeste	Pastor	6
José Nei Ascari (Conselheiro TCE)	PSD	Sul	Advogado	2
Darci de Matos	PSD	Norte	Economista	3
Gabriel Ribeiro	PSD	Planalto Serrano	Advogado	1
Gelson Merisio	PSD	Oeste	Adm. empresa	3
Ismael dos Santos	PSD	Vale do Itajaí	Religioso	2
Jean Kuhlmann	PSD	Vale do Itajaí	Administrador	3
Kennedy Nunes	PSD	Norte	Comunicador	3
Milton Hobus	PSD	Vale do Itajaí	Empresário	1

Ricardo Guidi	PSD	Sul	Advogado	1
Leonel Pavan	PSDB	Vale do Itajaí	Político	1
Dr. Vicente Caropreso	PSDB	Norte	Médico	1
Marcos Vieira	PSDB	Florianópolis	Advogado	3
Serafim Venzon	PSDB	Vale do Itajaí	Médico	2
Ana Paula Lima	PT	Vale do Itajaí	Enfermeira	4
Dirceu Dresch	PT	Oeste	Agricultor	3
Luciane Carminatti	PT	Oeste	Professora	2
Neodi Saretta	PT	Oeste	Advogado	4
Padre Pedro Baldissera	PT	Oeste	Padre	4

Fonte: Assembleia Legislativa de Santa Catarina

A política de descentralização em Santa Catarina No que tange à política de descentralização em Santa Catarina, o Estado apresenta um histórico de pensar e agir na escala regional pelo menos desde os anos 1960, através das associações de municípios. Na essência, as associações tinham por objetivo “(...) aumentar o poder reivindicatório dos municípios junto aos órgãos governamentais, tendo em vista a resolução de problemas conjunturais compartilhados (...)” (BUTZKE, 2007, p.15). Nas décadas seguintes, outras iniciativas com propósitos semelhantes seriam desencadeadas, destacando-se os Fóruns de Desenvolvimento Regional (1996), os Comitês de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas (1997) e as Regiões Metropolitanas (1998). Como resultado de uma operação dos processos de especialização e diferenciação, o propósito comum de cada ordenamento é buscar discutir nas suas diversas escalas espaciais uma política de desenvolvimento.

No que compete à política de descentralização no âmbito da estrutura de governo, remeteríamos aos anos 1960, no governo Celso Ramos. No bojo das Superintendências de Desenvolvimento Regional, Ramos criaria a Secretaria dos Negócios do Oeste como “(...) órgão descentralizado do serviço público, dotado de personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira, será instalada na cidade de Chapecó (...)” (SANTA CATARINA, 1963). Mas, no que se reporta à política de regionalização em Santa Catarina, minimamente reportaríamos as oito Zonas Fisiográficas definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1941.

Em 1961 foi criada a primeira Associação de Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC), seguido por diferentes regiões do Estado até formar uma rede com 21 microrregiões, articuladas na Federação Catarinense de Municípios (Fecam), que foi fundada em 1980, numa perspectiva de fortalecimento do municipalismo.

Obedecendo as Zonas Fisiográficas fixadas pela Resolução nº 461, de 7 de julho de 1955, e fruto dos estudos iniciados em 1966, em 1968 o Conselho Nacional de Geografia (CNG) dividiu o Brasil em 361 unidades que passaram a ser denominadas de microrregiões homogêneas. Por sua vez, Santa Catarina foi subdividida em 16 microrregiões. Com base nos estudos produzidos pelo CNG, através do Decreto estadual de nº 844, de 28 de setembro de 1971, geograficamente o Estado foi subdividido em 13 microrregiões, para regionalizar as ações governamentais definidas no bojo de prioridades do Plano Catarinense de Desenvolvimento (PDC).

Assim, ao longo da história da política de descentralização em Santa Catarina, quatro momentos poderiam, grosso modo, ser identificados: i) a criação das associações de municípios, a instituição da Secretaria de Negócios do Oeste, a criação de 95 novos municípios e a criação das 16 microrregiões homogêneas definidas pelo IBGE na década de sessenta; ii) a criação das 13 microrregiões definidas pelo Decreto estadual nº 844 nos anos 1970; iii) criação de 97 novos municípios, a constituição dos Fóruns de Desenvolvimento Regional, Comitês de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas e Regiões Metropolitanas nos anos 1990; e iv) criação das 36 SDRs a partir de 2003.

Retomar-se-á a temática da descentralização em Santa Catarina a partir das SDRs na parte 5 deste diagnóstico, quando será abordado o tema da gestão pública do Estado e buscar-se-á aqui apresentar um panorama das organizações da sociedade civil, cujo tema carece de pesquisas sistematizadas em nível de Estado, havendo estudos localizados, portanto, este ensaio tácito pode servir de ponto de partida para aprofundamento do tema posteriormente.

Grosso modo, é possível identificar quatro grupos de organizações sociais que influenciam cultural e politicamente a sociedade catarinense: as organizações ligadas ao setor econômico empresarial; a mídia; as instituições de ensino em todos os níveis; e o movimento social, sindical e comunitário.

Do ponto de vista das organizações empresariais e do setor econômico existem pelo menos quatro grandes entidades que coordenam redes com grande capilaridade e que têm muita força política, iniciando pela Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc), que representa o sistema empresarial do Estado, pela sua capilaridade de atuação e pela diversidade de setores: a indústria, o comércio, a prestação de serviços, o agronegócio, os profissionais liberais, o turismo e diversos outros. A Facisc reúne mais de 34 mil empresas distribuídas em toda Santa Catarina, por intermédio de suas 146 associações empresariais.

Alinhado àquela, vem a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), criada em 1950 e composta pelo Serviço Social da Indústria (Sesi), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), pelo Instituto Euvaldo Lodi

(IEL) e pelo Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Ciesc). A Fiesc representa mais de 50 mil empresas, nas quais trabalham mais 800 mil pessoas e congrega 141 sindicatos de indústria. O Ciesc oferece uma série de serviços, parcerias e soluções para as indústrias na área tecnológica que abrangem os setores de marketing, comunicação e serviços empresariais. O Sesi/SC atua em mais de mil pontos de atendimento, prestando, diariamente, 300 mil atendimentos em todo o Estado. O Senai/SC tem 54 unidades operacionais e oferece cursos em mais de 130 municípios do Estado; 13 laboratórios de metrologia, altamente especializada, que atendem áreas de alimentos, ambiental, têxtil e confecção, materiais, móveis e metalomecânica, avaliando produtos com precisão e segurança; presta consultorias nas áreas ambiental, segurança do trabalho, melhoria do processo produtivo e gestão; além de um setor de Pesquisa Aplicada que desenvolve projetos de inovação e transferência de tecnologia para as indústrias catarinenses.

Também integra o plano de expansão a instalação de três Institutos de Inovação – em laser, sistemas embarcados e sistemas de manufatura – e sete de Tecnologia – automação e tecnologia da informação e da comunicação; alimentos; ambiental; eletroeletrônica; logística; materiais e têxtil, vestuário e design. Já o IEL/SC é responsável pela articulação entre o setor produtivo, as agências de fomento e as instituições de ensino e pesquisa, atuando em duas diferentes áreas de negócio: Gestão de Estágio e Gestão e Inovação, é um dos 27 núcleos regionais do Sistema IEL no País e possui atualmente rede de atendimento com 12 unidades distribuídas estrategicamente pelo Estado.

Outra entidade do ramo empresarial com grande capilaridade é a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL/SC), fundada em 1972, organizada em 37 distritos, atua no comércio varejista e possui mais de 200 Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDLs), que geralmente possui também o sindicato patronal que funciona conjuntamente, além disso, oferece o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), com mais de 40 mil usuários apenas em Santa Catarina.

Somam-se a essas grandes entidades a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), fundada em 1964, uma das pioneiras do país, com 264 cooperativas filiadas, assim distribuídas: 62 de crédito; 52 agropecuárias; 41 de transporte; 33 de infraestrutura; 30 de saúde; 14 de consumo; 13 de trabalho; 10 de educação; 5 de habitação; 2 de produção; 1 na área mineral; 1 especial, abrangendo um total de 2.113.103 associados, ou seja, esse número significa que mais de metade da PEA catarinense é associado a alguma cooperativa.

Por fim, outras tantas entidades em ramos específicos das atividades econômicas que também exercem influência política em todas as esferas públicas, como a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc), com 113 Sindicatos de Produtores Rurais, que juntamente com a Ocesc, controlam o Serviço

Nacional de Aprendizagem Rural de SC, a Federação das Empresas de Transporte de Carga do Estado de Santa Catarina (Fetrancesc), que reúne 13 sindicatos de empresas da área do transporte e logística, em todas as regiões do Estado, que representa cerca de 20 mil empresas de transporte, com mais de 133 mil trabalhadores diretos, que também controlam o Serviço Social do Transporte (SEST) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), criado em 1993.

Os Conselhos de Profissionais em Santa Catarina estão organizados em praticamente todas as profissões e são congregados pela Associação dos Conselhos Profissionais de Santa Catarina (Ascop), ressaltando ainda a capilaridade e força política da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), que tem mais de 40 mil profissionais no Estado, distribuídos em 44 subseções, muitos deles ocupando cargos eletivos e de destaque na alta administração pública em todas as esferas.

O segundo bloco de organizações que exerce forte poder político no Estado, geralmente atreladas ao primeiro bloco, é a imprensa. Santa Catarina distribui o sinal de quatro grupos de TV aberta: a antiga RBS, concessionária da Rede Globo, que recentemente foi vendida para a sigla NSC, mantendo integralmente a programação e funcionamento, com sede em Florianópolis e sucursais em Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma e Lages; a rede SBT, que se originou da antiga TV O Estado (Florianópolis e Chapecó, de propriedade das famílias Amaral e Petreli), formando o Sistema Catarinense de Comunicações (SCC), que tem concessão em Lages e sede em Florianópolis; desse grupo houve um rompimento em 2007 que deu origem ao sistema RIC TV, concessionária da rede Record, com sede em Florianópolis e sucursais em Blumenau, Joinville, Chapecó, Itajaí e Xanxerê; a antiga rede Barriga Verde, depois de passar por diversas fusões entrou em crise em 2016, fechando todas as sucursais, mantendo apenas a sede em Florianópolis, passou a se chamar TV Catarina, com transmissão integral da rede Bandeirantes (Band TV) em Santa Catarina.

Além dos quatro grandes canais de TV aberta, outros canais fechados se espalharam pelo Estado e alguns deles com importante audiência local e suas respectivas afiliações nacionais: ARTV de Araranguá (TV Brasil); Rede Bela Aliança (RBA) em Rio do Sul (independente); TV Brasil Esperança em Itajaí e Joinville (TV Brasil); TV Mocinha em Balneário Camboriú (Sesc TV); TVAL da Assembleia Legislativa, conectada a TV Câmara dos Deputados e TV Senado; TVCom de Florianópolis, que é uma TV comunitária atrelada ao grupo NSC, afiliada da Globo; e praticamente a única com programação própria sem fins comerciais que funciona regularmente é a TV Floripa, canal comunitário formado por associação de entidades e com controle social.

Há também os canais ligados às universidades: TV UFSC em Florianópolis (TV Brasil); Unisul TV de Tubarão (TV Cultura); Furb TV em Blumenau (TV Cultura); e TV Univali em Itajaí (Canal Futura).

Outros canais de TV fechada atuam no Estado e nos últimos anos se multiplicam os canais de TV por internet, dentre os quais se destacam alguns portais alternativos: Portal Desacato, uma cooperativa de jornalistas com sede em Florianópolis e colaboradores em diversas regiões do Estado; As Catarinas, cujo slogan é “jornalismo com perspectiva de gênero”; O Maruim, que é um coletivo de jornalismo independente, assim como inúmeras outras iniciativas em construção.

A Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert) possui 273 empresas filiadas, sendo 17 TVs; 108 rádios AM (nove na região de Florianópolis, 17 no Sul, 19 no Vale do Itajaí, 16 no Norte e Planalto Norte, seis na região Serrana, 16 no Meio Oeste e 25 no Oeste; e 143 rádios FM (17 na região de Florianópolis, 27 no Sul, 29 no Vale do Itajaí, 27 no Norte e Planalto Norte, cinco na região Serrana, 12 no Meio Oeste e 26 no Oeste). Além disso, Associação Catarinense de Rádios Comunitárias (Abracom) é filiada à Abraço Nacional, tem 21 afiliadas, das quais 12 estão localizadas na região Oeste. Os dados oficiais de rádios comunitárias são ainda confusos, pois existem muitas concessões que não estão em funcionamento, porém, segundo a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), existem 203 rádios comunitárias em Santa Catarina (Ministério das Comunicações, abril 2013), dessas uma minoria estão articuladas pela Abraço.

Finalmente, em relação aos jornais estaduais, existiam três com cobertura estadual (Diário Catarinense e O Estado, de Florianópolis; A Notícia, de Joinville), todos eles foram adquiridos pelo grupo RBS, atualmente NSC, que também era proprietária de outro grande veículo que é o Jornal de Santa Catarina, de Blumenau, retratado no livro “O fim da notícia: A monopolização da mídia e o trabalho dos jornalistas: o jornal A Notícia (SC) sob o comando da RBS” (MICK, J.; KAMRADT, 2017).

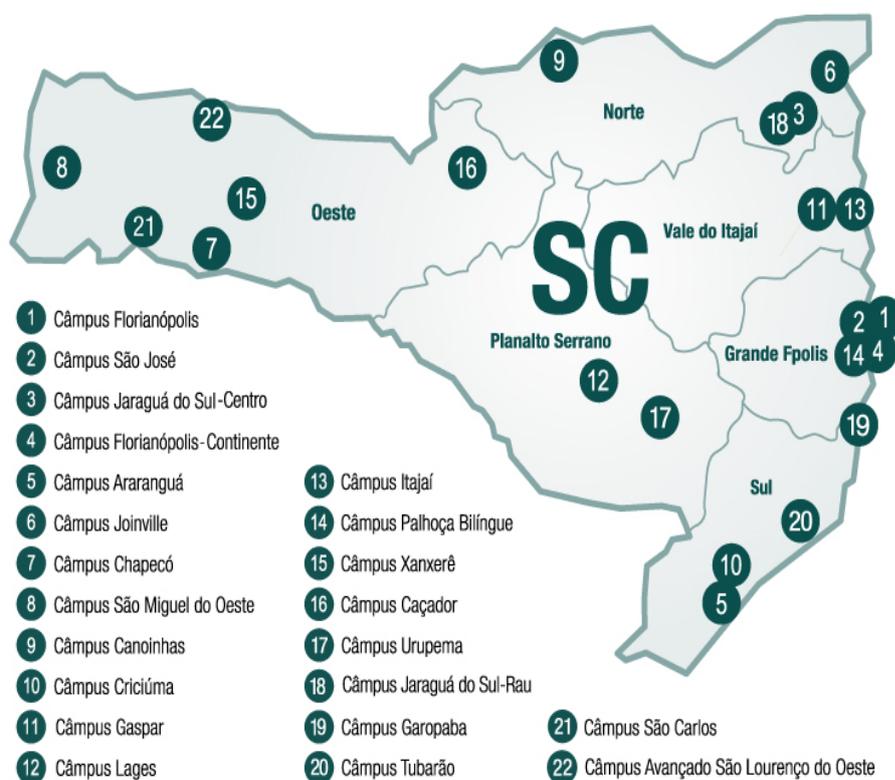
Além desses jornais estadualizados existem duas entidades: a Associação de Diários do Interior de Santa Catarina (ADI), que congrega 21 jornais diários de âmbito regionais, e a Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori/SC), que tem aproximadamente 140 empresas associadas, principalmente jornais semanais, quinzenais e mensais.

Apesar dessa capilaridade, não há dúvidas de que o mais poderoso grupo de comunicação em Santa Catarina foi construído pela família Sirotski e seus associados catarinenses, através do grupo RBS, que atualmente chama-se NSC, afiliada à Rede Globo e que controla seis canais abertos de TV nas grandes cidades estrategicamente situadas como polo das macrorregiões do Estado, mais os jornais Diário Catarinense (atualmente o único de circulação estadual), Jornal de Santa Catarina (região de Blumenau), A Notícia (Joinville), Hora de Santa Catarina, com circulação na região da Grande Florianópolis, onde compete com o Jornal Notícias do Dia, do grupo RIC-Record, mais as emissoras de rádio CBN Diário AM e Itapema FM, de Florianópolis, e uma rede da Atlântida FM por todo Estado.

Juntamente com os grupos empresariais e com a mídia, a rede de educação tem grande importância política. A rede pública federal de ensino superior contava apenas com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com sede em Florianópolis, antes de 2003. Desse período em diante, a UFSC expandiu campi nas cidades de Joinville, Blumenau, Araranguá e Curitibanos, além da criação de uma nova universidade federal multicampi com sede em Chapecó, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS).

O mesmo ocorreu em relação aos institutos federais de educação, o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) contava com apenas dois campi, em Florianópolis e São José, ampliou para 22 unidades distribuídas em todas as regiões do Estado, na última década:

Mapa dos campi do IFSC em Santa Catarina



Fonte: IFSC

O mesmo processo de expansão ocorreu em relação ao Instituto Federal Catarinense (IFC), com sede em Blumenau e campi em Santa Rosa, Concórdia, Rio do Sul e Camboriú, que conta atualmente com 16 unidades incluindo as cidades de: Abelardo Luz, Araquari, Brusque, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira.

A Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc) também mantinha apenas os campi de Florianópolis e Lages, expandindo-se para Chapecó, Pinhalzinho, São Bento do Sul, Itajaí, Ibirama e Laguna.

As universidades comunitárias, conforme apresentado anteriormente, foram criadas a partir dos anos de 1960, para suprir o déficit de educação superior no interior do Estado e, por isso, formou-se o sistema Acafe, incluindo a Udesc mais as 16 instituições distribuídas em 53 cidades:

Mapa das universidades do Sistema Acafe em SC



Fonte: Acafe⁶

Finalmente, as instituições totalmente privadas de ensino superior em Santa Catarina são articuladas pela Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (Ampesc), que representa 70 instituições correspondentes a 89% do total. As faculdades que não fazem parte da Ampesc, na sua maioria, são grandes redes de âmbito nacional que já têm sua representação ou força suficiente para defender individualmente seus interesses.

Existe também o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário em Santa Catarina (Sinepe) com mais de meio século de atuação, que representa os interesses das 1.280 escolas privadas de ensino básico cadastradas na Secretaria Estadual de Educação, boa parte delas ligadas a congregações religiosas. A rede estadual possui 1.326 unidades escolares de educação básica e a rede municipal outras 4.513 unidades (SED, 2017). Há que se considerar como parte do sistema de ensino no Estado a rede do sistema S, apresentada anteriormente, ligada às entidades representativas do setor empresarial.

O quarto bloco de representação da sociedade civil, mais complexo e com menos informações organizadas são os que representam os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, considerando parte deste grupo os movimentos sociais e o movimento sindical.

⁶ Esse mapa foi retirado recentemente do site da Acafe, porém, optou-se por mantê-lo porque as informações são relevantes.

Em relação aos movimentos sociais, pode-se iniciar pelo movimento estudantil, que perdeu bastante espaço de representação através das entidades estaduais, a União Catarinense de Estudantes (UCE), que congrega DCEs e CAs, e a União Catarinense de Estudantes Secundaristas (Uces), que articula os Grêmios Estudantis. Além da queda de representatividade e falta de uma política estudantil para o Estado, ambos os movimentos sofrem a concorrência da Associação Catarinense de Estudantes (Asce).

As associações de moradores contam com a Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (Famesc), que articula mais de 2.500 associações de moradores, conselhos comunitários e demais entidades representativas de moradores, e cerca de 70 Uniões de Associações de Moradores (municipais) de toda Santa Catarina, porém, sua atuação é mais efetiva apenas nas grandes cidades.

Existem muitos novos movimentos específicos e de diferentes matizes, no meio urbano, como por exemplo o Instituto Comunitário Grande Florianópolis (Icom), que atende mais de 800 ONGs ou Organizações da Sociedade Civil (OSCs) apenas nesta região, porém, são organizações com atuação difusa, pouco articuladas entre si, que permanecem no nível básico organizativo, sem força política coletiva. Segundo o Censo do IBGE (2010), o número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos em Santa Catarina era de 30.108 (IBGE, 2010).

O principal protagonismo dos movimentos sociais em Santa Catarina se dá no meio rural, os chamados movimentos sociais do campo, que têm atuação marcante e forte influência política no Estado. As origens dessas entidades são muito semelhantes, basicamente apoiadas pelas igrejas progressistas nas décadas de 1970 e 1980, na sua maioria localizadas na região Oeste, dos quais se destacam: o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); e a organização sindical da agricultura familiar, que surge das oposições sindicais apoiadas pelas igrejas, na mesma época e na mesma região, atualmente representadas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf).

O movimento sindical catarinense acaba sendo uma força política importante que tenta contrabalancear a força do empresariado, porém, conta com divisões internas e sofreu com a fragmentação das centrais sindicais dos últimos tempos. Continuando no meio rural, de um lado tem a Fetraf, que se articula no campo da Central Única dos Trabalhadores, compete com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), ligada à Contag, e o mesmo ocorre em relação aos trabalhadores municipais, onde existe a Federação dos Trabalhadores Municipais (Fetram) filiada à CUT, que compete com a Federação dos Trabalhadores Municipais do Estado de Santa Catarina (Fetramesc).

No meio urbano há outras três grandes federações de trabalhadores organizadas: Federação dos Trabalhadores no Comércio (Fecesc) filiada à CUT, nas Indústrias (Fetiesc) e na Construção Civil (Feticom) filiada à Nova Central Sindical (NCS).

Portanto, são sete federações e cinco centrais sindicais instaladas em Santa Catarina: Central Única dos Trabalhadores (CUT), que representa 1 19 sindicatos filiados, três Federações Orgânicas (Departamento dos Metalúrgicos, Fetraf-Sul, Fetram), duas Federações Filiadas (Fecesc e Fetessesc), num total de 6 17 mil trabalhadores na base, sendo 210 mil sindicalizados aproximadamente); União Geral dos Trabalhadores (UGT) que representa quatro federações (Fevasc – vigilantes; Fetratuh – hotelaria; Feteesc – ensino privado; Feeb – bancários); e aproximadamente 100 sindicatos. Seguindo, a Nova Central Sindical (NCS) tem 120 sindicatos e quatro federações: Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário (Feticom), Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado de Santa Catarina (Fetramesc), além da Federação dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em Transporte de Cargas e Passageiros no Estado de Santa Catarina (Fectroesc), Federação dos Trabalhadores na Indústria Extrativista de Carvão (Fetiec) e a Força Sindical (FS), com 96 sindicatos filiados e mais 13 colônias de pescadores.

Enfim, com isso pretende-se apresentar um quadro exploratório, mas ainda incompleto, das diferentes organizações sociais em Santa Catarina, especialmente as que têm representatividade política importante.

Tabela dos sites consultados nesta pesquisa

Nome oficial da entidade	Página oficial na internet
Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão	Link para o Site
Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe)	Link para o Site
Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert)	Link para o Site
Associação Catarinense de Estudantes (Asce).	Link para o Site
Associação Catarinense de Rádios Comunitárias (Abracom/Abraço)	Link para o Site
Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (Ampesc)	Link para o Site

Associação de Diários do Interior de Santa Catarina (ADI)	Link para o Site
Associação dos Conselhos Profissionais de Santa Catarina (Ascop)	Link para o Site
Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori/SC)	Link para o Site
Central Única dos Trabalhadores (CUT/SC)	Link para o Site
Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc)	Link para o Site
Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (Famesc)	Link para o Site
Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc)	Link para o Site
Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL/SC)	Link para o Site
Federação das Empresas de Transporte de Carga do Estado de Santa Catarina (Fetrancesc)	Link para o Site
Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc)	Link para o Site
Federação dos Trabalhadores da Construção Civil (Feticom)	Link para o Site
Federação dos Trabalhadores Municipais (Fetram)	Link para o Site
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc)	Link para o Site
Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf)	Link para o Site
Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fetiesc)	Link para o Site
Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado de Santa Catarina (Fecesc)	Link para o Site

Federação dos Trabalhadores Municipais do Estado de Santa Catarina (Fetramesc)	Link para o Site
Força Sindical (FS)	Link para o Site
Instituto Comunitário Grande Florianópolis (Icom)	Link para o Site
Instituto Federal Catarinense (IFC)	Link para o Site
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)	Link para o Site
Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)	Link para o Site
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	Link para o Site
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	Link para o Site
Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem Terra (MST)	Link para o Site
Nova Central Sindical (NCS)	Link para o Site
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC)	Link para o Site
Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc)	Link para o Site
Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário em Santa Catarina (Sinepe)	Link para o Site
União Catarinense de Estudantes (UCE)	Link para o Site
União Catarinense de Estudantes Secundaristas (Uces)	Link para o Site
União Geral dos Trabalhadores (UGT)	Link para o Site
Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc)	Link para o Site
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)	Link para o Site
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Link para o Site

Referências

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ALESC. *Diário da Assembleia*. Nº 5.846 de 11 de fevereiro de 2008. Ata da 001ª Sessão Solene da 2ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura, realizada em 6 de fevereiro de 2008.

BUTZKE, L. *O papel das associações de municípios na dinâmica de planejamento regional e urbano em Santa Catarina*. Estudo de caso sobre a trajetória da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí. Florianópolis, SC: 2007. 149p. (Dissertação de Mestrado)

MAY, Patrícia Zumblick Santos. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961--1964)*. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 1998. p. 67-82.

SANTA CATARINA. Lei Nº 3.283, de 08 de agosto de 1963. Cria a Secretaria dos Negócios do Oeste, respectivo cargo de Secretário de Estado, órgãos e serviços, abre crédito especial e dá outras providências.

_____. Lei Complementar Nº 243, de 30 de janeiro de 2003. Estabelece nova Estrutura Administrativa do Poder Executivo.

_____. Lei Nº 13.342, de 10 de março de 2005. Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC - e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense - FADESC - e estabelece outras providências.

_____. *Plano Catarinense de Desenvolvimento: Santa Catarina 2015*. Instituto Celso Ramos, Secretaria de Estado do Planejamento. 2006. 113p.

SCHMITZ, Sérgio. *Planejamento estadual: a experiência do Plameg*. Florianópolis: UFSC/UDESC, 1985.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resultado das eleições anteriores.

MICK, J. ; KAMRADT, J. O fim da notícia: A monopolização da mídia e o trabalho dos jornalistas: o jornal A Notícia (SC) sob o comando da RBS. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2017. v. 1. 218 p.

PARTE 4

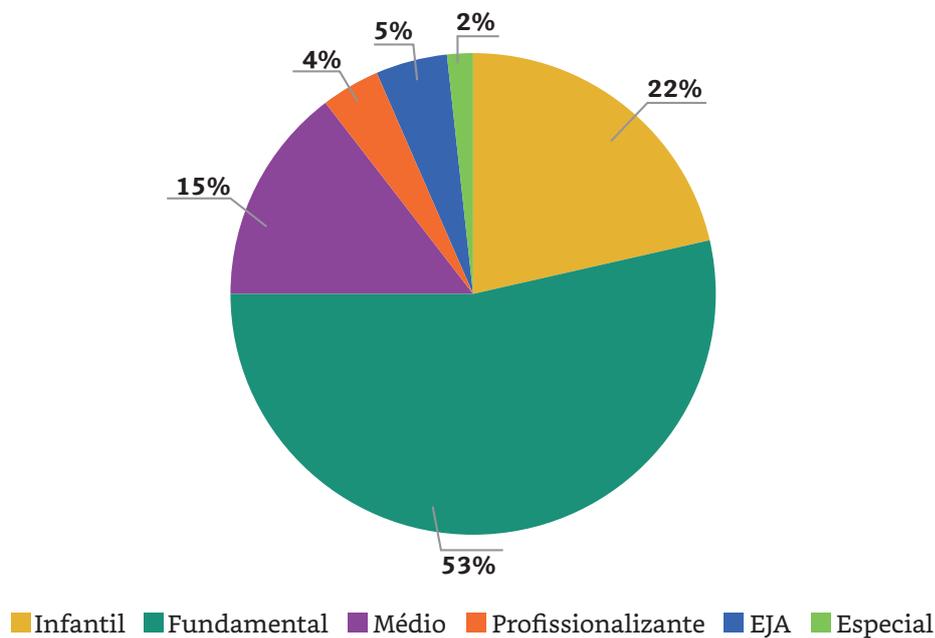
POLÍTICAS PÚBLICAS
EM SANTA CATARINA

A fim de organizar a apresentação do diagnóstico das políticas públicas no Estado de Santa Catarina, ainda que possa haver outras possibilidades de classificação, as políticas serão divididas em cinco grandes áreas: educação, saúde, segurança, assistência, direitos humanos e meio ambiente. Na área de assistência social serão incluídos os temas de política para idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, educação e segurança alimentar; e na área de direitos humanos haverá o incremento de assuntos como a política para a juventude, mulheres, minorias étnicas, esporte, lazer e cultura.

A educação em Santa Catarina

O Estado de Santa Catarina tem um total de 1.528.185 pessoas matriculadas em toda a rede de ensino básico e mais 328.683 pessoas no nível superior, portanto, considerando que a maioria dos dados é de 2016 – quando a projeção da população total era de 6.910.553 –, significa que aproximadamente 27% do total da população está matriculada em alguma modalidade de educação, com a segunda menor taxa de analfabetismo do Brasil (3,5%), atrás apenas do Distrito Federal (SED/SC, 2017).

Total de matrículas por níveis de educação

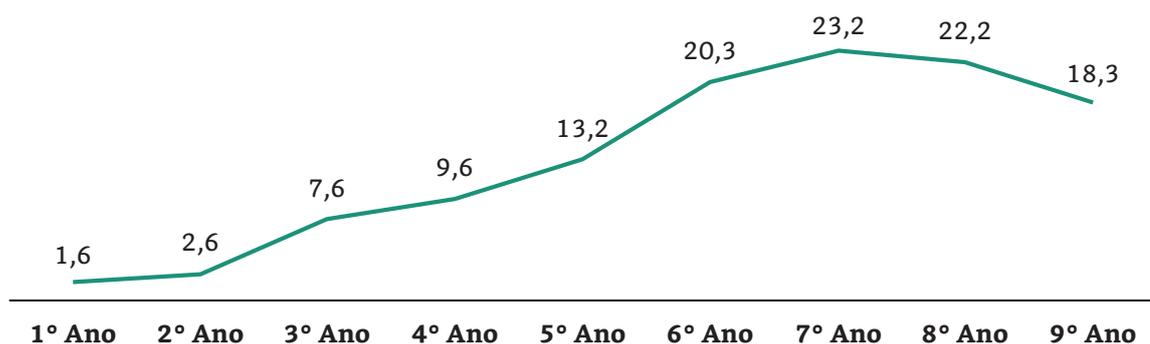


Fonte: SED/SC, 2017

No período de 2010 até 2016, aumentaram em 27% as matrículas no ensino infantil em Santa Catarina, que atualmente atende 49,4% das crianças de 0 a 3 anos de idade (média nacional era de 33% em 2014 e a Meta-1 do PNE é atender 50% das crianças nesta faixa etária até o ano de 2024) e 89,9% das crianças de 4 a 6 anos (a média nacional foi de 89,6% em 2014 e as melhores médias regionais foram do Nordeste, 92,7%, e do Sudeste, 92,3%; a Meta-1 do PNE era de universalizar o atendimento nessa faixa etária até 2016).

Ao mesmo tempo, no Estado, reduziu em 4,8% o total de matrículas no ensino fundamental e outros 5,2% a menos também no ensino médio (taxa de reprovação de 12,3% e 6% de abandono, principalmente na rede estadual de ensino). No ensino fundamental, que abrange mais de metade do total das matrículas do Estado, por um lado, aumentou a entrada nas séries iniciais do ensino fundamental, por outro lado, reduziu a saída nas séries finais e o principal fator não tem sido a evasão (0,4%), mas sim a taxa de reprovação (6,7%) e, conseqüentemente, a distorção entre idade e série ao longo do período.

Taxa de distorção idade-série no ensino fundamental de SC (2016)



Fonte: SED/SC, 2017

Com isso, o Estado de Santa Catarina possui 98,6% das crianças e adolescentes na idade entre 6 e 14 anos que frequentam ou concluíram o ensino fundamental (a média nacional, em 2014, era de 97,7% de atendimento nesta faixa etária e a Meta-2 PNE é universalizar o ensino fundamental de 9 anos até 2024). Em Santa Catarina, 89% dos jovens com mais de 16 anos que concluíram o ensino fundamental (a média nacional era de 74,3%, em 2014 e a Meta-2 do PNE é de que 95% dos jovens até 16 anos tenham concluído o ensino fundamental até 2024). Outro dado importante é que 82,7% dos jovens catarinenses entre 15 e 17 anos frequentam ou concluíram o ensino médio (essa é a taxa de atendimento, cuja média nacional era de 83,8% em 2014 e a Meta-3 do PNE era de universalizar o atendimento nessa faixa etária até 2016). Ao mesmo tempo, a taxa líquida (idade adequada) cai para 76,8% nesta mesma faixa etária em Santa Catarina (a média nacional era de 65,7%, enquanto que a Meta-3 é de garantir 85% até 2024).

Essa análise comparativa demonstra que, apesar de o Estado de Santa Catarina estar em terceiro lugar no ranking do IDH, cujo um dos três índices é a educação, os indicadores mostram oscilações e déficits importantes em algumas etapas da educação básica. Isso quer dizer que nas duas metas de universalização que deveriam ser cumpridas até 2016, Santa Catarina ajuda a puxar a média nacional para baixo, tanto na faixa entre 4 e 5 anos, onde a região Nordeste alcançou 92,7% e Sudeste 92,3%, o Estado ficou em 89,9% e o mesmo ocorreu na faixa entre de 15 a 17 anos, em que (82,7%) fica abaixo da média nacional de 83,8%.

A segunda observação é sobre os indicadores de qualidade da educação básica, calculados através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), cuja síntese dos resultados comparados com a projeção é mostrada na tabela abaixo:

Histórico do Ideb (Nota x Meta) por dependência administrativa em SC

	IDEB Observado					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Anos Iniciais do Ensino Fundamental						
Total	4,4	4,9	5,2	5,8	6,0	6,3
Pública	4,3	4,7	5,1	5,7	5,9	6,1
Privada	6,4	6,6	7,1	7,1	7,5	7,7
Estadual	4,3	4,7	5,0	5,7	5,7	5,9
Anos Finais do Ensino Fundamental						
Total	4,4	4,9	5,2	5,8	6,0	6,3
Pública	4,3	4,7	5,1	5,7	5,9	6,1
Privada	6,4	6,6	7,1	7,1	7,5	7,7
Estadual	4,3	4,7	5,0	5,7	5,7	5,9
Ensino Médio						
Total	3,8	4,0	4,1	4,3	4,0	3,8
Estadual	3,5	3,8	3,7	4,0	3,6	3,4
Privada	5,7	5,5	6,1	6,0	5,9	5,8

	Projeções/Metas							
	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental								
Total	4,5	4,8	5,2	5,5	5,8	6,0	6,3	6,5
Pública	4,4	4,7	5,1	5,4	5,6	5,9	6,2	6,4
Privada	6,5	6,7	7,0	7,2	7,4	7,5	7,7	7,8
Estadual	4,4	4,7	5,1	5,4	5,6	5,9	6,2	6,4
Anos Finais do Ensino Fundamental								
Total	4,3	4,5	4,7	5,1	5,5	5,7	6,0	6,2
Pública	4,1	4,3	4,6	5,0	5,3	5,6	5,8	6,0
Privada	6,0	6,1	6,3	6,6	6,9	7,1	7,2	7,4
Estadual	4,1	4,3	4,5	4,9	5,3	5,5	5,8	6,0

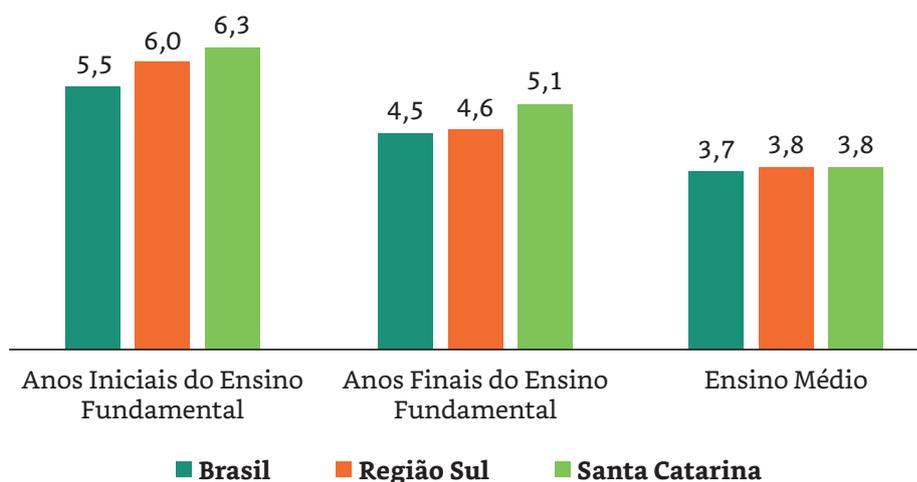
	Ensino Médio							
Total	3,8	3,9	4,1	4,4	4,7	5,2	5,4	5,6
Estadual	3,5	3,6	3,8	4,0	4,4	4,8	5,1	5,3
Privada	5,7	5,8	6,0	6,2	6,5	6,8	7,0	7,1

Fonte: SED/SC, 2017

Nessa tabela percebe-se que tanto a rede pública quanto privada de Santa Catarina alcançaram a projeção do Ideb para o ano de 2015 apenas nos anos iniciais do ensino fundamental. Além disso, ambos ficaram atrás das metas nas outras duas etapas seguintes: anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

Outra análise é a comparação dos resultados do Ideb no seu conjunto, comparando Santa Catarina com a região Sul e com a média nacional. Neste caso percebe-se que o resultado catarinense fica acima das duas médias:

Comparação Ideb de Santa Catarina com a região Sul e Brasil (2015)



Fonte: SED/SC, 2017

Em relação aos demais indicadores de qualidade do ensino, tanto da Prova Brasil (que mede a proficiência em matemática e língua portuguesa), quanto da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), que distribui o percentual dos estudantes nos níveis de proficiência, Santa Catarina mantém uma avaliação histórica um pouco acima da média nacional nos três níveis de ensino (anos iniciais e finais do ensino fundamental e médio) (SED/SC, 2017).

Outro aspecto diz respeito aos 80.227 professores (as) da educação básica, os quais, no período de 2007 até 2016, mantém o mesmo percentual de docentes com nível superior (81%), dos quais 63,3% são da rede municipal, 34,2% da rede estadual e 2,5% da rede federal de ensino básico. Porém, em relação ao tipo de vínculo, tem-se que 86,4% da rede federal são concursados com estabilidade, 57,6% da rede municipal e apenas 41,9% dos docentes da rede estadual estão

nesta condição, ou seja, a maioria dos professores (as) estaduais (57,7%) são de contratados em caráter temporário (precarizados).

Embora Santa Catarina tenha a segunda renda média salarial mais alta do país, isso não se reflete no pagamento dos professores, que depois de muita luta e uma grande greve de 62 dias em 2011, passaram a receber basicamente o Piso Nacional do Magistério no valor de R\$ 1.187 por 40 horas semanais, equiparando-se com outros 17 estados que simplesmente cumprem o piso (17º no ranking nacional), enquanto três estados (AM, MT e PR) pagam salário de professores acima do piso, outros seis Estados ainda não cumprem a Lei 11.738/2008.

Por fim, três outras pautas são preocupantes no campo da educação: o sucateamento da infraestrutura das escolas estaduais; o estilo de gestão autoritária; e a metodologia de ensino conservadora.

Desde 2015 vem ocorrendo fechamento de escolas da rede pública estadual de educação básica por dois motivos principais: remanejamento de alunos para outras localidades e péssimas condições de infraestrutura. Com a implantação do ensino médio inovador, definido pela Medida Provisória 746/2016, a tendência é aumentar a evasão entre o ensino fundamental e médio, pois grande parte dos estudantes nesta fase depende de combinar estudo e trabalho, o que torna inviável com o novo sistema de educação em tempo integral, no que o Estado vem buscando ser um dos pioneiros.

Ainda que os documentos oficiais do Plano Estadual de Educação, Proposta Curricular e Manuais de Gestão Escolar apresentem um conteúdo avançado em relação aos parâmetros atuais, na prática o estilo de gestão da educação em Santa Catarina vem regredindo do ponto de vista da democracia. Através da Lei Complementar 668/2015, o governo do Estado estabelece um nível específico para gestores escolares, excluindo totalmente o princípio de gestão democrática ou a possibilidade de eleições diretas para a escolha dos dirigentes, passando a contar apenas com critérios meritocráticos. A par disso, os gestores são orientados para “manter o controle” sobre as unidades de ensino, denunciando qualquer suspeita para os dirigentes regionais de ensino, que são cargos políticos de confiança de algum aliado do Executivo naquela região, portanto, estabelece-se um clima de medo e denuncismo que se agrava em tempos de “escola sem partido”.

De acordo com o Gabinete-Adjunto de Informações em Apoio à Decisão (GAIA, 2016), foram 68.382 jovens catarinenses beneficiados pelo Programa Universidade para Todos (Prouni), desde 2005, outros 4.451 alunos atendidos pelo Programa Ciência sem Fronteiras (12/2014) e 54.057 alunos beneficiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e 394.942 matrículas no Pronatec (GAIA, 2016).

Entre 2011 e 2014, foram construídas 13 novas escolas técnicas, oferecendo 3.315 vagas em 2013, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Cata-

rinense (IFC) conta com seis campi, oferecendo 941 vagas em 2013, no(s) município(s) de: Blumenau, Fraiburgo, São Francisco do Sul, Sombrio, Abelardo Luz e Brusque. Já o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) tem sete campi, oferecendo 2.374 vagas em 2013, no(s) município(s) de: Garopaba, Itajaí, Palhoça, Tubarão, São Carlos, São Lourenço do Oeste (GAIA, 2016).

Em relação ao ensino básico, o governo federal contratou a construção de 326 creches, no valor de R\$ 358.606.131 de investimento aprovado, o programa Mais Educação atende 550 escolas (143 rurais), com repasse R\$ 10.812.072 (2015), foi aprovada a construção de 147 quadras cobertas (R\$ 74.350.674 de investimento) e a cobertura de 142 quadras (R\$ 34.020.221 de investimento) (GAIA, 2016).

Através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 2015 foram repassados R\$ 117.346.989 para atender 1.289.080 alunos em 5.470 escolas, o Programa Caminho da Escola forneceu 1.316 ônibus, sendo 1.189 do Pronacampo e 127 urbanos acessíveis adquiridos com recursos federais (FNDE ou BNDES) (GAIA, 2016).

Finalmente, se há problemas estatísticos em relação ao acesso, permanência e cumprimento das metas de aproveitamento idade-série, que se agrava com os problemas de infraestrutura, pouco investimento em pessoal e gestão autoritária, o tema da metodologia de ensino passa ao largo do debate sobre educação no Estado. A metodologia repete o modelo arcaico oriundo do sistema militarizado de Bismark na Prússia do século XVII, combinado com a produção em série fordista inglesa do século XIX. Faltam debate, experiências concretas e vontade política de iniciar um processo metodológico horizontalizado, que dialoga com as necessidades das crianças, adolescentes e jovens da Era da Informação, em que muitos veem a escola como um empecilho para seu desenvolvimento cognitivo.

A situação da saúde em Santa Catarina

Santa Catarina foi a unidade da federação com maior expectativa de vida, 78,4 anos, enquanto a média nacional ficou em 74,9 anos (IBGE, 2014).

Esperança de vida ao nascer em Santa Catarina e no Brasil (2000, 2010 e 2014)

Anos	Santa Catarina	Brasil
2000	73,5	70,4
2010	76,0	73,4
2014	78,4	74,9
Evolução	6,6%	6,4%

Fontes: Sebrae 2013; TCE 2016

Em relação à taxa bruta de mortalidade infantil de Santa Catarina, no ano de

2010 era de 11,2 mortos por mil nascidos vivos, 30% menor do que no Brasil, que apresentou um percentual de queda maior que o Estado ao longo dessa década.

Mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos, em Santa Catarina e no Brasil, no período de 2000 a 2010

Anos	Santa Catarina	Brasil
2006	15,7	27,4
2007	12,8	20,0
2008	11,7	17,6
2009	11,2	16,8
2010	11,2	16,0
Evolução 2000/2010	-28,7%	-41,6%

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2010.

Nota: Considera apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC.

A gravidez na adolescência é um aspecto preocupante em Santa Catarina, destacando-se o Planalto Serrano (22,8%), o Meio Oeste (22,3%), o Planalto Norte (21,3%) e o Extremo Oeste (19,0%) com os maiores percentuais do Estado.

Sobre o tipo de parto, Santa Catarina assinou em 2000 o Pacto para Redução das Taxas de Cesarianas, que estabeleceu o cumprimento de limites percentuais máximos de partos cirúrgicos, em relação ao total de partos realizados em Santa Catarina: 32% em 2000; 30% em 2001; 29% em 2002; 28% em 2003; 27% em 2004; 26% em 2005 e 25% em 2006. Segundo dados do próprio Sinasc (2017)¹, esse percentual foi de 57,94% em 2017, ou seja, acima do dobro estabelecido, sendo que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde seria de até 15%.

Tratando-se de grupo de risco, em idade entre 50 a 69 anos, apenas 65,1% das mulheres catarinenses tiveram acesso a exames de mamografia (quinto lugar no ranking nacional, atrás de SP, DF, ES e RS) (IBGE Cidades, 2013). Portanto, na taxa de mortalidade feminina por câncer no Estado, verificou-se que a cada 100 mil habitantes houve 21,7 mortes de mulheres por câncer de mama e sete mortes por câncer no colo do útero, mulheres na faixa etária de 30 a 69 anos. (GAVAZZONI, 2014).

De modo geral, os principais fatores responsáveis por óbitos em Santa Catarina, são: doenças infecciosas e parasitárias 4,07%; doenças neoplasias (tumor/câncer) 21%; doenças do aparelho circulatório 30,8%; doenças do aparelho respiratório 11,73%; afecções originadas no período perinatal 1,67%; causas externas 12,31%; demais causas 18,41% (Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre

¹ http://www.saude.sc.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc_parto.def

Mortalidade – SIM, 2012)². No entanto, quando comparado com os demais Estados do Brasil, chama a atenção os tipos de doenças mais incidentes em Santa Catarina:

Santa Catarina no ranking nacional das principais doenças crônicas diagnosticadas

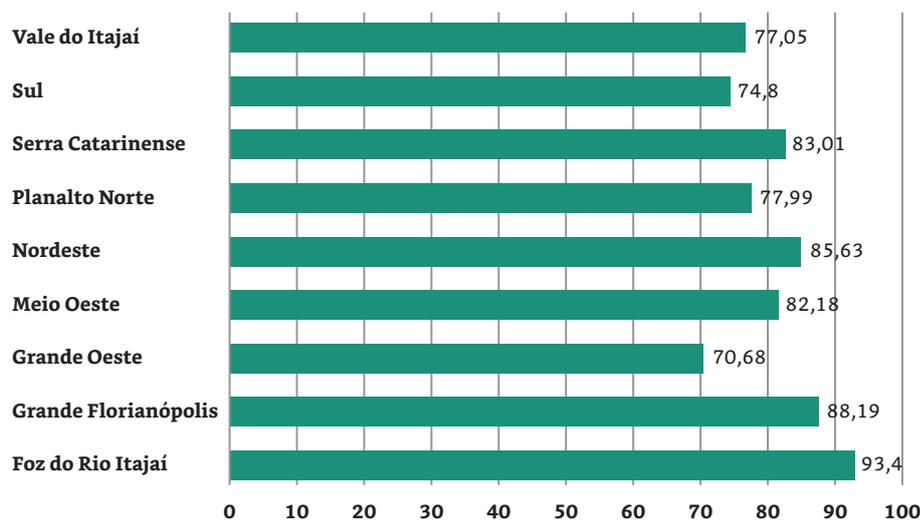
Pessoas de 18 anos ou mais de idade/ doença crônica diagnosticada	% em Santa Catarina	Posição ranking nacional
Câncer	3,9%	1º SC; 2º RS; 3º DF; 4º SwP
DORT	4,1%	1º SC; 2º SP; 3º PR; 4º RS
Depressão por profissional de saúde mental	12,9%	1º RS; 2º SC; 3º PR; 4º MG
Doença do coração	5,8%	1º MG; 2º SC; 3º GO; 4º RS
Insuficiência renal crônica	2,6%	1º RO; 2º PR; 3º SC; 4º TO

Fonte: IBGE Cidades (2013)

A aids foi responsável pela morte de 12,4 homens e 5,9 mulheres a cada 100 mil habitantes, e a taxa de incidência em 2010 a cada 100 mil habitantes foi de 30,2 (GAVAZZINI, 2014).

A taxa de cobertura da rede de abastecimento de água em Santa Catarina é de 80,61%, assim distribuído pelas macrorregiões:

Taxa de abastecimento de água por macrorregião em SC



Fonte: SES/SC, 2014³

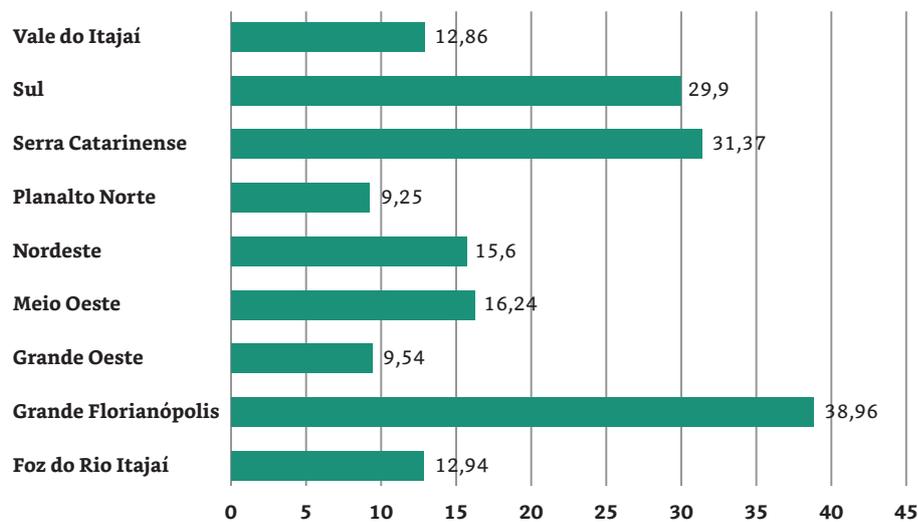
A cobertura de saneamento básico é de apenas 21,02%, uma das piores do Brasil. De acordo com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), até 2015

2 http://www.saude.sc.gov.br/cgi/tabcgi.exe?Ind_Mortalidade%25_Causas/Ind_Mortalidade%25_Causas_graf.def

3 http://www.saude.sc.gov.br/ripsa/idb_sc.htm

as metas para a realidade brasileira era de 84,88% de abastecimento de água e 69,71% de esgoto sanitário.

Taxa de saneamento básico por macrorregião em SC

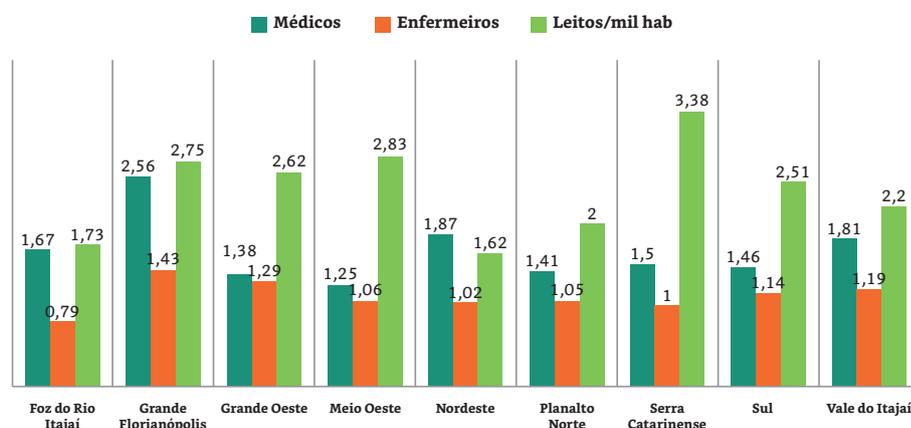


Fonte: SES/SC, 2014

As internações hospitalares por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, por 100 mil habitantes foi de: 149,9 através de transmissão feco-oral; 1,0 transmitidas por inseto vetor; 4,0 transmitidas através do contato com a água; 2,6 relacionadas com a higiene; 0,5 geo-helmintos e teníases. (GAVAZZONI, 2014).

O Brasil tem, em média 2,11 médicos para cada grupo de mil pessoas, enquanto que no Estado é de 1,74 médico por mil pessoas, ou seja, um total de 11.726 (35% generalistas e 65% especialistas), tendo 7.705 enfermeiros, que corresponde a 1,19 enfermeiro para cada mil pessoas e 15.860 leitos hospitalares, ou seja, 2,36 leitos por mil habitantes, distribuídos desproporcionalmente pelas macrorregiões:

Relação entre número de médicos, enfermeiros e leitos por mil pessoas para cada região do Estado de Santa Catarina



Fonte: SES/SC, 2014

Em relação ao quadro de pessoal da área de saúde, o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Saúde Pública Estadual e Privado de Florianópolis

e Região (SindSaúde, 2017) aponta que o setor já teve 16 mil servidores (as), e, hoje, tem somente 9.500 profissionais. De acordo com levantamento do sindicato, o déficit de pessoal chega a três mil servidores (as).

Edileusa Fortuna, enfermeira, foi presidente do SindSaúde, atualmente é diretora de relações intersindicais, que participou do seminário “Brasil e Santa Catarina Que o Povo Quer” (novembro, 2017), afirma que o modelo de saúde “hospitalocêntrico” é equivocado e cita os dados do Plano Plurianual (2016/19) para exemplificar que: 51,25% do orçamento estadual em saúde está destinado para assistência hospitalar e ambulatorial e apenas 2,97% para atenção à saúde básica, sendo que outros 33,34% ficam para a administração do sistema (PPA, 2016/2019).

A rede de saúde do Estado conta com a seguinte estrutura, somando as instituições públicas e particulares atendendo SUS: 184 policlínicas, 343 postos de saúde, 1.470 centros de saúde (GAVAZZONI, 2014). Quanto à estrutura física hospitalar de Santa Catarina deve ser observado que, num total de 220 hospitais em funcionamento no Estado, 129 têm menos de 50 leitos, 69 têm entre 51 e 150 leitos e apenas 22 hospitais têm mais de 150 leitos. Estes estão assim distribuídos: Oeste, dois (Chapecó e Concórdia); Lages, três; Vale do Itajaí, seis (Rio do Sul, um; Blumenau, dois; Itajaí, três); Norte, quatro (Joinville, três, e Jaraguá do Sul, um); Florianópolis, cinco; Sul, dois (Tubarão e Criciúma) (Diretoria de Vigilância Sanitária de SC, 2012).

Santa Catarina possui uma ampla rede de 14 hospitais estaduais de importância estratégica no atendimento de alta complexidade e representam mais de 60% dos leitos públicos no Estado. São eles: 1. Maternidade Catarina Kuss: referência em atendimento obstétrico e neonatal de alto risco para a região do Planalto Norte catarinense. 2. Hospital Regional Hans Dieter Schmidt: referência em cirurgia cardiovascular, bariátrica, de deformidades craniofaciais, infectologia, pneumologia, gastroenterologia e nefrologia. 3. Maternidade Darcy Vargas: referência estadual em atendimento especializado e humanizado da tríade mãe-filho-família. 4. Hospital Dr. Waldomiro Colautti: referência em baixa e média complexidade, atendendo demanda referenciada e espontânea. 5. Hospital Tereza Ramos: atendimento de baixa e média complexidade, tanto por demanda espontânea quanto referenciada. 6. Hospital Santa Tereza de Dermatologia Sanitária: unidade de retaguarda do Hospital Regional de São José. 7. Instituto de Psiquiatria: único hospital público que presta atendimento gratuito de psiquiatria. 8. Instituto de Cardiologia: realiza atendimento de média e alta complexidade tanto de demanda espontânea como referenciada. 9. Hospital Florianópolis: presta serviços pediátricos e adultos de clínica médica e clínica cirúrgica e atende demandas de baixa, média e alta complexidade. 10. Hospital Regional de São José Dr. Homero de Miranda Gomes: referência estadual em atendimentos de média e alta complexi-

dade em ortopedia e traumatologia, oftalmologia, neonatologia, UTI Geral e Neonatal, emergências em geral e pediátrica, cirurgia bariátrica, neurocirurgia. 11. Maternidade Carmela Dutra: referência estadual em saúde da mulher e gestação de alto risco. 12. Hospital Governador Celso Ramos: referência em atendimentos de média e alta complexidade nas áreas ambulatorial, internação, serviço auxiliar diagnóstico e terapia, e urgências. 13. Hospital Nereu Ramos: referência em infectologia e pneumologia, com serviços divididos em unidades de internato, atendimento ambulatorial e apoio diagnóstico e terapêutico. 14. Hospital Infantil Joana de Gusmão: referência estadual para as patologias de baixa, média e alta complexidade, dividido em unidades de internação para adolescentes, berçário, emergência interna, isolamento, oncologia, ortopedia, queimados, UTI Geral e UTI Neonatal (GAVAZZONI, 2014).

Diante dessa realidade, o Estado propõe uma reforma no modelo de gestão, de acordo com princípios de mercado e baseado em indicadores de eficiência na relação atendimento/recurso. Com isso, a tendência é priorizar os investimentos em hospitais gerenciados pelas Organizações Sociais (OS) em detrimento daqueles administrados diretamente pelo Estado.

Em 2016, Santa Catarina dispunha de 1.678 equipes de saúde da família com cobertura potencial de 75,10% da população, o que corresponde com o percentual de 74% de cadastrados em unidade de saúde da família, colocado em quarto lugar no ranking nacional (atrás de TO, PB e PI) (IBGE Cidades, 2013).

Quanto aos recursos federais destinados ao setor de saúde em Santa Catarina, as transferências do Fundo Nacional de Saúde aumentaram em 69,31 % entre 2015 e 2010:

Transferências do Fundo Nacional de Saúde para SC (2010/2015)

Componente	2010	2011	2012
Atenção Básica	331.205.836	372.010.609	502.687.922
Média e alta complexidade	963.866.386	1.028.405.972	1.101.276.684
Assistência farmacêutica	101.905.056	145.668.360	141.194.126
Gestão do SUS	19.737.146	15.309.952	12.705.009
Vigilância em saúde	36.155.767	40.459.234	46.115.905
Investimentos	13.144.872	26.288.333	41.673.190
Diversos	5.992.843	666.602	0
Total por ano	1.472.007.906	1.628.809.062	1.845.652.836

Componente	2013	2014	2015
Atenção Básica	506.243.353	546.746.592	599.035.977
Média e alta complexidade	1.233.363.719	1.424.303.097	1.563.787.823
Assistência farmacêutica	153.855.962	170.627.427	191.332.920
Gestão do SUS	26.311.051	27.014.840	13.312.328
Vigilância em saúde	56.896.256	51.740.292	50.025.618
Investimentos	67.504.434	80.584.462	74.768.500
Diversos	0	0	0
Total por ano	2.044.174.775	2.301.016.710	2.492.263.166

Fonte: GAIA, 2016

De acordo com o Gabinete-Adjunto de Informações em Apoio à Decisão (GAIA, 2016), dentre os programas federais de medicamentos, o Saúde Não Tem Preço, que distribui medicamentos gratuitos, já beneficiou 1.058.038 pessoas em Santa Catarina (2011/2015), sendo: 692.396 hipertensos; 122.635 diabéticos; 243.007 hipertensos e diabéticos; 251.655 asmáticos. Estes medicamentos foram distribuídos através de 2.088 farmácias populares: 2.078 conveniadas e 10 próprias. Além disso, 771.122 pessoas foram beneficiadas com medicamentos com desconto desde 2011 na rede conveniada.

O Programa Mais Médicos, até 2016, havia destinado 559 vagas distribuídas em 216 municípios catarinenses.

Santa Catarina possui ao todo 1.684 Unidades Básicas de Saúde (UBS) das quais, 218 foram construídas pelo governo federal somente no período de 2010 e 2015 e outras 31 Unidades de Pronto Atendimento (UPA), sendo 10 em funcionamento (R\$ 28.920.000 de custeio ao ano), 20 em construção (R\$ 41.900.000 de investimento) e uma em ampliação (R\$ 1.009.516 de investimento), tendo ainda o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), com 103 ambulâncias básicas e 24 UTI móveis, cobrindo 293 municípios em 2016.

Em relação à saúde da mulher, no combate ao câncer de colo de útero foram realizados 247.441 exames citopatológicos em mulheres de 25 a 64 anos (2015). No combate ao câncer de mama foram realizadas 91.440 mamografias em mulheres de 50 a 69 anos (2015), mais três serviços de radioterapia: um estruturado e dois aprovados para construção/ampliação.

Em relação ao acesso e à utilização dos serviços de saúde bucal, Santa Catarina está em primeiro lugar no ranking nacional, com 54,1% das pessoas tendo consultado com algum dentista (IBGE Cidades, 2013), considerando a abrangência

do Programa Brasil Sorridente, que em 2016 contava com 985 equipes de saúde bucal e 45 Centros de Especialidades Odontológicas.

Finalmente, o tema da “ambulancioterapia”, que tem sido alvo de promessas dos últimos três governadores (cinco mandatos), porém, na opinião de Edileusa Fortuna, a estratégia não caminha nessa direção. As condições foram estabelecidas por meio do Decreto 7.508/11, que cria o Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP), que deverá organizar e integrar as ações e serviços de saúde dos entes federativos em uma Região de Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência aos usuários. Foram criadas 14 regiões em Santa Catarina, a fim de formar redes de atenção, de forma gradual e progressiva, onde cada região deveria ter condições de oferecer integralidade. Atualmente isso está muito desorganizado, alguns municípios têm hospital, outros laboratórios e assim por diante, sendo que algumas especialidades só existem fora do Estado. Organizada essa rede integral em cada região, basta os protocolos de alternância para municípios pequenos serem atendidos (PDR, 2012).

Segurança pública em Santa Catarina

Considerando o crescimento populacional de Santa Catarina acima da média nacional nas últimas três décadas, conseqüentemente a explosão da urbanização e litoralização do Estado, cresceu proporcionalmente a violência.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública organiza as estatísticas de violência em três grupos: ocorrências letais (homicídio doloso, latrocínio, mortes violentas intencionais, mortes de policiais, e outras ocorrências); crimes patrimoniais (furto e roubo de veículos, roubo a instituição financeira e roubo de carga); e crimes contra a dignidade sexual (estupro e tentativas de estupro antes e depois da lei 12.015 de 2009).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera taxas de homicídio acima de 10 mortes por 100 mil habitantes em um ano como pandêmicas, essa taxa cresce de forma consistente em SC que deixou o último lugar do país em taxa de homicídio por mil habitantes, perdendo para São Paulo desde 2014. O número de homicídios no Estado saltou de 828 ocorrências, em 2013, para 1.038, em 2016.

Taxa ocorrências letais por mil habitantes no Brasil e em Santa Catarina (2013/2016)

	2013	2014	2015	2016
Brasil	28	29	29	30
Santa Catarina	12	14	14	15

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

No que se refere aos crimes contra o patrimônio, percebe-se uma prioridade das políticas de segurança. Uma vez que Santa Catarina têm taxas maiores que a média nacional na proporção de ocorrências para cada mil habitantes:

Taxa ocorrências de crimes contra o patrimônio por mil habitantes no Brasil e em Santa Catarina (2013/2016)

	2014	2015	2016
Brasil	119	133	131
Santa Catarina	188	205	206

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Porém, o que mais chama a atenção é em relação ao terceiro tipo de crime, contra a dignidade sexual. Nesse caso, Santa Catarina tem um dos maiores índices de violência do país:

Taxa crime contra a dignidade sexual por mil habitantes no Brasil e em Santa Catarina (2013/2016)

	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	18	21	22	25	25
Santa Catarina	49	33	37	44	45

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Com base nos dados do Portal da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina (Indicadores SSP/SC, 2018), buscou-se construir uma amostra da distribuição de quatro tipos de crime por macrorregião, tomando por base as ocorrências no ano de 2017 (janeiro a novembro).

Amostra do percentual de crimes por macrorregião de Santa Catarina (2017)

Tipos de crime	G. Fpolis	Norte	Oeste	Planalto	Sul	Vale Itajaí
Homicídio doloso	24,9%	22,6%	11,6%	5,4%	9,3%	26,2%
Homicídio doloso mulheres	21,7%	19,6%	18,5%	7,6%	10,9%	21,7%
Estupro consumado	17,5%	19,2%	17,8%	8,7%	12,6%	24,1%
Apreensão de drogas	56,3%	2,7%	4,2%	0,3%	5,6%	31,0%

Fonte: SSP/SC

No entanto, os números absolutos é que dão a dimensão da tragédia que é a violência contra a dignidade de gênero em Santa Catarina. Foram 92 feminicídios em 11 meses de 2017 e 2.801 estupros consumados, fora as tentativas de estupro que foram denunciadas, as lesões corporais dolosas que chegam aproximadamente a 10 vezes esse número e as ameaças por violência doméstica, que superam essa estatística.

O momento mais crítico da segurança pública catarinense foi no período entre 30 de janeiro e 3 de março de 2013, quando foram registrados incêndios a ônibus do transporte coletivo e veículos particulares e ataques a bases policiais, chegando a 114 ataques em 37 cidades catarinenses. A questão da segurança fugiu tanto ao controle do governo do Estado que foi pedido reforço ao governo federal, através do envio da Força Nacional (homens, tecnologia, equipamentos e serviço de inteligência) para conter os ataques. O relatório de inspeção da Força Nacional da Defensoria Pública em 12 unidades de oito cidades catarinense, entre 9 e 23 de abril de 2013, apontou situações caóticas do sistema prisional catarinense, a degradação das condições mínimas da pessoa humana com encarceramento em massa da população pobre e com ausência de perspectiva real de ressocialização.

Para finalizar, chama a atenção os índices de vítimas de roubo que não procuraram a polícia porque não acreditavam na instituição, que de acordo com o PNAD (2009), é de 33,3 % em Santa Catarina. Outras 33,9% das vítimas de agressão física na própria residência também não o fazem pelo mesmo motivo. (PNAD: Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil 2009).

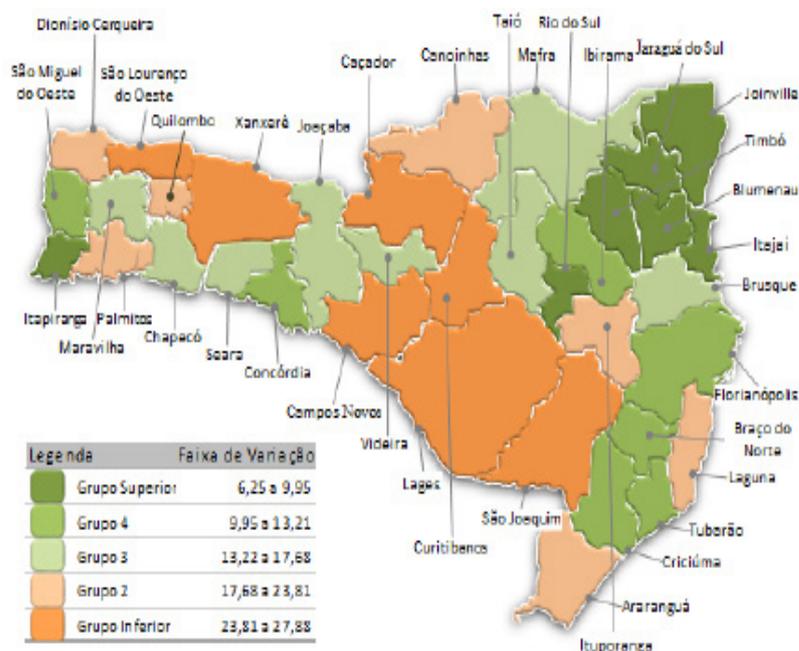
Assistência Social em Santa Catarina

Inicia-se o tema da assistência social pelo índice de pobreza e sua distribuição etária e geográfica.

A renda *per capita* média de Santa Catarina cresceu 118,75% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 449,78, em 1991, para R\$ 983,90, em 2010, e a proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 25,32%, em 1991, para 12,79%, em 2000, e para 3,65%, em 2010, além do o Índice de Gini em 0,39, sendo o menor do país.

Porém, aprofundando um pouco mais essa observação usando como referência o salário mínimo, o próprio Censo Demográfico de 2010 indica que Santa Catarina possuía a incidência de 0,9% da população com renda familiar *per capita* de até R\$ 70,00; 15,2% com renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo; e 3,9% da população com renda familiar *per capita* de até 1/4 salário mínimo. O mapa a seguir apresenta a distribuição das famílias com menos de 1/4 de salário mínimo por regiões.

Mapa das famílias com menos de 1/4 de salário mínimo em SC (2015)



Fonte: SEF/SC: Caderno de indicadores 2016

A evolução da desigualdade de renda entre 2000 e 2010 é mais evidente no percentual de pessoas ocupadas com rendimento de até um salário mínimo, que diminuiu de 33,81% para 12,63% nesse período, enquanto que o percentual com rendimento até dois salários mínimos praticamente se manteve (69,78% em 2000 e 61,34% em 2010). Portanto, houve um incremento na média salarial, mas permanecem desigualdades de gênero, geográficas e da cor da pele.

Considerando apenas a PEA, o salário médio entre os homens catarinenses era de R\$ 1.953 e entre as mulheres R\$ 1.228, ou seja, em média 37% inferior (IBGE, 2012). Usando dados do Censo de 2010, a renda média per capita no meio urbano era de R\$ 1.192 e no meio rural R\$ 722, ou seja, 60% menor (IBGE, 2010). O mesmo ocorre quando comparado à cor da pele:

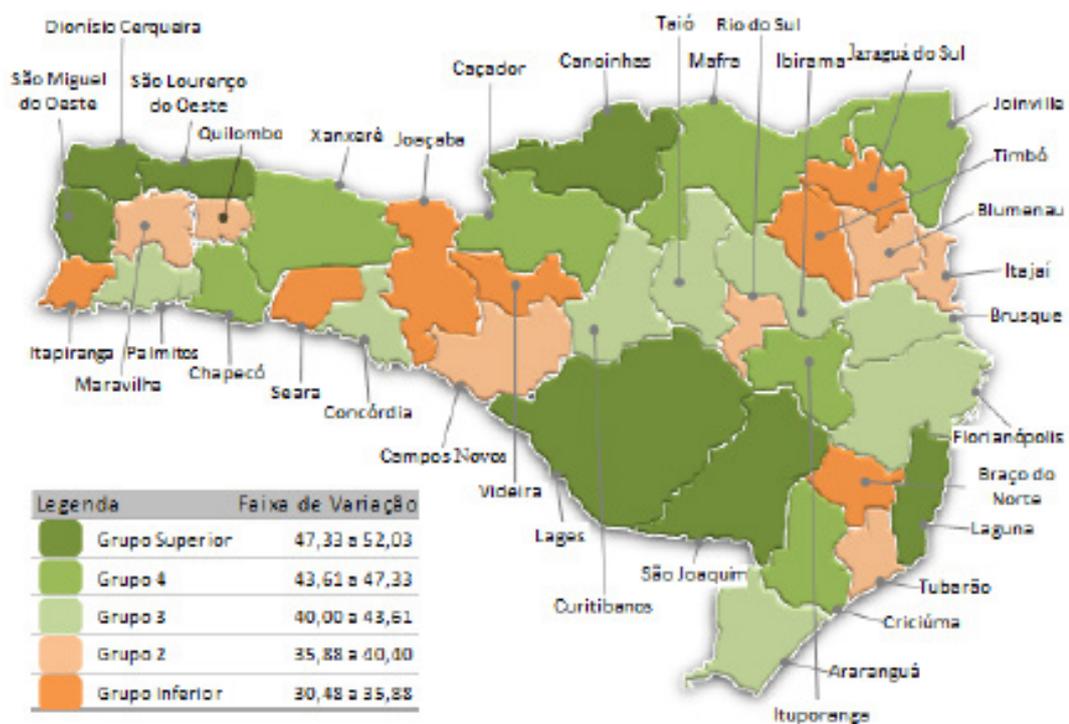
Valor médio de renda segundo cor da pele (autodeclarada) em SC (2010)

Cor da pele	Valor médio mensal em reais entre trabalhadores com mais de 10 anos de idade (R\$)	% diferença
Amarelos	1.583,22	-
Brancos	1.494,51	-5,6%
Pretos	1.022,10	- 35,4%
Pardos	998,94	- 36,9%
Indígenas	964,13	- 39,1%

Fonte: IBGE, 2010

Em 2010, o Estado possuía 373.137 famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) do Programa Bolsa Família, com renda de até 1/4 de salário mínimo, o que representa 79,4% do total de famílias nessa condição. No entanto, em 2010, apenas 30% desse número recebiam o benefício. O número de famílias cadastradas em 2014 chegou a 511.394, com valor médio mensal de R\$ 147,28 (Plano Estadual de Segurança Alimentar, 2014). Em 2016 eram 124.629 famílias atendidas (24% dos cadastrados), num valor total de R\$ 220.259.059 repassados pelo governo federal. As políticas federais garantiram que 131.898 pessoas saíssem da extrema pobreza desde 2011, no Estado: 10.409 com o reajuste do Programa Bolsa Família e ampliação de três para cinco filhos; 111.571 com o Programa Brasil Carinhoso; e 9.918 com as medidas de março de 2013 (GAIA, 2016). O mapa abaixo mostra a distribuição das famílias beneficiadas pelo PBF por região:

Distribuição das famílias beneficiadas pelo PBF por região do Estado (2015)



Fonte: SEF/SC: Caderno de indicadores 2016

Ainda sobre os critérios de vulnerabilidade social, considerados pelo PNUD na análise do IDH, que o percentual de mães chefes de família, sem ensino fundamental e com filho menor aumentou de 8,47% (1991) para 10% (2000) e 13,99% (2010), enquanto que o percentual de famílias que depende dos idosos diminuiu de 2,41%, para 1,55% e 0,76% respectivamente, da mesma forma que o percentual de crianças extremamente pobres: 12,87% (1991); 6,54% (2000); e 1,93% (2010) (PNUD, 2010).

A desigualdade entre negros e brancos é verificada nos três indicadores que compõe o IDH (escolaridade, longevidade e renda):

IDH ajustado à escolaridade, longevidade e renda no Estado de Santa Catarina

IDHM e componentes	N/2000	B/2000	N/2010	B/2010
IDHM Educação	0,370	0,544	0,593	0,725
Taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais	13,78	5,53	8,75	3,47
Fundamental incompleto e analfabeto	16,51	6,53	10,57	4,04
Fundamental incompleto e alfabetizado	59,63	55,43	48,43	40,03
Fundamental completo e médio incompleto	12,50	15,13	17,06	16,70
Médio completo e superior incompleto	8,91	16,36	19,04	25,43
IDHM Longevidade	0,755	0,823	0,846	0,864
Esperança de vida ao nascer	70,30	74,35	75,77	76,82
IDHM Renda	0,614	0,724	0,699	0,784
Renda <i>per capita</i>	365,52	726,14	618,03	1.052,54

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

De acordo com os dados da Fundação João Pinheiro (2007), o déficit habitacional em Santa Catarina representa, em números absolutos, 145.363 novas moradias, o que corresponde apenas 7,6% do total de domicílios do Estado, o menor percentual em todo país. Em termos quantitativos, o déficit urbano é significativamente maior que o rural, representando 86,2% da demanda total. A concentração do déficit habitacional por faixa de renda, assim como os demais Estados do país, se dá na faixa de mais baixa renda.

No entanto, Santa Catarina apresenta um percentual menor na faixa de até três salários mínimos, quando comparado com os demais Estados, e concentra uma proporção maior do déficit habitacional nas faixas de três a cinco e de cinco a 10 salários mínimos.

Os principais componentes do déficit habitacional urbano são a coabitação familiar e o gasto excessivo com aluguel, enquanto na área rural pouco mais da metade da composição do déficit é representada pela habitação precária.

A estimativa de domicílios em assentamentos precários em Santa Catarina é significativamente inferior à média nacional. Análise realizada pelo Centro de Estudos da Metrópole - CEM/Cebrap, em 2007, revelou que cerca de 1,5% dos domicílios do Estado encontram-se em aglomerados subnormais ou em setores precários.

De acordo com levantamento do Ministério das Cidades, realizado em setembro de 2009, dentre os 293 municípios de Santa Catarina, 27 não haviam criado seus fundos e conselhos de Habitação de Interesse Social (HIS), três aguardavam a aprovação dos projetos de lei e 16 esperavam ajustes na lei de criação dos conselhos gestores dos fundos.

O investimento federal (repasse e financiamentos por meio dos programas federais) em habitação de interesse social em Santa Catarina, entre os anos de 2003 e 2008, totalizaram R\$ 633.117.785,47 e beneficiaram 24.629 famílias – até dezembro de 2008. Depois disso, até o ano de 2016, o Programa Minha Casa Melhor beneficiou 18.469 famílias, com o valor de R\$ 92.104.059,00 (valor do crédito contratado) e 15.353 famílias utilizaram os cartões, movimentando R\$ 71.059.745,00 (valor do crédito utilizado). O Programa Minha Casa Minha Vida, contabilizando suas três etapas (até 2016), entregou 129.023 moradias em solo catarinense; outras 41.622 contratadas; totalizando 170.645 unidades - R\$ 3.656.329.697 em subsídios federais e R\$ 10.040.785.091 em financiamentos (GAIA, 2016).

Em relação à segurança alimentar, o PNAD (2013) indica que 11,1% das famílias catarinenses estão em situação de insegurança nesse quesito, ou seja, em números absolutos significa aproximadamente 253 mil famílias nessas condições.

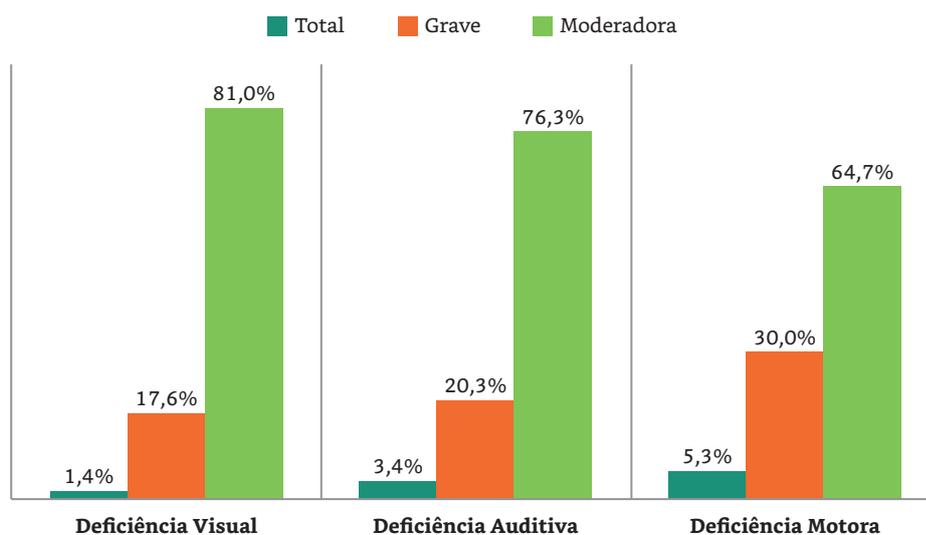
Percentual de domicílios por Classificação de Segurança Alimentar em SC (2013)

Classificação de Segurança Alimentar	% de famílias
Prevalência de domicílios em situação de segurança alimentar	88,9
Prevalência de domicílios em situação de insegurança alimentar leve	7,5
Prevalência de domicílios em situação de insegurança alimentar moderada	1,9
Prevalência de domicílios em situação de insegurança alimentar grave	1,7

Fonte: IBGE/PNAD (2013)

O Censo Demográfico 2010 constatou que 1.789.617 pessoas, em Santa Catarina, têm algum tipo de deficiência, o que correspondia a 28,6% da população na época. O estudo identifica três tipos de deficiência: visual, auditiva e motora; classificado em três níveis: total, grave ou moderada. Além disso, são 71.956 pessoas com deficiência mental ou intelectual.

Percentual de pessoas com deficiência de acordo com os níveis em Santa Catarina (2010)



Fonte: IBGE, 2010

Neste breve diagnóstico sobre a situação da pobreza e vulnerabilidade em Santa Catarina, pode-se perceber que por trás de estatísticas importantes que colocam o estado entre os menos desiguais e com melhor renda média do país, se escondem seres humanos que ainda vivem em situação de miserabilidade e dependem de políticas efetivas de assistência social, transferência de renda e emancipação cidadã.

São meio milhão de famílias cadastradas no CadÚnico, com salário mensal inferior a R\$ 147,28, dos quais praticamente a metade, 253 mil famílias, vivem numa condição de insegurança alimentar. Além disso, as estatísticas escondem por detrás das médias as desigualdades internas, dentre elas a diferença de status pela cor da pele, pelo sexo e pelo local de moradia, tanto entre os que vivem no meio rural e urbano, quanto em diferentes regiões do território catarinense.

Se por um lado, há uma tendência de crescimento da população idosa, tanto do ponto de vista relativo (relacionado à diminuição da natalidade e aumento percentual de idosos na divisão por faixa etária) quanto do ponto de vista absoluto (com o aumento da expectativa de vida cresce o número absoluto de idosos no estado), por outro lado, há uma total ausência de políticas públicas para esse setor da sociedade, conforme Decisão 160/2017 do TCE, há uma:

Ausência de diagnóstico da situação do idoso em Santa Catarina; deficiências no acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas de assistência ao idoso; deficiências no acompanhamento das denúncias de violência contra idosos; inexistência de fiscalização das entidades de assistência ao idoso; inexistência de critérios específicos para repasse de recursos aos municípios; baixo percentual de recursos destinados à assistência ao idoso em relação ao orçamento da assistência social; e alto percentual de recursos orçados e não executados (TCE, 2017).⁴

⁴ <http://www.tce.sc.gov.br/acom-intranet/noticia/30793/tcesc-avalia-pol%C3%ADtica-de-atendimento-ao-idoso-no-estado>

Da mesma forma, em relação à política voltada às crianças e adolescentes, além da ampliação do número de crianças na escola, para atender ao PNE, praticamente não existem outros investimentos, tanto que novamente o TCE (2016) afirma que apenas 8,44% do valor arrecadado pelo Fundo da Infância e Adolescência (FIA) em 2016 foi aplicado em políticas para esse segmento, que está invisível dentro do atual modelo de gestão de políticas públicas estaduais.

Políticas de Direitos Humanos em Santa Catarina

Por razões didáticas, consideram-se aqui políticas de direitos humanos aquelas voltadas para segmentos específicos da sociedade, especialmente os que estão em desvantagem na média de acesso à cidadania. Portanto, pelo conjunto de dados anteriormente apresentados, inicia-se pelas políticas voltadas para as mulheres, negros, indígenas, jovens e idosos, além de outras situações específicas de direitos humanos, como é o caso mais recente de imigrantes vindos de países pobres e expostos à precarização do trabalho.

Em relação às mulheres, percebe-se que a situação mais alarmante está na área da violência, desde a agressão psicológica e doméstica até o feminicídio, nos quais Santa Catarina apresenta índices alarmantes, muito acima da média nacional. Depois vem a diferença de renda média entre homens e mulheres nas mesmas condições, a preocupação com a gravidez na adolescência, que é alta em Santa Catarina, especialmente entre as mulheres que estão na condição de sustentar os filhos e, por fim, a preocupação com a saúde feminina. Os dados sobre cada um desses temas foram apresentados anteriormente, cabendo aqui um breve balanço sobre as políticas públicas existentes no Estado.

A Coordenadoria Estadual da Mulher foi criada pela Lei Complementar n.º 358, em 4 de maio de 2006, vinculada ao Gabinete da Chefia do Executivo do Gabinete do Governador. Porém, nessa última década praticamente não teve atuação, ou seja, inexistem programas específicos para as mulheres e poucas são as iniciativas transversais além daquelas previstas por leis federais, especialmente na área de saúde e violência, as quais o Estado as cumpre por obrigação.

Esse espaço tem sido ocupado pela Bancada Feminina da Assembleia Legislativa, criada por iniciativa das mulheres deputadas ainda na legislatura passada, no início de 2014, quando existiam quatro mulheres cumprindo mandato de deputadas estaduais: Dirce Heiderscheidt (PMDB), Luciane Carminatti (PT), Ana Paula Lima (PT) e Angela Albino (PCdoB) (ALESC, 2014).

A Bancada Feminina tem promovido debates e eventos com o objetivo de ressaltar a situação das mulheres, propor projetos de leis específicos e tirar da invisibilidade os temas de gênero em Santa Catarina, inclusive se mobilizando para impedir

o Projeto de Lei Complementar nº 25/15, de autoria do Poder Executivo, que visava deslocar as coordenadorias estaduais da Mulher, de Igualdade Racial, do Idoso e da Juventude à Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

De acordo com informações da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM)⁵, apenas sete municípios catarinenses possuem alguma estrutura executiva que atende políticas setoriais para as mulheres: Florianópolis, Bombinhas, Brusque, Concórdia, Dionísio Cerqueira, São Domingos e Xaxim.

Se há invisibilidade da situação das mulheres, que são a maioria da população catarinense, o que dizer das políticas de promoção da igualdade racial, se o Estado tem o menor percentual de população autodeclarada negra do Brasil? Este é um tema desconsiderado pelo poder público estadual, porém, como foi apresentado anteriormente, a exclusão ou iniquidade social se revela principalmente pela cor da pele, especialmente num território em que são considerados uma minoria praticamente invisível.

Há desigualdade étnico-racial nas relações de trabalho e salário, no acesso à educação, saúde, ao espaço urbano e, especialmente, no aspecto cultural e religioso. Um dos poucos municípios que construiu um órgão executivo, composto de conselho e um programa de promoção da igualdade racial, foi a cidade de Florianópolis, especialmente pela iniciativa e combatividade do ex-vereador do PT, professor e negro Marcio de Souza, que foi um dos principais protagonistas dessa iniciativa, que teve continuidade com seu sucessor, vereador petista, negro e professor Lino Peres. Uma das iniciativas que mais se destacou popularmente foi a instituição do feriado municipal no Dia da Consciência Negra, em 20 de outubro, seguido apenas pela cidade de Joinville.

Os escravos africanos e seus descendentes que resistiram à escravidão e lutaram contra a violência que lhes era imposta, mesmo sendo caçados, recapturados e castigados, conseguiam escapar da escravidão e fundar mocambos (esconderijos) e quilombos (povoações). Assim, regiões onde ainda residem os descendentes de escravos são denominadas comunidades quilombolas. No Estado, há comunidades nos municípios de Vitor Meireles, Porto Belo, Rio Negrinho, Campos Novos e Praia Grande.

Muitos escravos se refugiaram no Sertão do Valongo (Porto Belo) após a abolição da escravidão, em 1888, um local que é uma comunidade rural adventista e sua população é de aproximadamente 34 famílias, que até hoje permanece como um dos mais preservados resquícios dos quilombos nessa região.

A Invernada dos Negros, no município de Campos Novos, foi a primeira comunidade catarinense a receber, em 2004, a certificação de autorreconhecimento

⁵ http://www.spm.gov.br/assuntos/organismos-governamentais-df-estados-e-municipios/dados/estados/santa_catarina

como remanescente de quilombo. A comunidade reúne atualmente 127 famílias, totalizando mais de quatro mil pessoas.

Já a Comunidade Quilombola São Roque ou Pedra Branca, localizada no município de Praia Grande, foi reconhecida igualmente pela Fundação Cultural Palmares – uma fundação vinculada ao Ministério da Cultura. A ocupação da área, iniciada em 1824, mantém-se até a atualidade com 27 famílias cadastradas⁶.

A população indígena de Santa Catarina é significativa e, por haver políticas públicas federais já consolidadas, essas estruturas são garantidas também no Estado. São 18.213 indígenas que vivem nos seus territórios originais, muitos deles em condições precárias, na maioria se comunicam pela língua original e muitos deles sequer sabem falar o português. Possivelmente, a principal política pública de âmbito estadual voltada para a população indígena é no campo da educação, que prevê ensino especial para as comunidades, em grande medida viabilizado pelos núcleos de estudos proporcionados pela UFSC.

A Funai apresenta o mapa das terras indígenas no Estado, num total de 28 comunidades, conforme tabela:

Relação das terras indígenas no Estado de Santa Catarina

Terra indígena	Etnia	Município	Superfície	Fase do procedimento	Modalidade
Águas Claras	Guarani Mbya	Major Gercino	165,4162	Regularizada	Reserva Indígena
Aldeia Kondá	Kaingang	Chapecó	2.300,0000	Regularizada	Reserva Indígena
Amaral/ Tekoá Kuriy	Guarani Mbya	Biguaçu	501,3600	Regularizada	Reserva Indígena
Cachoeira dos Inácios	Guarani Mbya	Imaruí	80,0000	Regularizada	Reserva Indígena
Cambirela	Guarani Mbya	Palhoça	0,0000	Em estudo	Tradicionalmente ocupada
Canelinha	Guarani Mbya	Canelinha	207,7552	Regularizada	Reserva Indígena
Guarani de Araçá	Guaraní	Cunha Porã, Saudades	2.721,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Ibirama	Xoklêng, Guarani, Kaingang	Doutor Pedrinho, Vitor Meireles, José Boiteux, Itaiópolis	14.084,8860	Regularizada	Tradicionalmente ocupada

⁶ <http://sanderlei.com.br/PT/Ensino-Fundamental/Santa-Catarina-Historia-Geografia-25>

Ibirama-La Klãnô	Xoklêng, Guarani, Kaingang	Rio Negrinho, Doutor Pedrinho, Vitor Meireles, José Boiteux, Itaiópolis	37.108,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Massiambu	Guarani Mbya	Palhoça	0,0000	Em estudo	Tradicionalmente ocupada
Mbiguaçu	Guarani Nhandeva, Guarani Mbya	Biguaçu	0,0000	Em estudo	Tradicionalmente ocupada
Mbiguaçu	Guarani Nhandeva, Guarani Mbya	Biguaçu	59,1982	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Morro Alto	Guarani Mbya	São Francisco do Sul	893,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Morro da Palha	Guarani Mbya	Biguaçu	240,3312	Regularizada	Reserva Indígena
Morro dos Cavalos	Guarani	Palhoça	1.983,4901	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Palmas	Kaingang	Abelardo Luz, Palmas	3.800,8794	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Pindoty	Guarani Mbya	Araquari, Balneário Barra do Sul	3.294,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Pinhal	Kaingang	Seara	880,0761	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Pirai	Guarani Mbya	Araquari	3.017,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Rio dos Pardos	Xoklêng	Porto União	758,2614	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Tarumã	Guarani Mbya	Araquari, Balneário Barra do Sul	2.172,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Toldo Chimbangue	Kaingang	Chapecó	988,6625	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Toldo Chimbangue II	Kaingang	Chapecó	954,0708	Regularizada	Tradicionalmente ocupada

Toldo Imbu	Kaingang	Abelardo Luz	1.960,6934	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Toldo Pinhal	Kaingang	Seara, Paial	4.846,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Xapecó	Guaraní, Kaingang	Abelardo Luz, Entre Rios	15.623,9581	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Xapecó (Pinhalzinho-Canhadão)	Guaraní, Kaingang	Abelardo Luz	660,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Ygua Porã (Amâncio)	Guaraní	Biguaçu	0,0000	Em estudo	Tradicionalmente ocupada

Fonte: Funai

Dentre os fatos que mais chamou a atenção pela forma como são vistos e tratados por uma parcela significativa dos catarinenses, no primeiro dia do ano de 2018, o jovem indígena Marcondes Namblá, de 36 anos, foi brutalmente assassinado a pauladas na praia de Penha, no litoral do Estado. Formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Marcondes Namblá dava aulas em uma escola indígena do município de José Boiteux, no Vale do Itajaí, e era identificado como uma das lideranças de sua comunidade, com importante atuação pela preservação da língua Laklãnõ-Xokleng, de sua etnia.

Políticas públicas de cidadania

Consideram-se aqui como políticas públicas de cidadania a promoção de ações de Estado em relação aos temas de cultura, esporte, lazer e, incluindo aqui também, o aspecto da religiosidade e da liberdade de expressão.

No âmbito da cultura, diversas mudanças foram sendo implantadas através de portarias, instruções normativas e decretos, até chegar à promulgação da nova Lei de Incentivo à Cultura do Estado, a Lei 13.336, de 8 de março de 2005. Contudo, essa legislação não surtiu os resultados esperados, devido à total inobservância de cumprimento de procedimentos e da fiscalização, provocando assim uma grande instabilidade entre aqueles setores envolvidos com a cultura no Estado.

O tema da cultura nunca foi uma prioridade de investimentos do governo do Estado, além de haver uma dispersão de recursos por diferentes iniciativas e, possivelmente, as características do chamado “mosaico” catarinense justificam a falta de uma política cultural catarinense.

Andrada (2010) faz uma síntese das políticas culturais das últimas três décadas em Santa Catarina:

Período	1987 - 1990	1991 - 1994	1995 - 1999	1999 - 2002	2003 - 2006
Governo	Pedro Ivo / Casildo Maldaner	Yilson Kleinubing / Konder Reis	Paulo Afonso	Esperidião Amin	Luiz Henrique / Eduardo Moreira
Partido	PMDB	PFL	PMDB	PPB / PFL	PMDB / PSDB
Qto. ao posicionamento político	Democrático	Liberal	Democrático / Liberal	Tradicionalismo patrimonialista	Liberalismo
Qto. aos valores orientadores	Pluralista	Nacionalista	Pluralista	Nacionalista	Transnacionalista
Qto. ao foco	-----	Patrimonialista	Criacionista	Patrimonialista	Criacionista
Qto. ao papel no campo da cultura	Regulador	Agenciados	Regulador	Produtor	Agenciador
Orientação predominante	Democrático - Pluralista	Neoliberal	Democrático - Pluralista	Patrimonialista	Neoliberal

Fonte: ANDRADA (2010), p. 57-58

A gestão da Política Cultural Catarinense é feita pela SOL – Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte. O objetivo principal é promover o desenvolvimento e a integração das atividades turísticas, culturais e esportivas, visando à melhoria da qualidade de vida da população catarinense. O financiamento para a cultura é realizado através do Fundo Estadual de Incentivo à Cultura (Funcultural), que é constituído por transferências dos contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), em especial as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) e outras estatais. A sua administração orçamentária, financeira e contábil é feita pelo Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (Seitec), órgão vinculado à SOL.

As deliberações da política cultural catarinense são feitas pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC), criado pela Lei Estadual nº. 2.975, de 18 de dezembro de 1961. Este é um conselho consultivo, deliberativo e não paritário, é um órgão colegiado, de representação governo/sociedade civil, constituído por 21 membros efetivos, nomeados por ato do chefe executivo. A composição é a seguinte: o presidente é escolhido pelo governador do Estado; o dirigente máximo da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), que exerce a Secretaria Geral, e outros 10 membros representativos das diversas regiões do Estado, também são escolhidos pelo governador, dentre personalidades da área cultural, e 10 membros representativos da sociedade civil organizada de setores culturais específicos. Todas as deliberações do CEC são apreciadas pelo Comitê Gestor, que é composto por três membros, sendo dois do governo, o secretário de Turismo, Cultura e Esporte, o presidente da FCC e um da sociedade civil, indicado pelo CEC.

A Fundação Catarinense de Cultura é o órgão de administração indireta, vinculado à SOL, que deveria executar a política de apoio à cultura, formular, coordenar e executar programas de incentivo às manifestações artístico-culturais; estimular a pesquisa da arte e da cultura, apoiar instituições culturais públicas e privadas, incentivar a produção e a divulgação de eventos culturais e integrar a comunidade às atividades culturais. São 12 espaços culturais administrados pela FCC, dos quais nove estão localizados em Florianópolis, sendo estes: Teatro Álvaro de Carvalho, Centro Integrado de Cultura (CIC), Teatro Ademar Rosa, Museu de Arte de Santa Catarina (Masc); Museu de Imagem e Som (MIS), Oficina de Arte e o Espaço Cultural Lindolf Bell, Casa da Alfândega, Biblioteca Pública de Santa Catarina e Escolinha de Artes. Os outros espaços fora da capital são: Museu Etnográfico Casa dos Açores, em Biguaçu, Museu Casa de Campo Governador Hercílio Luz, em Rancho Queimado, e o Museu Nacional do Mar, em São Francisco do Sul.

Historicamente, percebe-se que faltam critérios transparentes para a distribuição dos recursos sob a gestão do Funcultural, ou seja, os próprios proponentes e/ou produtores culturais têm pouca informação quanto aos encaminhamentos de projetos, não têm acesso ao trâmite do processo e não recebem nenhum parecer quando não há aprovação do projeto. Além disso, falta pessoal especializado, principalmente nas SDRs. Muitos proponentes acabam por ficar inadimplentes com o Estado pela demora na análise das prestações de contas, pois o órgão responsável não consegue realizar o serviço em tempo hábil ou, em outros casos, bons projetos, aprovados, não são realizados devido à falta de pagamento. Essa morosidade justifica-se pela falta de previsão e planejamento orçamentário, a instabilidade jurídica e legal da lei nº. 13.336, de agosto de 2005 (Lei de Incentivo à Cultura, Turismo e Esporte), e falta de cumprimentos de procedimentos e fiscalização. A Lei de Incentivo em Santa Catarina obrigava o proponente a captar os recursos e estes eram depositados na conta do Funcultural e, posteriormente, transferidos para conta do projeto. Criou-se um modelo de incentivo estadual no qual o poder decisório ficou centralizado na SOL. Esta controla o Comitê Gestor que defere o aval final na distribuição dos recursos, ficando assim fragilizada a atuação do CEC e da FCC, tema analisado através de Trabalho de Conclusão de Serviço Social da UFSC intitulado “As Políticas Culturais em Santa Catarina: a contrapartida social do Funcultural” (ANDRADA, 2010).

Quadro semelhante é apontado nos temas de esporte e lazer. Do ponto de vista histórico, o esporte em Santa Catarina tem construído uma relação com as políticas públicas resumida ao calendário de eventos esportivos. São necessárias políticas públicas que envolvam todo tecido esportivo catarinense, marcado pela presença de 293 municípios, mais de 45 federações esportivas e inúmeros clubes e associações esportivas. Era preciso estruturar um Plano Estadual de Esporte, com a participação de todos estes segmentos. Ao mesmo tempo, seria necessário

este plano ter um começo, meio e fim, assim como um processo contínuo de avaliação. O que aconteceu ao longo desse período foi a incapacidade do Estado, através das políticas públicas, de democratizar as ações. Não se construiu um Plano Estadual de Esporte democrático, com a participação da sociedade catarinense e nem ao menos um plano que possuísse uma avaliação inicial, uma aplicação e uma avaliação do processo desenvolvido.

As administrações seguintes pouco alteraram a dinâmica das políticas públicas de esporte. Alguns fóruns estaduais reproduziram a mesma incapacidade de dotar o Estado de um plano estadual na área. Encontros mal estruturados, sem acúmulos teóricos capazes de desvendar o universo esportivo catarinense e propor transformações significativas, tornaram-se encontros sem resultado. A estrutura montada na década de 1990 continuava intocada. O governo do Estado criou o Plano Estadual de Esporte e Lazer (PDIL), que não é conhecido tampouco serve como Plano Estadual de Esporte, mas é utilizado unicamente como um manual, que possui algumas orientações de como agir nos municípios. Ao mesmo tempo, o governo do Estado não possui qualquer compromisso com a sua aplicação ou com a avaliação e reedição.

A inexistência de um Plano Estadual de Esporte e Lazer não impediu a existência da atividade esportiva em Santa Catarina. A Fesporte constituiu-se ao longo dos anos como uma entidade executora do seu calendário de evento, contendo hoje mais de 230 eventos. Por sua vez, o Conselho Estadual de Desporto (CED), nascido na década de 1990, nunca conseguiu a estrutura física e administrativa reclamada, carece de estrutura e, ao mesmo tempo, de status político. Portanto, não cumpre um dos seus principais papéis, que seria o de pensar políticas públicas para o desenvolvimento esportivo de Santa Catarina de maneira democrática e participativa. Enquanto a Fesporte se especializa na execução de eventos, o CED não tem uma visão acerca das políticas públicas a serem adotadas. Restou ao Fundesporte a viabilização de recursos capazes de implantar no seio da sociedade catarinense uma dinâmica que impulsiona a atividade esportiva.

O Estado aprovou e implementou em 2006 o Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo, Esporte e Cultura (Seitec), mecanismo que criou uma fonte de financiamento para os projetos alinhados nas respectivas áreas, que estejam direcionadas aos princípios da política pública do Estado. Os projetos são avaliados pelos conselhos específicos de cada área e pelo Comitê Gestor dos Fundos. Se aprovados, recebem uma carta emitida pelo governo, que lhes permite captar recursos junto às empresas catarinenses. Na prática, o que se viu foi a não criação de normas e critérios para a destinação dos recursos do Fundesporte. Sem critérios definidos, transparência administrativa e um princípio de justiça social como base deste processo, a destinação dos benefícios do Fundesporte ficaram litoralizados, presos a poucas cidades e federações. Da mesma forma, algumas agências

de marketing e promoções de eventos foram intensamente beneficiadas. Por sua vez, o critério para a concessão dos benefícios passou a ser a indicação política e o favorecimento pessoal.

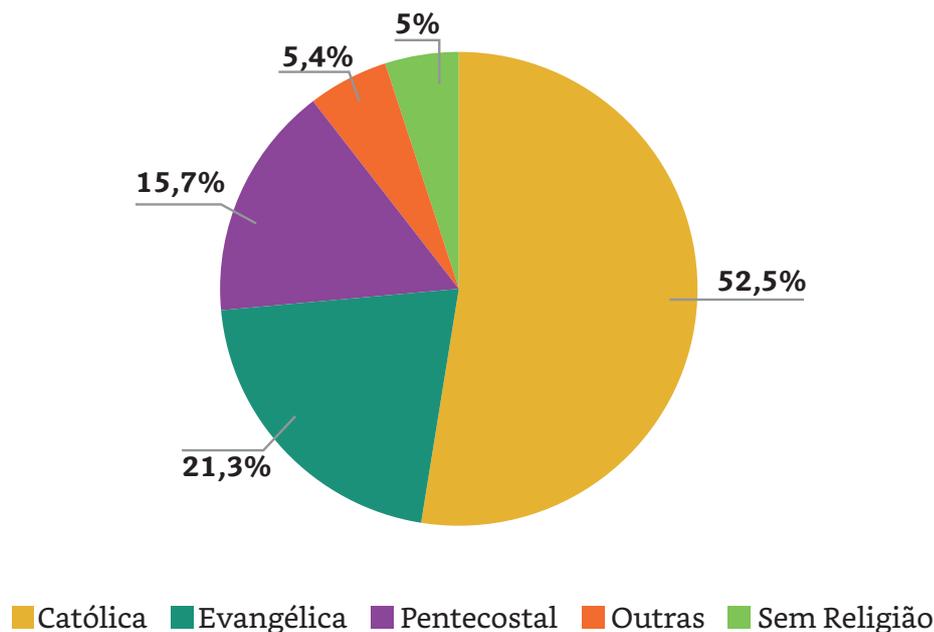
Em 2007 foi aprovado no Congresso Nacional a Lei de Incentivo ao Esporte, que conta com os recursos do imposto de renda nos moldes da Lei Rouanet. Isso permite aos governos estaduais e municipais criarem suas leis de incentivo ao esporte ou outros mecanismos de fomento. Com essa base, o Seitec é formado pela Fesporte, Conselho Estadual de Desporto, Fundesporte, Tribunal de Justiça Desportiva, entidades de administração esportiva municipal e setores não estatais, tais como as federações esportivas, ligas, clubes e associações.

O Estado não conseguiu unificar uma diretriz que apontasse para o desenvolvimento esportivo de Santa Catarina, como fez na saúde ou na educação, assim como não criou mecanismos de controle social, capazes de dotá-lo de uma transparência administrativa necessária e de um processo de educação política, o qual impulse a participação no processo de elaboração destas políticas.

Tratar do tema da religiosidade em Santa Catarina é mais amplo que apresentar um mapa das igrejas existentes, pois esse tema tem influência num dos acontecimentos históricos mais marcantes do Estado, a Guerra do Contestado – considerada uma revolta liderada pelo “fanatismo” religioso dos monges João Maria e Zé Maria (1912/16). O tema religioso é um dos aspectos econômicos importantes no desenvolvimento do turismo catarinense, não apenas no Complexo Madre Paulina (Nova Trento), mas nas diversas romarias espalhadas pelas regiões: Beata Albertina Berkenbrock (Imaruí), Frei Bruno (Joaçaba), Caminhos da Fé, ao Santuário de Nossa Senhora do Caravaggio (Vale de Azambuja, em Brusque); Procissão Nosso Senhor dos Passos (considerada a mais antiga manifestação de religiosidade popular de Santa Catarina e parte do Patrimônio Cultural Imaterial Nacional em Florianópolis), Santuário de Angelina (na Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, na cidade de Angelina), Santuário de Nossa Senhora do Caravaggio (Nova Veneza); e, recentemente, a Romaria de Nossa Senhora Aparecida (Campos Novos) (SANTUR, 2017).

O mapa religioso, de acordo com o Censo (2010), em Santa Catarina fica assim distribuído:

Percentuais das auto declarações religiosas da população catarinense (2010)



Fonte: IBGE, 2010

Dentre as outras religiões, destaca-se o espiritismo, com quase 100 mil pessoas autodeclaradas, e as religiões de origem afrodescendentes, umbanda e candomblé, com mais de 10 mil pessoas autodeclaradas. Esta última se destaca não simplesmente pela quantidade, mas pela importância da luta em defesa da liberdade religiosa e da liberdade de expressão, muitas vezes massacrada pelas religiões predominantes e que fazem parte de uma estratégia de dominação cultural.

Ainda que a religião predominante seja a católica, observando atentamente algumas das características culturais e suas relações com o desenvolvimento catarinense, pode-se especular aqui, de forma hipotética, que se há uma filosofia religiosa permanente na elite política e econômica do Estado, que se busca impor como modo de vida, poderia se ter um bom exemplo histórico da obra clássica de Weber, *A Ética Protestante e o Espírito Capitalista*. Se há uma filosofia de vida exaltada pela elite de Santa Catarina definida teoricamente, essa seria uma boa hipótese que merece aprofundamento e já conta com alguma literatura, no caso, o trabalho de conclusão de curso em Economia da UFSC de Joseani Polastre Bonfim Rezende (2008), cujo título é *“A Ética Protestante e o Espírito Capitalista: Ética do Trabalho ou Ética da Educação? Estudo de Caso dos Protestantes de Santa Catarina”*.

Referências

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ALESC. *Bancada Feminina*. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/>. Acesso em: jan. de 2018.

ANDRADA, Karina Pereira. *As Políticas Culturais em Santa Catarina: a contrapartida social do Funcultural*. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Socioeconômico. Economia. Florianópolis: UFSC, 2010.

BLOG DO SANDERLEI. Disponível em: <<http://sanderlei.com.br/PT/Ensino-Fundamental/Santa-Catarina-Historia-Geografia-25>>. Acesso em: jan. 2018.

DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA/SC. *Hospitais do Estado de Santa Catarina por SDRs*. 2012. Disponível em: <<http://www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br/index.php/download/category/227-capacitacao-do-roteiro-de-padres-de-conformidade-em-unidade-hospitalar-e-legislacoes?download=1161:mapa-dos-hospitais-de-santa-catarina>>. Acesso em: jan. 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Estatísticas*. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/estatisticas/introducao/>>. Acesso em: jan. 2018.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI. *Índios no Brasil*. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: jan. 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/>>. Acesso em: 2010.

GABINETE-ADJUNTO DE INFORMAÇÕES EM APOIO À DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - GAIA. Estado de Santa Catarina. Mimeo, 2016.

GAVAZZONI, Antonio Marco. *Sustentabilidade e governança na reforma no Estado de Santa Catarina: um novo olhar para a gestão da saúde*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: jan. de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Cidades 2017*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso: jan. 2018.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - PNAD 2009. *Características da Vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil*. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=sc&tema=pnad_vitimizacao_justica_2009>. Acesso em: jan. 2018.

PLANO PLURIANUAL 2016-2019. Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/relatorios/77/PPA_Perfil_dos_Orgaos.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

REZENDE, Joseani Polastre Bonfim. *A Ética Protestante e o Espírito Capitalista: Ética do Trabalho ou Ética da Educação?* Estudo de Caso dos Protestantes de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação na Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Socioeconômico. Economia. Florianópolis: UFSC, 2008

SANTUR. Secretaria de Turismo do Estado de Santa Catarina. *Turismo Religioso*. Disponível em: <<http://turismo.sc.gov.br/o-que-fazer/turismo-religioso/>>. Acesso em: jan. 2018.

SEBRAE. *Santa Catarina em Números*. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 150p.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA - SED/SC. *Informações Educacionais*. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/servicos/indicadores-educacionais/28427-indicadores-educacionais>>. Acesso em: jan. 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA/SC - SEF/SC. *Cadernos de indicadores 2016*. Disponível em: <http://www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/relatorios/11/Caderno_de_indicadores_2016___Revisao_final_junho_0.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA - SES/SC. *Rede Interagencial de Informações para a Saúde*. Disponível em: <<http://www.sc.ripsa.org.br/php/index.php>>. Acesso em: jan. 2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTO DE SAÚDE PÚBLICA ESTADUAL E PRIVADO DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO - SINDSAÚDE. Disponível em: <<http://www.sindsaude.com.br/.acessado>> Acesso em: jan. 2018.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SPM/PR. *Dados de Santa Catarina*. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/organismos-governamentais-df-estados-e-municipios/dados/estados/santa_catarina>. Acesso em jan. 2018.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SANTA CATARINA - SSP/SC. *Indicadores*. Disponível em: <<http://portal.ssp.sc.gov.br/sspestatisticas.html>>. Acesso em: jan. 2018.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE. *Relatório Técnico Sobre as Contas Prestadas pelo Governo do Estado Relativas ao Exercício de 2016*. Disponível em: <www.tce.sc.gov.br/sites/.../Relatorio_Tecnico_Contas_Gov_2011_Consolidado_FINAL>. Acesso em: jan. 2018.

PARTIE 5

GESTÃO
PÚBLICA

As Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) em Santa Catarina¹

Ainda que o governo recentemente eleito em 2018 tenha extinto as SDR's e ainda que seja precipitado comentar qualquer análise posterior a esse ato, parece importante recuperar o legado desta política de regionalização.

No seio da regionalização do desenvolvimento dos anos 1960, em Santa Catarina, a criação a Associação de Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (Ammoc) foi a primeira manifestação de descentralização. A partir dessa experiência, seria criada a Secretaria de Negócios do Oeste. Com a consolidação dessas duas experiências, também seriam fundadas outras associações de municípios, que hoje totalizam 21. Nos anos 1970, no bojo do Plano Catarinense de Desenvolvimento (PDC), seriam criadas 13 microrregiões. Em meados da década de 1990 houve um aprofundamento do processo de descentralização.

Cristalizada através da criação de fóruns regionais, comitês de bacias e regiões metropolitanas, a descentralização torna-se uma panaceia para todos os problemas do desenvolvimento.

Neste período também foram criados novos municípios, que não deixam de ser um processo de descentralização. Considerando que “Temos tempos novos e um Governo velho. (...) Centralizador e, por isso, personalista. Distante e, por isso, ausente do conjunto das regiões mais afastadas” (SILVEIRA; MOREIRA, 2002, p.1), em 2003 a execução das atividades da administração estadual foi descentralizada através da criação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs).

A Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, que redefine a divisão geográfica do território catarinense, regulamentada pela e Lei Complementar 534/11, criou 36 SDRs, localizadas em cidades-polos.

O Estado de Santa Catarina possui 295 municípios distribuídos nessas 36 SDRs

1 Este texto toma por base o artigo de Juliano Giassi Goularti, mestre em Desenvolvimento Regional pela Furb e doutora em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp. Membro da Associação de Pesquisadores em Economia Catarinense (APEC).

O título original foi: o título Análise da Capacidade de Gestão Pública As Secretarias de Desenvolvimento Regional em S. Catarina após um decênio: o que mudou?

Posteriormente foi apresentado como paper VIII Encontro de Economia Catarinense Tema: Desenvolvimento Rural Data: 08 e 09 de maio de 2014. Local: Unidavi – Rio do Sul – SC e publicado nos seus anais com o título “Um decênio das Secretarias de Desenvolvimento Regional em Santa Catarina”.

Inclui-se aqui algumas pequenas adaptações e um subitem final com atualizações do tema

Mapa das 36 SDRs em Santa Catarina



Fonte: SES/SC

Regionalmente subdivididas em 36 estruturas físicas, as SDRs desconsideraram as experiências anteriores. Sobrepondo-se aos ordenamentos antecedentes, criou-se um “mosaico de espaços” que tem prejudicado na busca do enfrentamento dos problemas regionais comuns. Nesse processo, como base das SDRs foram criados os Conselhos de Desenvolvimento Regional (CDR), como instrumento de democratização das decisões. Acontece que os CDRs têm sido objeto de críticas dos prefeitos em função da sua inoperância. Assim, a descentralização via SDRs, enquanto processo multifacetado, problematizou o desenvolvimento regional.

Diferentes ordenamentos

Pensadas sob a lógica da descentralização, as SDRs desconsideraram as experiências realizadas no passado, em particular as da segunda metade da década de 1990. Sobrepondo-se ao ordenamento construído nos anos anteriores, a criação de 29 SDRs contrariou o desenho geográfico das 21 associações de municípios, seis mesorregiões, 20 microrregiões geográficas definidas pelo IBGE, 16 comitês de bacias hidrográficas, 16 fóruns de desenvolvimento regional e seis regiões metropolitanas.

Na década de 1990 seriam ainda criados os Planos Territoriais. Entre eles incluem-se a Política de Desenvolvimento Regional e Urbano para Santa Catarina (PDRU), o Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico (PBDEE), Atlas de Santa Catarina, Santa Catarina, estado onde investir; Plano Básico de Desenvolvimento Regional (PBDR), Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), O Programa Integrado de Desenvolvimento Socioeconômico (PIDSE) e Plano de Gerenciamento Costeiro. Segundo Theis, Moser, Vargas (2012, p.133), “esses planos buscaram o diálogo e a organização dos agentes à escala regional e local”. Em ou-

tros termos, não seria por falta de descentralização que Santa Catarina não superaria o caráter desigual do processo de desenvolvimento capitalista.

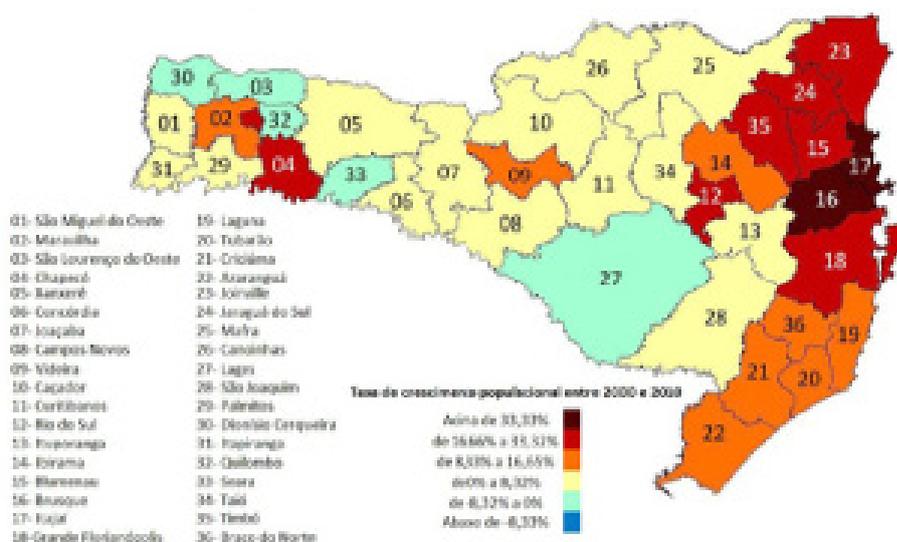
Litoralização

Dentro da reestruturação da administração pública, com as SDRs pretendia-se “(...) combater a litoralização, que vem esvaziando, dramaticamente, o campo, e inchando, deformando as cidades, a começar por nossa bela Capital” (SILVEIRA; MOREIRA, 2002, p.1), como resultado de intensos fluxos migratórios internos que tiveram como origem as regiões situadas a Oeste do Estado. Segundo o Censo, de 2000 a 2010, das 10 cidades que mais cresceram, sete ficam no litoral. Não diferente do Censo Demográfico de 2000, que das 10 cidades catarinenses em que a população mais cresceu (entre 1991 a 2000), oito estão no litoral. O Censo 2010 mostra ainda que os municípios que mais perderam população situam-se na região do Grande Oeste (IBGE, 1991; 2010).

No Censo 2010, entre os 25 maiores municípios de Santa Catarina, apenas Lages teve perda populacional, com uma variação de -0,6%. Entre os 25 menores, todos perderam população, com exceção de Palmeira, Lacerdópolis, Santa Rosa de Lima e Cunhataí. Entre os que mais cresceram na última década, todos se situam próximos à faixa litorânea, e os que mais sofreram perdas populacionais se situam, em sua maioria, nas regiões Oeste e Meio-Oeste. Os dados do IBGE também mostram que a concentração nos grandes centros urbanos cresceu. Os 25 maiores municípios passaram a concentrar 56,0% da população do Estado em 2010, ante uma concentração de 54,3% em 2000. O resultado desse processo está se refletindo na crise urbana – embora a urbanização seja inevitável –, que pode ser amenizada se houver um planejamento regionalizado.

Na análise centrada nas SDRs, a variação do número de habitantes localizados na faixa litorânea foi positiva, sendo que nas SDRs de Itajaí (41,9%) e Brusque (38,2%) houve crescimento superior à média catarinense (16,7%). Os municípios compreendidos pelas SDRs de Quilombo (-7,3%), Lages (-2,1%), São Lourenço do Oeste (-0,9%), Seara (-0,8%) e Dionísio Cerqueira (-0,6%) tiveram perdas em sua população residente. Em 23 regiões de SDRs o município-sede cresceu mais que a média dos restantes, e em 13 SDRs o município-sede cresceu menos. (GRUPO DE PESQUISA CALLIPOLIS – POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO, 2011).

Mapa 1: Taxa de Crescimento Populacional por SDRs entre 2000 e 2010



Fonte: IBGE

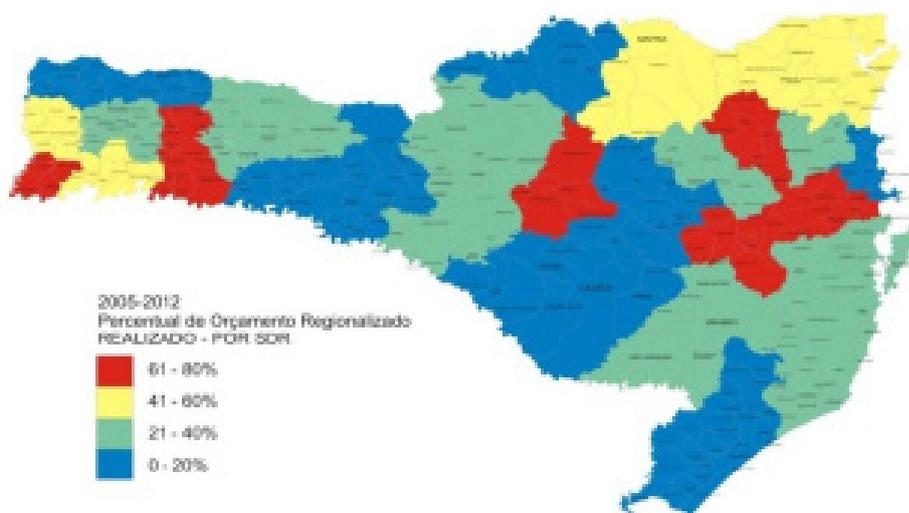
A concentração populacional na faixa litorânea não se limita a Santa Catarina, é uma questão nacional que acompanha a dinâmica econômica da divisão inter-regional do trabalho. A questão entre a relação desigual litoral e não litoral, cidade e campo, está longe de ser resolvida. A “problemática urbana” concernente ao “fenômeno urbano”, como definiu Lefebvre (2008), impõe-se a escala mundial. Esta tendência não se constituiu uma novidade histórica. Os países capitalistas de primeira geração (Inglaterra) e os de segunda (Europeus, Estados Unidos e Japão) apresentaram todos a mesma tendência, ou seja, uma maciça transferência da população do campo para as cidades.

Por fim, quanto ao objeto de análise, através da leitura dos mapas, o censo reforça que, com a criação das SDRs, as questões da urbanização não foram plenamente vencidas como se pretendia.

Orçamento Regionalizado

Como ponto central da nova política estadual de desenvolvimento regional, subtenderia que as SDRs tomariam por assalto as desigualdades regionais em suas múltiplas escalas. Elas levariam em consideração as demandas regionais definidas democraticamente nas audiências públicas do Orçamento Estadual Regionalizado, uma vez que a descentralização e a democracia caminham em vias paralelas. Nas entrelinhas do Plano 15 (nome popularizado por Luiz Henrique da Silveira na campanha de governador em 2002), o modelo de descentralização das SDRs previa a criação de fóruns permanentes de debate sobre a aplicação do orçamento regionalizado. Mas, o que presenciamos é uma total desconsideração. Para exemplificar, das quase 1.000 prioridades definidas em audiências nesse último decênio, aproximadamente 70% não foram atendidas (GOULARTI, 2013).

Percentual do Orçamento Regionalizado (realizado) por SDR's entre 2005 e 2012



Tendo por base a regionalização do orçamento, pretendia-se, com as SDRs, distribuir os recursos públicos com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ou seja, subentende-se que as regiões que apresentassem menor IDH teriam prioridade na alocação de recursos. Embora as SDRs tenham sinônimo de descentralização, tabulando os dados orçamentários (custeio + investimento), no último decênio nota-se que o orçamento estadual permaneceu concentrado nas regiões economicamente mais dinâmicas, ao passo que cinco Regionais (Florianópolis, Blumenau, Criciúma, Joinville e Chapecó) concentram 28,7% dos recursos. Em outro comparativo – tomando como base o orçamento de 2012 – é que o orçamento destas cinco Regionais equivalem ao orçamento de 17 SDRs. A constatação das disparidades na distribuição do orçamento é um convite para pensar o “desenvolvimento geográfico desigual” (HARVEY, 2006).

Perfil do gasto público

Quanto ao perfil do gasto público, dos R\$ 4,2 bilhões destinados para as SDRs entre 2004 e 2012, 50,5% equivalem às despesas de capital (investimento) e 49,4% despesas correntes (custeio). Abrindo os dados das 36 SDRs no período 2007 a 2012, em 20 delas a despesa com custeio somou R\$ 232,5 milhões a mais do que o valor aplicado em investimentos. Destaque para a regional da Grande Florianópolis, que está tão próxima da administração central, e gastou em custeio R\$ 43 milhões a mais do que investiu. Com base nestas informações, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (2011, p.9) “questionou a necessidade da manutenção de todas as 36 unidades hoje existentes em Santa Catarina, levando em conta aspectos como a ausência de efetiva descentralização na execução das políticas públicas e o elevado custo para manter suas estruturas”. Com uma estrutura considerada “pesada” e a constatação de que muitas das ações públicas continuam a ser

feitas de forma centralizada, as SDRs passaram a ser “alvo” de críticas do Tribunal de Contas (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2012).

Ao encaminhar a lei orçamentária de 2004 para a Assembleia Legislativa, o Poder Executivo estabeleceu um orçamento de R\$ 130,3 milhões para atender as 29 SDRs. Passados os anos, os orçamentos foram se avolumando ao passo que, em 2012, somaram R\$ 825,7 milhões. O mesmo vale para os gastos com pessoal, que de R\$ 19,6 milhões passaram para R\$ 130,9 milhões. Em quadro comparativo, enquanto que no período o orçamento das SDRs sextuplicaram, a arrecadação estadual não chegou a triplicar. Exemplificando, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (2009) destaca que Florianópolis e São José concentram 57,8% dos médicos do Estado. Numa outra análise, na média as SDRs litorâneas concentram 37,8% do orçamento realizado, enquanto que as SDR do Extremo-Oeste centralizam 7,7%.

Produto Interno Bruto (PIB)

Na busca de um “novo modelo de desenvolvimento”, nas entrelinhas da proposta de descentralização via SDRs, pretendia-se “(...) promover políticas diferenciadas para equilibrar o desenvolvimento socioeconômico, atendendo principalmente às regiões com menor índice de desenvolvimento humano” (SANTA CATARINA, 2003). Utilizando os indicadores do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, confrontando o grau de concentração econômica dos 10 primeiros municípios de 2003 em relação a 2010, minimamente poderemos averiguar se o desenvolvimento econômico, até então desigual, foi reequilibrado.

No comparativo de 2003 a 2010, das 36 SDRs, apenas cinco (Brusque, Itajaí, Grande Florianópolis, Laguna e Joinville) aumentaram sua participação no PIB, o que demonstra um empobrecimento das demais 31. Em 2003, quando a descentralização foi implantada, 10 municípios concentravam 45,9% da riqueza estadual. Com a política de descentralização do desenvolvimento, o governo pretendia pulverizar o PIB. Entretanto, os dados apresentados pelo IBGE apontam para uma maior concentração econômica, 50,5%, ou seja, os 10 municípios mais pobres em 2003 centralizavam 0,2% do PIB estadual e passaram a concentrar 0,1%; enquanto que os 10 municípios que ocupam o topo da lista aumentaram em 9,9% na sua participação no PIB, os 10 municípios da ponta inversa decaíram 50%.

Incentivos Fiscais

Além dos indicadores do PIB e PIB *per capita*, outra maneira de investigar se as SDRs têm logrado êxito é tabular os projetos de incentivos fiscais aprovados no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec). Na apreciação dos projetos aprovados em 2006, dos R\$ 214,3 milhões, 50,9% con-

centravam-se em duas regiões: Joinville e Blumenau. Já em 2010, dos R\$ 391,7 milhões aprovados, 63,4% concentraram-se também em duas regiões: Joinville e Blumenau.

No seu histórico, desde quando criado em 1988, no agrupado Joinville, Jaraguá do Sul e Blumenau concentram 30,5% dos incentivos liberados no período 1988 a 2010. Se incluirmos Brusque, Guaramirim e Criciúma, somam-se mais 9,2%, ou seja, juntos os seis municípios representam 39,8% das liberações (GOU-LARTI, 2012). Há de registrar que as concessões de incentivos fiscais do Prodec devem atender a desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas e para o desenvolvimento local e regional (SANTA CATARINA, 2005). Contudo, o que se averigua é que os incentivos obedecem à “divisão inter-regional do trabalho” a partir da homogeneização monopolística do espaço econômico.

Por fim, feitas essas considerações, é pertinente citar Santos e Silveira (2008, p.301): “Dir-se-ia que certas frações do território aumentam de valor em dado momento, enquanto outras, ao mesmo tempo e por via de consequência, se desvalorizam”.

O processo de descentralização em Santa Catarina não é algo recente, porém, com a descentralização via SDRs houve uma política de fragmentação regional com panaceia para superar o caráter desigual do processo de desenvolvimento capitalista. Portanto, atribuir que a política de desenvolvimento regional é “equilibrada” em Santa Catarina, via SDRs, é um mito. O que ocorreu foi uma metamorfose da densidade econômica de pontos seletivos no território. Pode-se afirmar, portanto, que a criação das SDRs não logrou os êxitos pretendidos.

Há evidências de que as disparidades regionais demonstram que o desenvolvimento está polarizado na faixa litorânea. O governo que até antes da criação das SDRs estava ausente e distante das regiões mais afastadas, em tese se aproximou delas. Contudo, o desenvolvimento não se deslocou, permanecendo concentrado.

Nova proposta de planejamento da gestão do Estado “SC 2030”

A proposta que deu embasamento para a criação das 36 SDRs a partir de 2003 foi o Plano Catarinense de Desenvolvimento (PCD) 2005/2015, apresentado em fevereiro de 2005, porém, pouco observado na estratégia de gestão do Estado, por sua vez focada na rede de articulação política e cargos criada pelas SDRs.

Atualmente está em andamento um novo plano de desenvolvimento pelas mãos do governo do Estado, o Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030 (PDSC 2030), que pretende aumentar a sinergia e a efetividade dos programas já

realizados e em andamento pelo governo estadual. É uma iniciativa coordenada pela Secretaria de Estado do Planejamento, cujo foco é implementar a reforma administrativa que ocorreu em 2016, que foi a transformação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) em Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs), através do Projeto de Lei 260/2015, que extinguiu uma única SDR, a da região da Grande Florianópolis, que acusava o cúmulo de uma política de descentralização criar uma estrutura regional na região da capital, onde está localizada a sede administrativa do governo do Estado.

O PDSC, ou simplesmente SC-2030, pretende estabelecer indicadores, metas, objetivos e estratégias como instrumento auxiliar para a ação governamental em Santa Catarina com base nos seguintes eixos: desenvolvimento econômico (indústria, comércio, ciência e tecnologia; agricultura e pesca; turismo); desenvolvimento social (saúde; segurança pública; assistência social, trabalho e habitação; educação); infraestrutura e meio ambiente (infraestrutura; meio ambiente; mobilidade urbana); gestão pública (pessoal e finanças). Esse trabalho já passou pelas fases de sistematização das experiências, diagnóstico e redação da proposta, que foi apresentada e discutida em workshops temáticos combinados com as regiões do Estado, para preparar a redação do documento final do plano, ainda não anunciado.

Portanto, percebe-se que há uma preocupação com novas pautas que são consequências dos modelos anteriores, como por exemplo o tema da mobilidade urbana, que recebe um destaque de primeira ordem, porém, constata-se que o pano de fundo desta proposta mantém a continuidade dos modelos anteriores, sem apresentar qualquer alteração estratégica de rumo.

Paralelo ao debate sobre do PDSC 2030, o próprio Governo do Estado, através da Diretoria de Planejamento Orçamentário (Dior), desenvolve um estudo chamado de Índice de Competitividade Regional (ICR-SC), apresentado publicamente através do “Caderno de Indicadores de Santa Catarina e suas Regiões”, como uma contribuição para a análise do ambiente socioeconômico das regiões administrativas do Estado.

O objetivo é identificar e analisar fatores que determinam a competitividade relativa das regiões e fornecer subsídios às políticas públicas com vistas ao desenvolvimento regional, classificando a posição relativa das regiões através de 10 fatores de competitividade: educação básica, saúde, educação superior, mercado de trabalho, sustentabilidade social, sustentabilidade ambiental, infraestrutura, tamanho da economia, solidez fiscal e segurança pública.

O ICR-SC replica, na medida do possível, a metodologia utilizada para calcular o Índice de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial, adequando-

-se às restrições de informações existentes em nível regional. São 10 fatores de competitividade totalizam 66 indicadores, que permitem determinar a posição competitiva relativa das regiões.

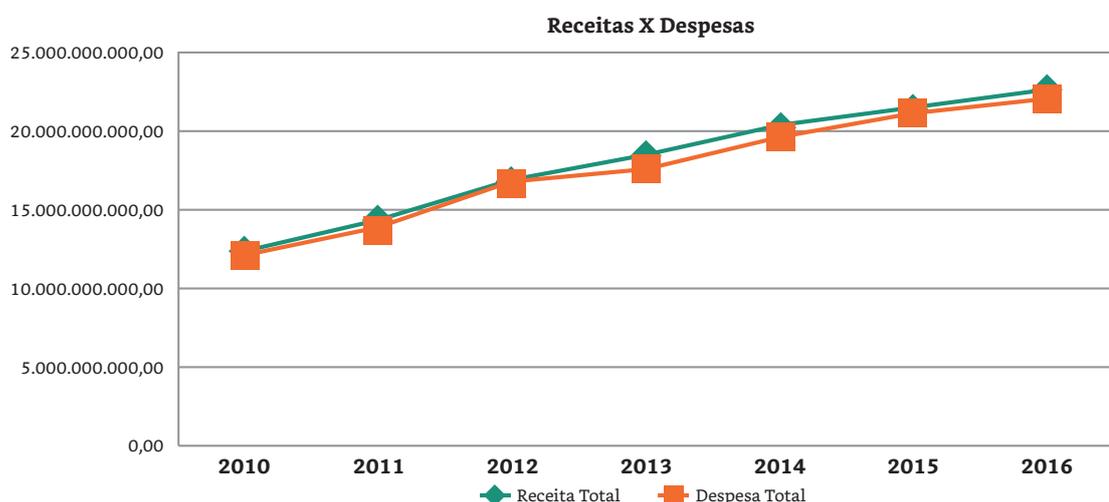
Percebe-se que este é mais um estudo que vem reforçar a dinâmica competitiva e ao invés de direcionar para políticas de equalização das diferenças. Passa a ser um importante instrumento de mapeamento das potencialidades, que permite ao capital fazer suas escolhas e drenar cada vez mais os recursos públicos para os investimentos que interessam aos que historicamente foram privilegiados pelo Estado, ou seja, pela lógica do mapa de competitividade, a tendência é de aumentar as assimetrias e desigualdades regionais em Santa Catarina.

As contas do Estado

Em relação às contas públicas do estado de Santa Catarina tomou-se como referência o ano de 2016 que permitia uma análise de série histórica de alguns dados e que permitem traçar um perfil das características destes números, embora haja necessidade de seguir analisando esses indicadores anualmente².

Inicialmente percebe-se um perfil de coincidência entre as receitas e despesas do Estado, ou seja, praticamente não há risco de déficit, tampouco preocupação com superávit.

Evolução das Receitas e Despesas



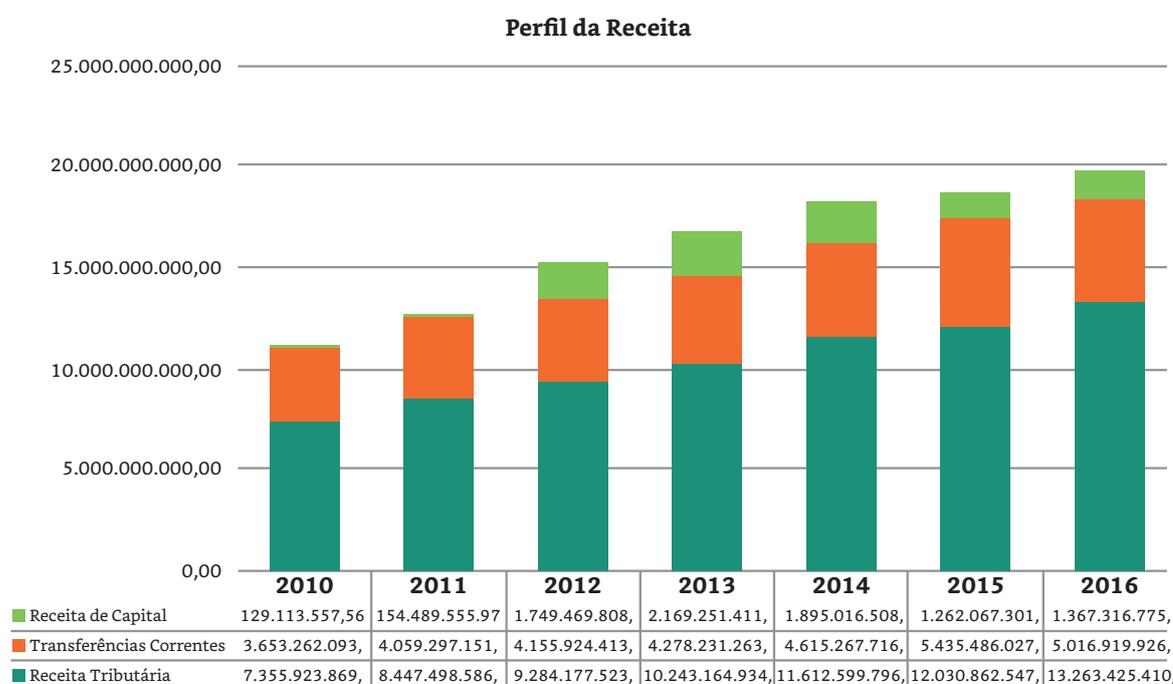
	Receita Total	Despesa Total
2010	12.401.881.041,17	12.149.711.834,99
2011	14.404.039.473,59	13.718.745.684,09

² Meus agradecimentos a João Krein, consultor de políticas públicas e Mestre em Ciências Sociais pela Univali pela colaboração no levantamento desses dados.

2012	16.799.563.501,17	16.804.662.673,87
2013	18.623.051.231,63	17.650.767.796,27
2014	20.384.417.982,69	19.578.904.991,45
2015	21.423.069.538,80	21.203.600.107,57
2016	22.718.963.740,93	22.077,125.895,49

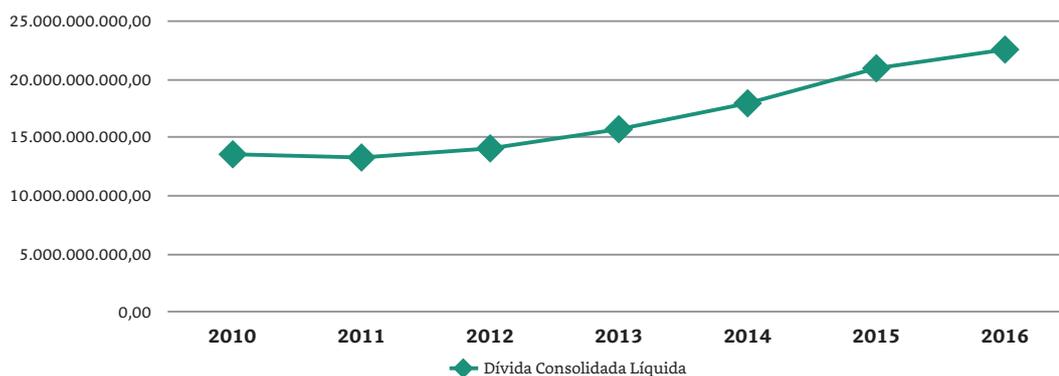
Ao observar individualmente o histórico da composição da receita executada, percebe-se que este aumento em aproximadamente 76% no período entre 2010 e 2016 e, ao mesmo tempo, alterou o perfil de arrecadação, diminuindo o percentual de receitas transferidas, que passou de 32,8% em 2010 para 25,5% em 2016 e aumentando o percentual das receitas de capital de 1,2% para aproximadamente 7%, no mesmo período.

Composição da Receita



As receitas tributárias se mantiveram praticamente no mesmo percentual, do qual o ICMS corresponde a 82% do total das receitas tributárias em 2016. Entre as receitas transferidas, o maior percentual corresponde ao Fundeb, 47,7%. Dentre as receitas de capital houve um incremento a partir de 2012 em razão da operação de crédito para fazer frente à renegociação do resíduo da Lei nº 9496/97, no valor de R\$ 1,478 bilhão, junto ao *Bank of America*, autorizada pela Lei Estadual nº 15.881, de 10 de agosto de 2012. Com essa operação, o objetivo era renegociar a dívida do governo estadual, que passou a pagar anualmente R\$ 500 milhões a menos com juros e encargos e amortização da dívida, conquanto, atualmente Santa Catarina é um dos estados com maior capacidade de endividamento do país.

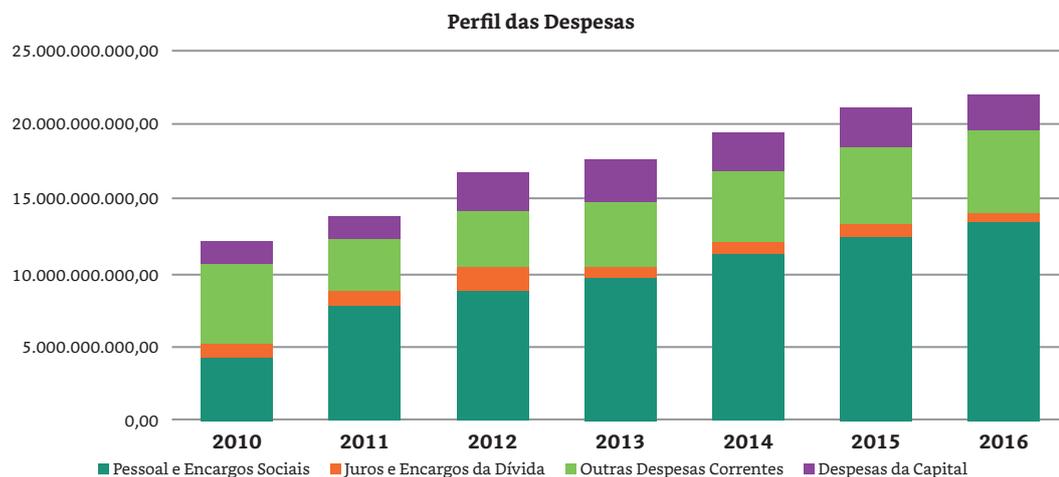
Dívida Consolidada Líquida



	Dívida Consolidada Líquida	Receita Corrente Líquida (RCL)	Limite máximo da DCL sobre a RCL (Res. Senado Federal nº 40/2001) - 200%
2010	13.578.642,00	11.857.684,00	23.715.367,00
2011	13.362.062,00	13.791.475,00	27.582.954,00
2012	14.024.533,00	14.535.174,00	29.070.348,00
2013	15.806.481,00	15.892.968,00	317.859.363,00
2014	17.882.020,00	17.835.511,00	35.671.022,00
2015	21.025.026,00	19.409.871,00	38.819.741,00
2016	22.489.998,00	20.488.859,00	40.977.717,00

Em relação à composição das despesas executadas pelo Estado, percebe-se um incremento de aproximadamente 82% no período de 2010 a 2016, com destaque para as despesas de pessoal e encargos sociais, que passou de 35,5% para 60,9%, as despesas com juros e encargos de dívida baixou de 6,7% para 3%. Outras despesas correntes também baixaram de 45,7% para 25,7% e, finalmente, as despesas de capital igualmente diminuíram de 12,1% para 10,4%.

Composição das Despesas



	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Despesas de Capital
2010	4.313.593.911,45	814.236.874,00	5.550.397.125,04	1.471.483.924,50
2011	7.830.781.806,29	998.236.999,56	3.492.555.526,93	1.397.171.351,31
2012	8.859.516.722,87	1.642.840.091,19	3.765.107.956,75	2.537.197.903,06
2013	9.742.861.293,29	668.313.458,28	4.378.593.815,00	2.860.999.229,70
2014	11.320.167.148,01	810.887.866,64	4.806.484.231,70	2.641.365.745,10
2015	12.436.255.542,37	957.286.002,78	5.188.108.185,17	2.621.950.377,25
2016	13.445.259.669,83	671.254.327,44	5.666.145.638,38	2.294.466.259,84

O quadro a seguir mostra o detalhamento das despesas com pessoal e encargos e a relação com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Composição da Folha - Poder Executivo 2016

ITEM	jan/16 a dez/16
DEFESA BRUTA COM PESSOAL	12.062.997.582,37
Pessoal Ativo	7.085.726.172,82
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.952.099.510,66
Outras Despesas de Pessoal (§ 1º do art. 18 da LFR)	25.171.898,89
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, ART. 19 DA LRF)	2.346.381.480,12
Indenizações por Demissão e Incentivos á Demissão Voluntária	132.701.110,71
Decorrentes de Decisão Judicial	62.142.151,71
Despesas de Exercícios Anteriores	50.297.716,39
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.101.240.501,12
DESPEZA TOTAL COM PESSOAL	9.716.616.102,25
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	20.488.858.892,36
Gastos com Pessoal sobre RCL (%)	47,42
Limite Máximo	10.039.540.857,26
Limite Prudencial	9.537.563.814,40
Limite de Alerta	9.035.586.771,53

Em termos percentuais, a composição da folha de pagamento é a seguinte: 42% servidores ativos; 30% pessoal inativo e pensionistas; 14% de despesas não computadas; e 13% inativos e pensionistas com recursos vinculados.

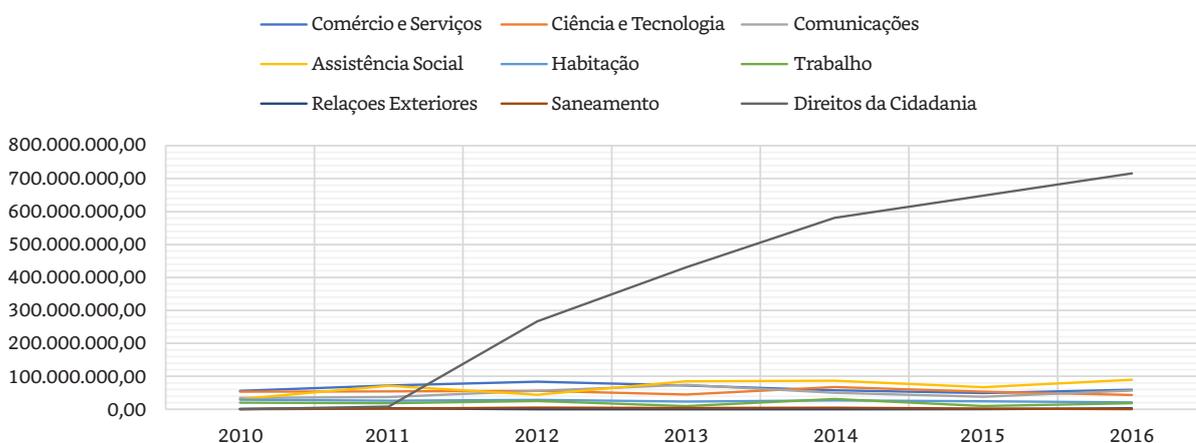
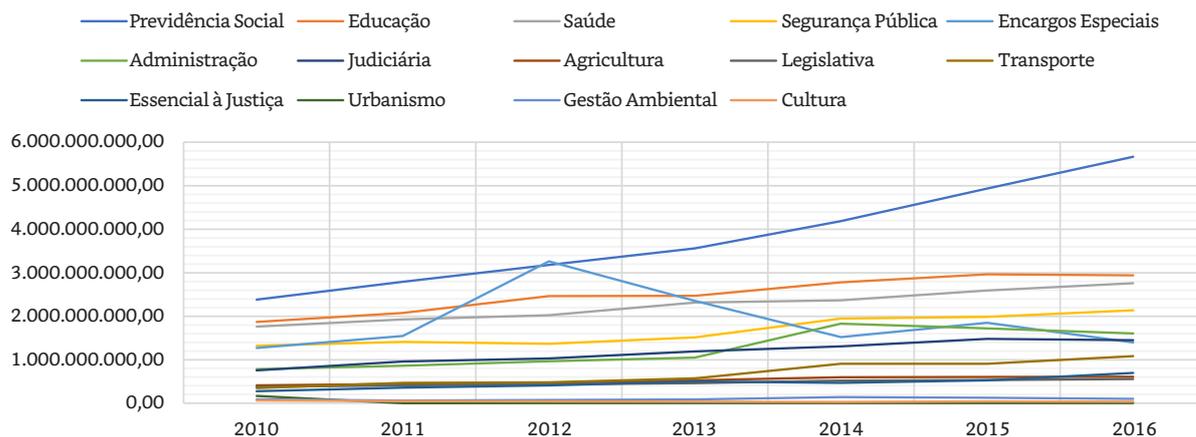
Outro detalhamento importante se refere às despesas por funções, conforme quadro a seguir:

Despesa por Função - Poder Executivo 2016

ITEM	2016
Previdência Social	5.664.595.494,96
Educação	2.938.069.240,66
Saúde	2.758.405.945,73
Segurança Pública	2.135.862.573,92
Administração	1.603.299.057,29
Judiciária	1.449.911.981,98
Encargos Especiais	1.395.442.891,25
Transporte	1.081.867.039,84
Direitos da Cidadania	715.861.485,92
Essencial a Justiça	695.867.691,33
Agricultura	608.080.321,86
Legislativa	556.508.930,85
Gestão Ambiental	102.470.301,90
Comunicação	56.786.273,96
Ciência e Tecnologia	43.300.334,30
Desporto e Lazer	41.662.793,85
Cultura	36.739.110,31
Habitação	20.854.351,04
Trabalho	18.654.360,92
Relações Exteriores	2.783.343,98
Saneamento	579.403,36
Urbanismo	532.312,30
Energia	2.861,26
Defesa Nacional	0,00
Organização Agrária	0,00
Indústria	0,00

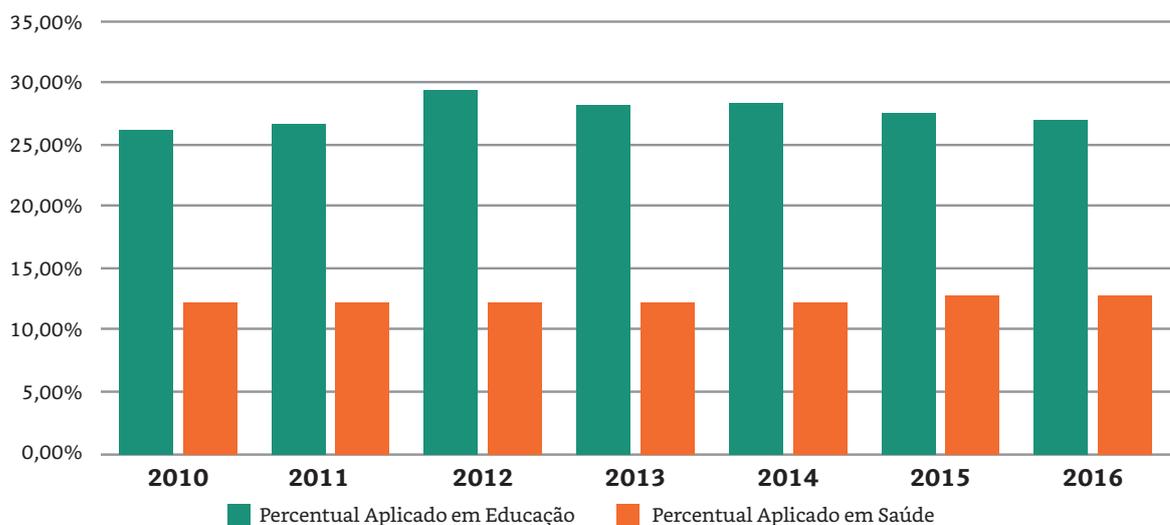
Seguido pelo gráfico da evolução das despesas por funções, dividido entre as contas de maior impacto e outro gráfico com as contas menos impactantes:

Histórico das principais despesas do governo do Estado (2010/2016)³



Vale a pena apresentar a evolução específica dos recursos aplicados em saúde e educação:

Evolução Despesas com Saúde e Educação



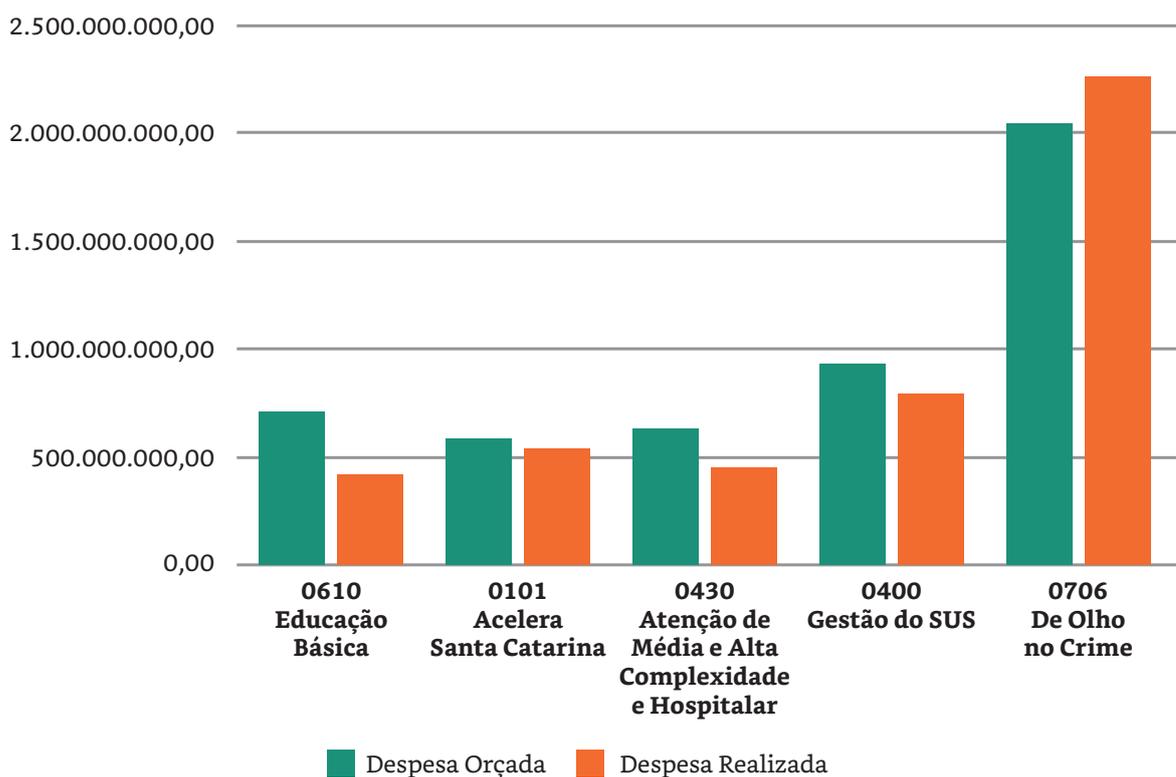
³ As outras têm valores abaixo de 1 milhão de reais anual, por isso, optou-se por apresentar apenas as despesas com valores mais significativos, para tornar o gráfico mais compreensível.

	Percentual Aplicado em Educação	Percentual Aplicado em Saúde
2010	26,19%	12,04%
2011	26,57%	12,09%
2012	29,42%	12,14%
2013	28,30%	12,02%
2014	28,39%	12,11%
2015	27,57%	12,86%
2016	26,99%	12,82%

Além desse estudo, que demonstra a evolução histórica das contas públicas do Governo do Estado, pode-se apontar alguns tópicos do Relatório Técnico das Contas do Estado de Santa Catarina (TCE) relativas exclusivamente ao exercício de 2016.

Iniciando pelo planejamento orçamentário e sua execução, que em relação aos programas, ou seja, às prioridades de investimentos do Governo do Estado, 29% dos recursos são destinados a programas de gestão e outros 71% para programas temáticos. Dentre os programas temáticos, no último ano a prioridade foi para a área de segurança, conforme mostra o gráfico a seguir:

Programas Temáticos - Execução Orçamentária



Renúncia Fiscal 2016

Outro item que chama a atenção é relativo à renúncia de receita, que foi estimada na ordem de R\$ 24,18 bilhões, e que veio a se realizar no exercício R\$ 5,45 bilhões. Foram estimados valores expressivos de renúncia fiscal para os seguintes destinos: a) os benefícios concedidos a título de crédito presumidos para carnes e aves, que atingiram R\$ 651,17 milhões; b) Isenção e manutenção de crédito sobre os produtos e insumos agropecuários de R\$ 327,23 milhões; e c) “Outros benefícios fiscais”, os quais preveem um valor de renúncia de R\$ 1,63 bilhão. Embora esses valores sejam significativos e a SEF tenha relacionado o setor econômico favorecido, não apresentou os valores dos benefícios estimados de forma relacionada ao setor correspondente, o que denota falta de transparência por parte do Executivo em relação aos recursos que o Governo do Estado abre mão de arrecadar.

Dentre as despesas executadas, conforme apontado anteriormente, o TCE (2016) ressalta que os maiores valores empenhados pelo Estado são realizados na Função Previdência Social, R\$ 5,67 bilhões; Função Educação, que corresponde a R\$ 3,32 bilhões; e na Função Saúde, com montantes gastos de R\$ 3,01 bilhões.

Portanto, percebe-se que o valor da renúncia fiscal é praticamente o mesmo que o da previdência e muito superior aos valores aplicados em saúde e educação, ou seja, grosso modo, se o governo arrecadasse o montante que é devido teria recursos suficientes para praticamente duplicar os investimentos em saúde e educação.

O TCE (2016) aponta que somente 3,1% do valor total estimado como renúncia de receita é controlado pela SEF. Os valores conhecidos tratam da renúncia oriunda de remissão (R\$ 53,11 milhões), concessão de isenção de caráter não geral (R\$ 90,92 milhões) e outros benefícios diferenciados (R\$ 25,03 milhões), portanto, o documento do Tribunal de Contas (2016) afirma que:

Diante disso, não se pode aceitar que a SEF tenha apenas o controle com “relativa certeza” de apenas R\$ 169,06 milhões, enquanto a renúncia projetada atinja mais de R\$ 5,4 bilhões no exercício em análise. O montante de recursos envolvidos em renúncia fiscal, bem como a falta de um programa de controle e análise de sua concretização, aumenta a importância da incidência de controles sobre os mecanismos de atualização dos valores relatados no Anexo de Metas Fiscais – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita da LDO (TCE, 2016, p. 878).

Enfim, em números absolutos a receita bruta arrecadada pelo Estado de Santa Catarina no exercício de 2016 totalizou R\$ 32,77 bilhões, sobre o qual é retirado o valor relativo às deduções da receita (R\$ 8,48 bilhões), chegando-se a uma receita orçamentária arrecadada líquida de R\$ 24,28 bilhões, face a uma despesa executada no montante de R\$ 24,18 bilhões.

Da análise feita pelo TCE (2016) sobre as ADRs (antigas SDRs), o Tribunal conclui que:

O total dos gastos realizados pelo Estado com as ADRs, em 2016, foi na ordem de R\$ 623,90 milhões, que representa 2,58% do total das despesas realizadas pelo Estado (R\$ 24,18 bilhões). Deste valor, as 04 (quatro) ADRs que apresentaram os maiores gastos foram: a) ADR de Chapecó, representando 6,78%, b) ADR de Criciúma com 6,73%, c) ADR de Lages com 6,35% e d) ADR de Joinville, representando 6,15%. As demais ADRs, conforme demonstrado na tabela acima, variam entre 1,00% a 5,57% dos gastos realizados (TCE, 2016, p. 896).

Em relação ao Artigo 170 da Constituição Estadual, que se destina a prestar anualmente assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior legalmente habilitadas a funcionar no Estado, no exercício de 2016 o TCE (2016) observou que o:

Governo do Estado de Santa Catarina repassou às instituições de educação superior, legalmente habilitadas, a importância de R\$ 54,72 milhões, equivalente a 25,69% do valor constitucionalmente definido para o exercício (R\$ 213,03 milhões). Logo, o Estado deixou de aplicar na assistência financeira aos alunos matriculados nas referidas instituições o montante de R\$ 158,31 milhões (TCE, 2016, p.986).

Mais um destaque do TCE (2016), que chama a atenção, é de que “no que se refere a investimentos em saúde, o valor aplicado alcançou apenas 0,22% do total dos recursos próprios destinados à manutenção” (TCE, 2016, p.1007).

No exercício de 2016 também foram empenhados o montante de R\$ 118.154.693,45 a título de sentenças judiciais nas ações e serviços públicos de saúde:

Apesar da garantia constitucional de acesso a saúde de forma universal, é crescente a busca deste direito por meio do sistema judiciário, quando o Poder Público não oferece todos os medicamentos e procedimentos médicos necessários, este passa a ser garantido pelo Poder Judiciário, quando provocado pelo cidadão que não consegue o atendimento (TCE, 2016, p. 1008).

Ainda em relação à saúde:

Com relação ao débito do exercício de 2015 e exercício de 2016, conforme pesquisas realizadas nos sistemas SIGEF e e-Sfinge, bem como confirmado pela Secretaria da Saúde, não foram realizados pagamentos aos Municípios para a realização de procedimentos de consultas e exames de média e alta complexidade (TCE, 2016, p. 1010).

O mesmo ocorreu em relação ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA), dos R\$ 896 mil fixados para serem despendidos no decorrer do exercício de 2016,

o governo arrecadou R\$ 1.585.956,70. Pela previsão legal, porém, somente R\$ 133,93 mil foram gastos, portanto, 14,94% dos valores planejados inicialmente foram executados e simplesmente 8,44% do valor real arrecadado.

Por outro lado, em relação às despesas com serviços de publicidade e propaganda, o Poder Executivo gastou R\$ 80,82 milhões, no exercício de 2016, cuja parte dessas despesas se destinaram para o marketing do Pacto Por Santa Catarina:

Campanhas Publicitárias do Pacto Pagas em 2016

Código - Nome	Valor Pago (em R\$)
60/2015 SC Em Movimento - Obras	33.909,91
54/2016 Barragens	7.296,60
139/2016 Barragens do Vale	59.096,20
53/2014 Entregas Pacto SSP	8.706,52
60/2014 Pacto por SC - Vale	2.644,61
106/2013 Pacto Defesa Civil	3.270,40
62/2014 Obras Hospitais SC	2.633,40
40/2016 Obras Regionais	14.375,00
105/2016 Inauguração Obras	179.672,13
136/2015 Obras Grande Fpolis	1.492.189,39
143/2016 Obras Regionais - Orleans	19.210,25
76/2016 Centro de Inovação Lages	105.165,17
119/2016 UTI Joana de Gusmão	104.678,92
Total	2.032.848,50

Por fim, a administração indireta era composta por 21 empresas, cuja maioria das ações com direito a voto pertencem ao Governo de Santa Catarina:

Empresas Pertencentes ao Governo De Santa Catarina

BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.
BESCOR - BESC S/A Corretores de Seguros e Administradores de Bens
CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A.
CEASA - Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A.
CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - HOLDING
CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.
CELESC GERAÇÃO S.A.

CIASC - Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A.
CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CODESC - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A.
CODISC - Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina S.A. - Em Liquidação
COHAB - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
IAZPE - Administradora da Zona de Processamento de Exportação
INVESC - Santa Catarina Participações e Investimentos S.A.
SANTUR - Santa catarina Turismo S.A.
SAPIENS PARQUE S.A.
SCGÁS - Companhia de Gás de Santa Catarina S.A.
SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR
SC PAR Porto de Imbituba S.A.

Fonte: Balanço Geral do Estado referente a 2016, Volume II

Considerando essas informações, percebe-se, por um lado, as falhas na gestão pública do Estado de Santa Catarina e, por outro lado, a opção política por setores com os quais os gestores têm compromisso com seus interesses, dentre os quais se destacam as grandes empresas, que são beneficiadas com a renúncia fiscal do Estado, que não se trata de um “detalhe” no montante de recursos e sim de uma parcela significativa que supera os investimentos em educação e saúde. Isso quer dizer que o valor renunciado foi 64% a mais do que os investimentos com educação e 81% acima do gasto com saúde. Para agravar a situação, esses valores não são transparentes, pois a Fazenda declara os setores beneficiados de apenas 3,1% do total renunciado e nenhuma informação sobre as empresas que deixam de arrecadar.

Referências

GOULARTI, Juliano Giassi. Análise da Capacidade de Gestão Pública As Secretarias de Desenvolvimento Regional em S. Catarina após um decênio: o que mudou? VIII Encontro de Economia Catarinense. Rio do Sul (SC), maio de 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA - SES/SC.. Disponível em: <http://portalses.saude.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=825&Itemid=245>. Acesso em: jan. 2018.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE. Relatório Técnico Sobre as Contas Prestadas pelo Governo do Estado Relativas ao Exercício de 2016. Disponível em: <www.tce.sc.gov.br/sites/.../Relatorio_Tecnico_Contas_Gov_2011_Consolidado_FINAL>. Acesso em: jan. 2018.

PARTE 6

OBRAS
ESTRUTURANTES
EM SANTA CATARINA

Apresenta-se aqui um balanço das principais obras estruturantes e investimentos em programas sociais igualmente considerados estruturantes, na sua maioria oriundos de recursos do governo federal para o Estado e os municípios catarinenses ao longo da última década, porém, esse levantamento carece ainda de um aprofundamento e de dados mais precisos sobre diversas áreas públicas, cabendo nesse momento uma apresentação panorâmica que reforça a narrativa de que se trata de uma década virtuosa para este Estado e para o país.

Antes mesmo de apresentar os dados pontuais por área e programas, que buscou atender as demandas locais, cumpre apresentar duas novas fontes de recursos que contribuíram para o fortalecimento da arrecadação municipal de forma permanente: o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios (FPM); e o do Imposto Sobre Serviço (ISS) de leasing, cartões de crédito e planos de saúde.

O incremento de 1% no repasse do FPM para todos os municípios brasileiros, a partir de 2014, representou um valor de R\$ 3,99 bilhões distribuído proporcionalmente entre os 5.568 municípios, o que somou mais R\$ 156 milhões para os municípios catarinenses. Já a ampliação das receitas locais na distribuição mais equilibrada do ISS nas operações de *leasing*, sobre as compras de cartão de crédito/débito e na contratação dos planos de saúde, incrementou R\$ 228 milhões por ano na receita dos municípios catarinenses.

Em relação ao legado dos governos petistas e os recursos destinados a Santa Catarina, pôde-se acompanhar na explanação anterior das políticas públicas um conjunto de ações e valores que foi apresentado, portanto, este capítulo se ocupa basicamente das ações relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Programa de Aceleração do Crescimento em Santa Catarina

Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula, o PAC promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.

Pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, o PAC contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais.

Nos seus primeiros quatro anos, o PAC ajudou a dobrar os investimentos públicos brasileiros (de 1,62% do PIB em 2006 para 3,27% em 2010) e ajudou o Bra-

sil a gerar um volume recorde de empregos – 8,2 milhões de postos de trabalho criados no período. Teve importância fundamental para o país durante a grave crise financeira mundial entre 2008 e 2009, garantindo emprego e renda aos brasileiros, o que por sua vez garantiu a continuidade do consumo de bens e serviços, mantendo ativa a economia e aliviando os efeitos da crise sobre as empresas nacionais. Em 2011, o PAC entrou na segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras. O Brasil reaprendeu a planejar o seu futuro ao implementar um método inovador de monitoramento de ações, responsabilização e transparência das informações.

Em Santa Catarina os investimentos do PAC 2 somaram R\$ 19 bilhões entre 2011 e 2014.

PAC 2 em Santa Catarina
R\$ 19 bilhões entre 2011 - 2014

Eixo	R\$ milhões
Transporte	7.413,0
Energia	3.148,8
Cidade Melhor	1.179,8
Comunidade Cidadã	205,0
Minha Casa, Minha Vida	6.770,2
Água e Luz para Todos	248,7
Total	18.965,4

Os investimentos do PAC 2 foram organizados em seis diferentes eixos: Transportes; Energia; Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida; e Água e Luz para Todos.

Através desses eixos, os prefeitos de todo o Brasil poderiam fazer projetos em todas as áreas e captar recursos priorizando os pequenos municípios. Se o município fosse de pequeno porte, caso da maioria dos catarinenses (269), e tivesse até 50 mil habitantes, as possibilidades aumentavam, porque havia recursos a fundo perdido do Orçamento Geral da União, como o Minha Casa, Minha Vida, direcionado a famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00. As obras poderiam ser licitadas utilizando o Regime Diferenciado de Contratação (RDC), mais simples, rápido e barato em todo o ciclo de investimentos do PAC: estudos ambientais, projetos e supervisão de obras. Esse novo regime reduziu pela metade o tempo das licitações e o desconto nos preços até 15%.

Eixos da PAC



O eixo Transportes foi parte fundamental desse grande projeto estratégico voltado para o desafio logístico do Brasil e o PAC 2 destinou recursos para viabilizar uma matriz de transporte diversificada, menos poluente e capaz de reduzir custos logísticos. Os investimentos realizados em rodovias melhoraram o tráfego de cargas e de passageiros, diminuíram os acidentes e integraram as diferentes regiões brasileiras.

Em Santa Catarina, foram executadas obras nas rodovias: BR-101, BR-282, BR-280, BR-470 e BR-480, com o objetivo de aumentar a competitividade no escoamento da produção agrícola e industrial para o consumo interno e a exportação, integrando o país com o Mercosul e incentivando o turismo.

O DNIT/SC aplicou aproximadamente R\$ 5 bilhões na ampliação da malha viária federal em SC, iniciando a duplicação de duas importantes rodovias: a BR-280, que liga o porto de São Francisco do Sul à região do Planalto Norte, até a cidade de Canoinhas, e a BR-470, que liga os portos de Itajaí e Navegantes à região Oeste, atravessando toda a região do Vale do Itajaí, grande centro industrial, agrícola e agropecuário do Estado.

Além disso, foram executadas as travessias urbanas de Lages e Xanxerê na BR-282, duplicação de acessos a Florianópolis e de Chapecó, também na BR-282, a cons-

trução das novas obras da BR-101 Sul, ponte Laguna, túneis do Morro do Formigão e Morro dos Cavalos, pavimentação a Serra da Rocinha (BR-285), ampliação de capacidade da BR-163, além da revitalização de toda malha com o Crema - Etapa 2.

Transportes

Ampliação da infraestrutura logística para: aumentar a competitividade no escoamento da produção agrícola e industrial para o consumo interno e a exportação, integrando o país com o Mercosul e incentivando o turismo



- **Duplicação da BR-101, BR-280 e BR-470**
- **Adequação da BR-163, BR-282 e contorno de Chapecó**
- **Pavimentação da BR-285**
- **Estudos do corredor ferroviário Itajaí - Chapecó e conexão com a ferrovia norte sul**
- **Ferrovia São Paulo/SP - Mafra/SC - Rio Grande/RS (PIL)**
- **Acesso aos portos de Itajaí e Imbituba**
- **Dragagem em Imbituba e realinhamento de cais em Itajaí e São Francisco do Sul**

Somente na obra de duplicação do trecho sul da BR-101, num percurso de 249 km, entre Florianópolis e a divisa com o Rio Grande do Sul, foram investidos R\$ 2,4 bilhões entre 2007 e 2014, dos quais R\$ 775 milhões foram aplicados na Ponte de Laguna, maior obra física do governo federal em Santa Catarina nas últimas décadas, que além do transporte tornou-se um ponto turístico.



Os investimentos na melhoria dos aeroportos foram iniciados. Porém, em agosto de 2016 o principal aeroporto do Estado foi entregue, através de concessão, para uma empresa suíça.

O PAC 2 impulsionou também o desenvolvimento do interior do país ao destinar recursos para que prefeituras adquiram máquinas e equipamentos para estradas vicinais.

No eixo Energia, a segunda fase do PAC garantiu os recursos que consolidam nossa matriz energética com fontes limpas e renováveis. Os destaques são as três usinas hidrelétricas do Estado: Garibaldi, São Roque e Pai Querê, que, juntas, vão gerar 605 MW de energia para a região. Além disso, o PAC 2 investe na transmissão de energia elétrica com 642 km de linhas.



No PAC 2, as ações sociais e urbanas voltadas aos grandes centros foram ampliadas para dar soluções a problemas históricos que deterioraram a qualidade de vida e diminuem a capacidade do país de chegar ao pleno desenvolvimento. No eixo Ci-

dade Melhor, concentram-se as ações de infraestrutura urbana como saneamento, prevenção em áreas de risco, mobilidade urbana e pavimentação, que tornarão as cidades mais justas e humanas, elevando a qualidade de vida de seus habitantes.

As encostas vulneráveis a deslizamentos receberão tratamento para que resistam aos períodos chuvosos, preservando vidas e protegendo contra possíveis perdas materiais dessa população. As ruas também recebem pavimentação e drenagem adequadas ao escoamento das águas.

Ampliaram-se ainda a coleta e o tratamento de esgoto para reduzir doenças causadas pela falta de saneamento básico.

Cidade Melhor SANTA CATARINA

Tipo	Investimento 2011 a 2014 (R\$ milhões)	Investimento após 2014 (R\$ milhões)
Saneamento*	693,63	774,18
Prevenção em Áreas de Risco*	246,96	786,04
Pavimentação*	205,45	235,21
Mobilidade Urbana*	33,73	303,53
Total	1.179,77	2.098,97

Em Comunidade Cidadã, com o PAC 2, elevou a presença do Estado nos bairros populares, ampliando a cobertura de serviços à população, com ações de saúde, educação, cultura e esporte. Nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e Unidades Básicas de Saúde (UBS), os cidadãos terão pronto atendimento às urgências, além de acompanhamento básico e integral de saúde.

Comunidade Cidadã SANTA CATARINA

Tipo	2011 a 2014 Exclusivo (R\$ milhões)
UBS - Unidade Básica de Saúde	36,70
UPA - Unidade de Pronto Atendimento	20,80
Creches e Pré-escolas	105,75
Quadras Esportivas nas Escolas	33,49
Praças dos Esportes e da Cultura	8,22
Total	204,95

Crianças e jovens foram prioridade no PAC 2. As crianças de zero a cinco anos tiveram maior acesso a creches e pré-escolas e quadras esportivas em todas os educandários com mais de 500 alunos. Foram aprovadas até 2015 a construção de 147 quadras (R\$ 74.350.674 de investimento) e a cobertura de 142 quadras (R\$ 34.020.221 de investimento), mais 13 contratadas (R\$ 27.398.183 de investimento), sendo que cinco foram concluídas e oito estavam em fase de execução.

Fase	Construção	Cobertura	Total
Ações Preparatórias	37	67	104
Em Obras	82	49	131
Concluídas	22	23	45
Paralisadas	6	3	9
Canceladas	0	0	0
Total	147	142	289

O eixo Minha Casa, Minha Vida do PAC 2, além de proporcionar a realização do sonho de milhares de brasileiros de possuir casa própria, cumpriu as funções sociais fundamentais para uma sociedade mais justa: distribui renda, provoca a inclusão social e diminui o déficit habitacional.

Por isso, no PAC 2, a meta de contratação de moradias foi de 2 milhões até 2014. Destas, 1,2 milhão serão destinadas às famílias mais carentes das áreas urbanas e rurais. Em Santa Catarina, com investimentos de R\$ 7,4 bilhões o Minha Casa, Minha Vida (MCMV) contratou mais 100 mil unidades habitacionais. Destaque para os residenciais Trentino, em Joinville, Condomínio Monte Castelo, em Chapecó, e Porto Biguaçu, na cidade de Biguaçu.

Minha Casa, Minha Vida
2,8 milhões de moradias contratadas no Brasil
100 mil moradias contratadas em SC - R\$ 7,4 bilhões
Mais de 68 mil concluídas

Estágio	Quantidade	
	Brasil	SC
Contratadas	2.783.275	100.450
Concluídas	1.525.225	68.552
Em Obras	1.258.050	31.898

Esse eixo do PAC 2 integrou também ações de urbanização dos bairros populares das grandes cidades. As ruelas, becos e ruas receberam pavimentação, luz,

calçadas aumentaram a segurança no deslocamento da população. Foram instalados equipamentos sociais de saúde e educação e promovida a regularização fundiária, garantindo o título de posse aos moradores.

O PAC 2 também investiu em infraestrutura social e urbana com aporte de R\$ 3,6 bilhões em obras de saneamento, abastecimento de água, urbanização de assentamentos precários, pavimentação e prevenção de áreas de risco em 233 municípios. Destaca-se o investimento de R\$ 600 milhões para a prevenção nas áreas de risco na cidade de Itajaí.

O programa Luz Para Todos investiu R\$ 101.558.171, em 41.229 ligações até 2010 e de 2011 a 2014 foram 566 ligações, com investimentos de R\$ 12.857.620.

Enfim, até o último balanço do PAC por Estado, em 2013, já havia sido investido um montante de R\$ 19 bilhões no Estado de Santa Catarina, dos quais se destacam as seguintes ações: obras rodoviárias nas BR-101, BR-282 e BR-480; aeroportos regionais; energia nas três usinas hidrelétricas do Estado: Garibaldi, São Roque e Pai Querê e na transmissão de energia elétrica com 642 km de linhas; no programa Minha Casa Minha Vida, com investimentos de R\$ 7,4 bilhões, contratados mais 100 mil unidades habitacionais, com destaque para os residenciais Trentino, em Joinville, Condomínio Monte Castelo, em Chapecó, e Porto Biguaçu, na cidade de Biguaçu; em infraestrutura social e urbana, com aporte de R\$ 3,6 bilhões em obras de saneamento, abastecimento de água, urbanização de assentamentos precários, pavimentação e prevenção de áreas de risco em 233 municípios (R\$ 600 milhões para a prevenção nas áreas de risco na cidade de Itajaí); além de 75 máquinas retroescavadeiras para a reestruturação de estradas vicinais, que ligam o campo ao perímetro urbano¹.

¹ <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2013/08/investimentos-do-pac-2-em-santa-catarina-chegam-a-r-19-bilhoes>

Referências

BRASIL. *Investimentos do PAC 2 em Santa Catarina*. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2013/08/investimentos-do-pac-2-em-santa-catarina-chegam-a-r-19-bilhoes> Acessado em janeiro de 2018

GABINETE-ADJUNTO DE INFORMAÇÕES EM APOIO À DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - GAIA. Estado de Santa Catarina. Mimeo, 2016.

FPA. Diagnóstico dos Estados. Organizador CRUZ, Marcio. Diagnóstico do Estado de Santa Catarina. Mimeo, 2014.

UCZAI, P.F. *Municípios catarinenses recebem aumento de R\$ 156 milhões no FPM*. Disponível em: <<http://www.pedrouczai.com.br/index.php/component/content/article/14-slideshow/135-municipios-catarinenses-recebem-aumento-de-r-156-milhoes-no-fpm?Itemid=101>> Acesso em: jan. 2018.

CONSIDERAÇÕES

Apresentou-se aqui uma síntese de um conjunto de indicadores sobre o Estado de Santa Catarina, organizados a partir de seis eixos: dados gerais; desenvolvimento do Estado; situação política; políticas públicas; gestão do Estado; e obras estruturantes em Santa Catarina. Pela extensão e complexidade deste estudo, não pretende-se apresentar uma versão conclusiva dessas informações. Antes pelo contrário, levantar problemas, hipóteses e polêmicas para animar um debate que permita o aprofundamento das informações e das reflexões a respeito do que se pretende como futuro do Estado, portanto, fica a provocação e que ocorram boas reflexões.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que Santa Catarina é um Estado com bons indicadores socioeconômicos, porém, que escondem contradições tanto do ponto de vista das regiões (rural x urbana, litoralização, setores econômicos dominantes e periféricos), quanto das classes sociais (desigualdade de renda entre homens e mulheres e entre as diferentes etnias), como também as consequências socioambientais e o aspecto cultural da violência de gênero.

Enfim, outros dois aspectos chamam a atenção numa leitura geral das informações. Por um lado, o chamado modelo de desenvolvimento catarinense, resultante da combinação de aspectos de formação socioterritorial, pequenas propriedades e formação de polos socioeconômicos distintos nas macrorregiões do Estado. Por outro lado, a intensa transformação dessas características sem que haja uma estratégia que aponte para o desenvolvimento futuro. Em ambos os aspectos percebe-se uma presença do Estado no sentido de garantir a acumulação de riquezas históricas e, igualmente, na fase atual, especialmente através dos incentivos fiscais num volume maior que os investimentos nas áreas prioritárias das políticas públicas destinadas ao conjunto da população.

Apontar para o futuro é provocar um debate que pensa o Estado de Santa Catarina pelo menos por um ciclo de desenvolvimento num período de duas décadas, a partir de um paradigma de Estado que compartilha poder e que fortalece a relação com a esfera local (onde tudo acontece), tornando viáveis os pequenos municípios e sustentáveis os grandes, articulando políticas econômicas, sociais, ambiental e energética a partir de uma visão holístico e não fragmentada.

AUTORES

José Roberto Paludo

Doutor e Mestre em Sociologia Política pela UFSC
Master em Ciência Política Aplicada em Madrid
(Espanha)

Graduação em História (UNIJUI) e egresso de
economia (UNOESC)

Cursos complementares:

Desenvolvimento Local (Unoesc/PNUD);

- Mediação e facilitação de reuniões e eventos (IFFAC);

- Holomentoring (Instituto Holos);

- Coaching CDG - Capacidade Diretivas Genéricas (New Field).

Professor de mestrado

Consultorias: planejamento; gestão de projetos em educação e desenvolvimento local; e gestão de pessoas



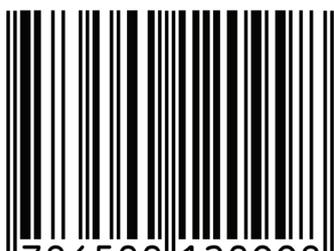
Marcio L. V. Cruz

Bacharel em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (2006); Mestre em Ciências Sociais com Ênfase em Ciências Políticas pela PUC de São Paulo (2009). Formação em Indicadores Sociais e Políticas Públicas, SCIENCE, Brasil (2000); Coach Ontológico Empresarial pela Newfield Consulting – Sevilha/Espanha (2011) Formação para o curso de Liderança Dinâmica da ENAP (2014). Atuou como Assessor Especial do Gabinete Pessoal da Presidência da República (2009/2011); como coordenador da pesquisa nacional sobre “Percepções sobre Direitos Humanos no Brasil” CAMP/MDH (2014); Assessor no projeto de Compras Públicas da Associação Brasileira de Municípios (2014) e facilitador nos processos de constituição da Rede Nacional de Compras Públicas pela ENAP (2018).



ISBN: 978-65-00-12099-8

ORL



9 786500 120998